

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO
LINHA DE PESQUISA: HISTÓRIA E HISTORIOGRAFIA DA
EDUCAÇÃO**

**A FORMAÇÃO DO GOVERNANTE E O PENSAMENTO DE
JERÓNIMO OSÓRIO (SÉC. XVI) SOB O OLHAR DA HISTÓRIA DA
EDUCAÇÃO**

CAMILA GOMES DE OLIVEIRA VERDADE

**MARINGÁ
2023**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO
LINHA DE PESQUISA: HISTÓRIA E HISTORIOGRAFIA DA EDUCAÇÃO**

**A FORMAÇÃO DO GOVERNANTE E O PENSAMENTO DE JERÓNIMO OSÓRIO
(SÉC. XVI) SOB O OLHAR DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO**

Dissertação apresentada por CAMILA GOMES DE OLIVEIRA VERDADE, ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá, como um dos requisitos para a obtenção do título de Mestre(a) em Educação.

Linha de Pesquisa: História e Historiografia da Educação

Orientador(a): Prof.^(a). Dr.^(a): TEREZINHA OLIVEIRA

MARINGÁ
2023

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(Biblioteca Central - UEM, Maringá - PR, Brasil)

V483f

Verdade, Camila Gomes de Oliveira

A formação do governante e o pensamento de Jerónimo Osório (séc. XVI) sob o olhar da história da educação / Camila Gomes de Oliveira Verdade. -- Maringá, PR, 2023. 137 f.

Orientadora: Profa. Dra. Terezinha Oliveira.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Departamento de Pedagogia, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2023.

1. Jerónimo Osório, Jerónimo, 1506-1580. 2. História da educação portuguesa. 3. Humanista. 4. Intelectual. I. Oliveira, Terezinha, orient. II. Universidade Estadual de Maringá. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Departamento de Pedagogia. Programa de Pós-Graduação em Educação. III. Título.

CDD 23.ed. 370.9

CAMILA GOMES DE OLIVEIRA VERDADE

**A FORMAÇÃO DO GOVERNANTE E O PENSAMENTO JERÓNIMO OSÓRIO
(SÉC. XVI) SOB O OLHAR DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO**

BANCA EXAMINADORA

Prof(a). Dr(a). Terezinha Oliveira (Orientadora) – UEM

Prof(a). Dr(a). Maria Dailza da Conceição Fagundes –
UEG – Campus Cora Coralina

Prof(a). Dr(a). Mariana Vieira Sarache – UEM

Prof(a). Dr(a). Sandra Regina Franchi – UEM

Prof(a). Dr(a). Viviane da Silva Batista – UNESPAR –
Campus Paranavaí

19 de junho de 2023

Dedico este trabalho à minha família, que sempre me apoiou e permitiu que eu chegasse até aqui.

AGRADECIMENTOS

Escrever os agradecimentos é algo gratificante nessa etapa da minha jornada acadêmica, pois posso manifestar apreço àqueles que, de alguma maneira, colaboraram e deixaram uma marca em minha vida durante seis anos de comprometimento, desde a graduação até a pós-graduação. Sou grata aos que estiveram presentes de forma direta e indireta ao longo dessa jornada, em particular, durante o programa de Mestrado em Educação.

Primeiramente, expresso minha profunda gratidão a Deus, que diariamente me abençoa, colocando em meu caminho pessoas maravilhosas e fundamentais para minha formação pessoal e intelectual. Sem Ele, esta dissertação não teria se concretizado, pois Ele sempre foi e sempre será minha base para a sobrevivência neste mundo. Sua presença constante e suas bênçãos têm sido essenciais em cada etapa deste trabalho.

À minha família, agradeço aos meus pais, Reinaldo e Regina, por serem base de tudo. Seu apoio incondicional, sua crença em mim e seu constante encorajamento têm sido fundamentais para o meu crescimento e desenvolvimento como pessoa. Vocês nunca me limitaram, sempre me incentivaram a ser a melhor versão de mim mesma a cada dia. Com todo o amor, fé e dedicação que vocês têm demonstrado, nunca permitiram que eu desanimasse. Agradeço ao meu irmão Danilo, que sempre demonstrou tanto carinho e cuidado comigo.

Agradeço ao meu esposo e parceiro Lucas, você tem sido um apoio incansável para a realização dos meus sonhos e para superar meus medos. Minha gratidão vai além de todas as tarefas diárias em que você me ajudou quando precisei dedicar tempo às leituras. E, principalmente, pela sua crença em mim e por nunca ter permitido que eu desistisse. Sua confiança e apoio inabaláveis foram essenciais para eu seguir em frente. Agradeço por ser quem você é em minha vida, por sua generosidade e por ser uma fortaleza para mim. Que possamos testemunhar juntos cada conquista que alcançamos.

Gostaria de expressar minha sincera gratidão à minha orientadora Dr(a). Terezinha Oliveira, não apenas pela sua paciência, mas também pela confiança que depositou em mim nesses seis anos, desde a graduação. Sou eternamente grata por me ensinar o verdadeiro valor do conhecimento virtuoso. Seu apoio e orientação foram fundamentais para o meu crescimento acadêmico e pessoal.

Agradeço aos membros da minha banca de defesa, Maria Dailza, Mariana Vieira Sarache, Viviane Batista e Sandra Franchi, por aceitar o convite em compor a banca de defesa e, que desde a qualificação, me auxiliaram a enxergar nas entrelinhas do meu próprio estudo, agradeço pelo parecer atencioso e crítico. Espero que sempre me permitam aprender cada vez mais com vocês

Agradecimento especial para Mariana Vieira Sarache, minha mentora e amiga de trabalho, que para mim é e sempre será um exemplo de mulher e de profissional. Obrigada por me acompanhar desde o TCC aceitando compor as bancas de avaliação, tecer críticas e contribuições valiosas, por me auxiliar e orientar durante todo o processo, obrigada por estar disponível para qualquer debate e conversa.

Minhas amigas especiais, Yasmim e Daniely por todo o riso, por todos os momentos de desespero, por tornarem a graduação e a pós-graduação momentos de união e cumplicidade. Vocês foram fundamentais em cada etapa dessa jornada.

Expresso minha gratidão à Universidade Estadual de Maringá - UEM pela oportunidade concedida de participar do curso de Mestrado em Educação no PPG - Programa de Pós-Graduação. Sou grata por contar com professores incríveis.

Meu sincero agradecimento ao Grupo de Estudos Transformações Sociais e Educação na Antiguidade e Medievalidade (GTSEAM), liderado pela Prof. ^(a) Dr. ^(a) Terezinha Oliveira (UEM). Sinto-me honrada por ter membros do grupo fazendo parte da minha banca de defesa, mais ainda por fazer parte dele e poder dar vida à teoria que o grupo estuda.

“Em um navio igualmente, cuja tripulação é formada de homens ignorantes e grosseiros, o verdadeiro piloto passa por inútil, uma espécie de ‘sonhador com as estrelas’”.

(PLATÃO)

VERDADE, Camila Gomes de Oliveira. **A FORMAÇÃO DO GOVERNANTE E O PENSAMENTO DE JERÓNIMO OSÓRIO (SÉC. XVI) SOB O OLHAR DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO.** (137 f.). Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá. Orientadora: Terezinha Oliveira. Maringá, 2023.

RESUMO

A dissertação apresenta os resultados de um estudo que utilizou uma metodologia de natureza bibliográfica e documental, com abordagem qualitativa. A pesquisa também se baseou em escritos teóricos de Marc Bloch (1886-1944), Fernand Braudel (1902-1985), e Le Goff (1924-2014). O objetivo principal foi analisar a concepção de governante e a formação do homem apresentados pelo intelectual português Jerónimo Osório, no século XVI, com base em duas fontes: a obra *Tratados da Nobreza Civil e Cristã* (1542) e um conjunto de cartas conhecido como *Cartas Portuguesas* (1819). Ambas as obras abordam a formação do caráter, o governo justo, a educação dos príncipes e a importância da virtude e da ética na vida pública, além disso, forneciam orientações e conselhos aos governantes, nobres e indivíduos de destaque daquela sociedade. Esses autores desempenham um papel importante ao fornecer uma base teórica à compreensão da importância da história e da historiografia no âmbito da educação. Suas obras contribuem para uma reflexão mais ampla sobre os contextos históricos e sociais em que Jerónimo Osório estava inserido, possibilitando uma análise mais aprofundada de suas concepções sobre governança e formação do homem.

Palavras-chave: Jerónimo Osório; Humanista; Intelectual; História da Educação Portuguesa; Virtudes Sociais.

VERDADE, Camila Gomes de Oliveira. **THE FORMATION OF THE RULER AND THE THOUGHT OF JERÓNIMO OSÓRIO (16th CENTURY) THROUGH THE LENS OF THE HISTORY OF EDUCATION.** (137 f.). Dissertation (Master in Education) – State University of Maringá. Supervisor: Terezinha de Oliveira. Maringá, 2023.

ABSTRACT

The dissertation presents the results of a study that utilized a bibliographic and documentary methodology with a qualitative approach. The research was also based on theoretical writings by Marc Bloch (1886-1944), Fernand Braudel (1902-1985), and Le Goff (1924-2014). The main objective was to analyze the conception of rulership and the formation of man as presented by the Portuguese intellectual Jerónimo Osório in the 16th century, based on two sources: the work "Tratados da Nobreza Civil e Cristã" (1542) and a collection of letters known as "Cartas Portuguesas" (1819). Both works address character formation, just governance, the education of princes, and the importance of virtue and ethics in public life. Additionally, they provided guidance and advice to rulers, nobles, and prominent individuals of that society. These authors play an important role in providing a theoretical foundation for understanding the significance of history and historiography in education. Their works contribute to a broader reflection on the historical and social contexts in which Jerónimo Osório was immersed, enabling a deeper analysis of his concepts regarding governance and the formation of man.

Key words: Jerónimo Osório; Humanist; intelectual; History of Portuguese Education; Social Virtues.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	12
2. CULTURA, POLÍTICA E EDUCAÇÃO EM PORTUGAL NO SÉCULO XVI ...	22
2.1. Reis de Portugal no Século XVI	22
2.2. Portugal no Século XVI	24
2.3. A Educação em Portugal	28
2.4. Vida de Jerónimo Osório	36
2.5. Autoridades no Pensamento de Jerónimo Osório	42
2.6. Obras de Jerónimo Osório	56
2.6.1. Resumo – Tratados da Nobreza Civil e Cristã	56
2.6.2. Resumo – Cartas Portuguesas	58
3. HUMANISMO RENASCENTISTA: A IMAGEM DO PRÍNCIPE COMO IDEAL DE GOVERNO NO SÉCULO XVI	60
3.1 Religião, educação e política no Tratados da Nobreza Civil e Cristã.....	67
4. A FORMAÇÃO E O OFÍCIO DE REI DE D. SEBASTIÃO A PARTIR DO PENSAMENTO DE OSÓRIO	84
4.1 Conselhos de Jerónimo Osório acerca da prudência régia: casamento e guerra.....	91
5. CONCLUSÃO	105
REFERÊNCIAS	108
FONTES	108
ESTUDOS	109
ANEXOS	113

1. INTRODUÇÃO

Esta dissertação tem como objetivo analisar a concepção de governante e a formação do homem apresentadas por Jerónimo Osório (1506-1580) na obra *Tratados da Nobreza Civil e Cristã* (1542) e em um conjunto de sete Cartas, do mesmo autor, compiladas sob o título de *Cartas Portuguesas* (1819). As obras foram escritas e dedicadas ao então príncipe Infante D. Luís (1506-1555) e a D. Sebastião (1554-1678), respectivamente. Dada a relevância desses escritos, apresentamos, ao longo de nossa pesquisa, as circunstâncias históricas vivenciadas no reino português no século XVI.

As reflexões desta dissertação estão alinhadas a conceitos teóricos que dão suporte aos estudos realizados no grupo de pesquisa Transformações Sociais e Educação na Antiguidade e Medievalidade (GTSEAM)¹, cujo objetivo é desenvolver estudos sobre educação nos períodos antigo e medieval. Além disso, minha formação como docente também despertou um interesse significativo pelos debates educativos em relação ao reino português no final da Idade Média.

Devo mencionar também que as pesquisas que realizei ao longo de minha trajetória acadêmica auxiliaram na seleção do tema sobre política e pedagogia, sob o olhar da história da educação. Entre as atividades de pesquisa realizadas, destaco os projetos elaborados durante o Programa Institucional de Iniciação Científica (PIBIC), intitulados "O modelo de Príncipe segundo Infante Dom Pedro no século XV: do príncipe educativo e da formação humana" (2018) e "A educação monástica no reino português, no outono da Idade Média: o mosteiro de Santa Maria de Alcobaça" (2019), bem como um projeto de Programa de Iniciação Científica (PIC) intitulado "Pensamento Político Humanista em Jerónimo Osório" (2020).

É importante informar ainda que esta dissertação se insere na linha de pesquisa da História e Historiografia da Educação e, por enfatizar a educação, relaciona-se aos princípios humanistas, em especial aqueles defendidos por Jerónimo Osório por meio de sua adesão a um conteúdo que proporcionava uma formação caracterizada como humanista. Observamos que seus escritos possibilitam reflexões sobre a religião e a guerra, além de discussões de caráter

¹ O grupo, criado em 1990, é liderado pela professora Doutora Terezinha Oliveira (UEM).

político-pedagógico e teológico. Sobretudo, sua obra também contribuiu para a compreensão da teorização de um processo político que direcionou os homens daquele período em busca de proteção e de um "bom governante".

Os ideais humanistas predominantes do século XVI exerceram uma influência significativa na formação de Osório. Devido ao período em que viveu, ele voltou-se para a pedagogia da virtude, que discutia o modelo de governante por meio de uma educação voltada para a formação de um bom príncipe.

Para um melhor entendimento dessas contribuições, abordamos o contexto em que Jerónimo Osório nasceu e cresceu. Seus escritos estavam intimamente relacionados às transformações sociopolíticas do século XVI, e, portanto, essa contextualização é fundamental para a análise que constitui nossa pesquisa. O autor teve uma estreita relação com a corte portuguesa, aconselhando os príncipes D. Luís (1506-1555) e D. Sebastião (1554-1678) respectivamente. Dessa forma, observamos que as ideias políticas de Jerónimo Osório estavam em sintonia com as de seus contemporâneos.

Antes de explorarmos os conteúdos e seções deste estudo, é importante destacar que a metodologia que embasou a pesquisa é de natureza bibliográfica e documental, com abordagem qualitativa. A escolha por uma abordagem qualitativa justifica-se pela intenção de compreender os fenômenos sociais em sua complexidade. Baseada nos princípios teóricos da História Social, especialmente no conceito de longa duração, essa abordagem possibilita a análise do recorte escolhido a partir de uma perspectiva social. Assim, nossa análise parte da história, utilizando historiadores que estão relacionados a esse debate, como Marc Bloch (2001) e Jacques Le Goff (2003).

Esses autores fundamentam nossas reflexões, permitindo-nos considerar o propósito da história, que não se limita apenas aos grandes acontecimentos políticos e econômicos, mas também abrange as experiências cotidianas das pessoas comuns. A história nos permite compreender as relações de poder que permeiam as interações sociais, como as identidades e subjetividades individuais e coletivas são construídas, e como ocorrem as lutas por direitos e justiça social, entre outros temas.

Além disso, por meio dos escritos de Osório, podemos observar que a história é um processo de investigação e implica em uma busca pelos eventos passados e pelas ações realizadas pela humanidade ao longo do tempo, abrangendo tanto as

relações interpessoais quanto as guerras e os avanços alcançados pelos seres humanos.

A respeito disso, analisamos a obra do historiador francês Marc Bloch (2001), intitulada *O ofício do historiador*. Por meio da criação da Escola dos Annales, Marc Bloch (1886-1944) juntamente com Lucien Febvre (1878-1956), nos oferecem a oportunidade de perceber o humano como sujeito da história. Como resultado, podemos observar as relações que emergem no decorrer dos fatos, bem como seus problemas, nos contextos da história medieval e portuguesa, por meio de um estudo do homem no tempo. Qual é a influência das obras *Tratados da Nobreza Civil e Cristã* e as Cartas Portuguesas na formação do homem no século XVI? Nesse contexto, ao analisarmos o passado com o presente, são as perguntas do presente que nos permitem, como historiadores, retornar ao passado utilizando seus testemunhos e transmissões (BLOCH, 2001).

Nosso objetivo geral nesta pesquisa é analisar as obras *Tratados da Nobreza Civil e Cristã* juntamente com as Cartas Portuguesas com o intuito de compreender a concepção de governante relacionada à formação do homem no século XVI.

Para iniciarmos o estudo do passado, precisamos partir da análise do presente, considerando principalmente a longa duração, pois quando investigamos o passado, estamos buscando a totalidade de um problema constituído em um tempo e espaço presente. Portanto, a pergunta é inevitável. "O que é, de fato, o presente? No infinito da duração, um ponto minúsculo que foge incessantemente; um instante que mal nasce e morre. Mal falei, mal agi e minhas palavras e meus atos naufragam no reino da Memória" (BLOCH, 2001, p. 60).

Diante do exposto, somos levados a refletir sobre o passado, ao mesmo tempo em que consideramos sua capacidade de promover a vida. É possível construir e continuar produzindo o presente. Além disso, para nos aproximarmos dos antigos conceitos², é necessário iluminar e superar a resistência das palavras, vividas em tempos diferentes, e com palavras antigas e novas, tecer novamente a rede que conecta as relações dos eventos.

Ao citar Marc Bloch, destacamos que o presente é uma construção temporária e transitória, que não perdura por muito tempo. O passado é o que nos

² É possível encontrar novas palavras ou termos que possam ajudar a transmitir melhor os conceitos antigos, sem perder a essência ou significado original.

permite construir o presente, e o presente é o que nos permite moldar o futuro. No entanto, o presente é fugaz e não podemos retê-lo. Portanto, é importante utilizar tanto palavras antigas quanto novas para tecer novamente a rede de relações dos eventos históricos e nos aproximar dos conceitos antigos.

Compreendemos que a linguagem pode representar uma barreira para a compreensão de conceitos mais antigos, especialmente porque as palavras e seus significados podem mudar com o tempo e variar em diferentes culturas e contextos.

Ao mencionar que pretendemos superar as resistências das palavras e nos aproximar dos conceitos mais antigos, é importante ter uma mente aberta e flexível, e estar disposto a aprender e explorar novas perspectivas. Nesta pesquisa, realizamos estudos de fontes, como textos antigos e documentos históricos.

Segundo Marc Bloch (2001, p. 65), "[...] o presente e o passado se interpenetram. [...] para aqueles que desejam verdadeiramente compreender o presente, a ignorância do passado é fatal, e a recíproca — embora não seja nitidamente alertada — é igualmente verdadeira". Para esse historiador, é impossível compreender o presente sem estudar o passado, nem compreender o passado sem estudar o presente. Aqueles que entendem esse princípio são capazes de agir melhor no presente e têm mais chances de se tornarem bons líderes na sociedade.

Além da concepção teórica da história de longa duração, recomendamos a leitura da obra *Tratados da Nobreza Civil e Cristã* (1542), escrita por Jerónimo Osório, que é utilizada neste trabalho como um registro histórico. As discussões apresentadas nessa obra nos permitem compreender as concepções históricas, políticas, pedagógicas e religiosas que fizeram parte da história de Portugal no século XVI.

Para além dessa contextualização, as obras de Jerónimo Osório são nossas fontes, pois nos permitem refletir sobre a história em sua finalidade e compreender o modelo de homem e os valores culturais da época. A educação proposta para os homens desse período, ou seja, a educação do governante, estaria pautada no bem comum social, promovido pelas ações virtuosas do homem.

Nesse contexto, as obras de Jerónimo Osório oferecem uma reflexão sobre a história e a cultura de uma época passada, em que a educação proposta aos governantes estava fundamentada no ideal do bem comum social. Isso significa que

os valores e habilidades considerados importantes para a formação dos governantes visavam o benefício da sociedade como um todo, em vez de interesses particulares.

A educação proposta por Jerónimo Osório era orientada para o desenvolvimento de virtudes, como prudência, justiça, temperança e coragem, que permitiriam aos governantes agir de forma ética e responsável, em prol do bem comum social.

[...] entanto, desde o esquemático manual de preceitos religiosos, morais e políticos da Idade Média, uma evolução se fez sentir no Renascimento, nos designados “Tratados de educação de príncipes” – um tema europeu –, em que o princeps deve encarnar o ideal de sapientia, assente em pressupostos filosóficos, ético-políticos e pedagógicos que prolongam as suas raízes desde a Antiguidade Clássica aos tempos modernos (SOARES, 2021, p. 3).

A citação de Soares (2021) expressa a intenção de Jerónimo Osório em aconselhar nobres e príncipes de Portugal do século XVI sobre ensinamentos políticos e, principalmente, religiosos. Os tratados da Nobreza Civil e Cristã e as Cartas Portuguesas foram nossas principais fontes de pesquisa, pois retratam a sociedade portuguesa e os problemas decorrentes de guerras e pestes. Em Portugal, o século XVI foi um período de insegurança e incerteza, e as expectativas em relação a um governante eram específicas para o contexto histórico e cultural da época. Algumas características esperadas de um bom governante na época eram: poder e autoridade, habilidades na navegação e manutenção da ordem social.

Nesse sentido, olhar para a história nesse viés nos permite estabelecer conexões entre o passado e os acontecimentos do presente. Para avançarmos em nossas discussões, é importante considerar que:

Esta dependência da história do passado em relação ao presente deve levar o historiador a tomar certas precauções. Ela é inevitável e legítima, na medida em que o passado não deixa de viver e de se tomar presente. Esta longa duração do passado não deve, no entanto, impedir o historiador de se distanciar do passado, uma distância reverente, necessária para o respeitar e evitar o anacronismo (LE GOFF, 1990, p. 20).

Assim, ao abordarmos o período de D. Luís e D. Sebastião, buscamos compreender os eventos sociais e culturais relacionados à educação dos príncipes. Para isso, utilizamos uma abordagem interdisciplinar, reunindo disciplinas e áreas do

conhecimento como Filosofia, História e Educação, que nos permitiram orientar nossa análise de pesquisa. A correlação entre esses campos implica no conhecimento acumulado ao longo da história pela humanidade e, conseqüentemente, na recuperação da memória coletiva.

A memória coletiva é um aspecto fundamental para compreendermos os eventos passados e sua relevância para a compreensão do presente. Ao estudarmos os escritos de Jerónimo Osório e outros materiais históricos, estamos contribuindo para a retomada e preservação dessa memória coletiva. Isso nos permite compreender como as ideias, valores e práticas do passado moldaram e influenciaram a sociedade em que vivemos atualmente.

Compreender o tempo "é essencialmente dar provas de reversibilidade". Nas sociedades, a distinção do presente e do passado (e do futuro) implica essa escalada na memória e essa libertação do presente que pressupõem a educação e, para além disso, a instituição de uma memória coletiva, a par da memória individual (LE GOFF, 1990, p. 215).

A passagem destaca a interdependência entre a memória individual e coletiva, salientando sua relação com a noção de tempo e a interligação entre passado, presente e futuro. Esses aspectos são considerados mutuamente relacionados, conforme argumentado por Jacques Le Goff em sua obra *História e Memória* de 2003.

O surgimento da Escola dos Annales acentuou ainda mais o movimento entre diferentes temporalidades. Esse movimento resultou em uma maior importância atribuída ao diálogo entre a disciplina histórica e outros campos científicos, levando à compreensão da historiografia como uma fonte de estudo em si mesma. Essa abordagem permitiu uma apreensão mais completa do homem como um ser social, analisado dentro de uma perspectiva civilizatória.

Esta concepção das relações passado/presente desempenhou um grande papel na revista "Annales" - fundada em 1929 por Lucien Febvre e Marc Bloch -, que inspirou e deu nome à revista britânica de história "Past and Present", a qual, no primeiro número, em 1952, declarou: "A história não pode, logicamente, separar o estudo do passado, do estudo do presente e do futuro" (LE GOFF, 2003, p. 224).

Assim, o movimento histórico é concebido como um *continuum*, estabelecendo uma relação intrínseca entre passado, presente e futuro. Nesse contexto, este estudo busca compreender a formação da história de Portugal no século XVI, a partir de um recorte temporal e espacial específico, considerando a compreensão contextual dos governantes e responsáveis pelo reino luso.

A análise de Jerónimo Osório (1506-1555) desempenha um papel relevante na compreensão das questões sociais pertinentes à história de Portugal no século XVI. Para tal, é essencial adotar uma perspectiva de longa duração, pois permite examinar não apenas o indivíduo como ser singular, mas também os eventos que o cercam. Reconhecemos que o passado é composto por fatos sociais que nos legaram uma herança significativa. Por meio do conhecimento desse passado, somos capazes de identificar as ações e manifestações humanas que são as raízes de nossas origens. Assim, revisitamos o passado com o objetivo de compreender as ações humanas e suas consequências em nossa pesquisa.

Conforme apontado por Soares (2021), Jerónimo Osório é reconhecido como um seguidor da pedagogia platônica, defendendo a crença de que a educação é o caminho para formar um rei virtuoso, ou seja, um rei filósofo. Em 1564, ele foi nomeado Bispo de Silves, no Algarve, assumindo uma posição participativa nos assuntos políticos. Como resultado, grande parte de seus escritos são dedicados à análise política de seu tempo.

O século XVI foi repleto de novas questões para o debate da Idade Moderna:

O período da história a que costumamos dar o nome de “moderno” possui um ponto de vista intelectual que difere em muitos aspectos do ponto de vista do medieval. Dois desses aspectos figuram como os mais importantes: a autoridade diminuta da Igreja e a crescente autoridade da ciência (RUSSELL, 2015, p. 633).

A autoridade diminuta da Igreja e o aumento da autoridade da ciência são aspectos que se vinculam entre si. Diferentemente do que vimos no período medieval, a era moderna possui como característica uma cultura mais laica do que clerical, fato que pode ser atribuído à substituição da Igreja pelo Estado como a autoridade governamental responsável por difundir a cultura.

O governo das nações encontra-se, de início, nas mãos dos reis; em seguida, como na antiga Grécia, passa gradualmente às mãos das

democracias ou de tiranos. O poder do Estado nacional e os papéis por ele desempenhados crescem de forma constante ao longo de todo o período (RUSSELL, 2015, p. 633).

A Idade Moderna, que inclui o período do Renascimento³, é um campo de prática humanista e imanentista⁴. Nesse período, o individualismo é expresso por meio do interesse pelo mundo.

O humanismo pode, com razão, definir-se pela palavra: o homem potenciado, celebrado, exaltado até à divindade, livre de si mesmo, dominador da natureza, senhor do mundo. É, logo, um paganismo ainda mais radical que o antigo, porquanto espiritual e interior (PADOVANI; CASTAGNOLA, 1977, p. 261-262).

Em virtude da potencialização da natureza humana, o homem daquele tempo percebeu-se como um ser reflexivo e impôs um princípio renovador, devido aos aspectos sociopolíticos e culturais ocorridos ao longo do processo histórico.

Além disso, para examinar os fatos históricos, políticos e educacionais da época de Jerónimo Osório, recorreremos às Cartas Portuguesas escritas por ele e endereçadas ao rei D. Sebastião.

No que diz respeito à época de Jerónimo Osório, ele foi educado em duas das universidades mais prestigiadas da Europa na época, Salamanca e Paris. Observa-se que ele esteve ao lado de nomes notáveis como Luís de Camões (1524-1580). Assim, para examinar os fatos históricos, políticos e educacionais, recorreremos às Cartas Portuguesas escritas por Jerónimo Osório, endereçadas ao então rei D. Sebastião, citando como fontes os seguintes documentos: *Jerónimo Osório ao Infante D. Luís (finais de 1542)*; *Jerónimo Osório ao Rei D. Sebastião (12 de junho de 1570 ?)*; *Jerónimo Osório a Dona Catarina (7 de fevereiro de 1571)*; *Dona Catarina a Jerónimo Osório (22 de fevereiro de 1571)*; *Jerónimo Osório ao Rei D. Sebastião (agosto/outubro de 1574)*; *Jerónimo Osório a D. Sebastião (13 de dezembro de 1575)* e *Jerónimo Osório, defesa do seu bom nome (20.06-17.07/1580)*

³ Compreende-se como renascença, movimento cultural que teve seu início na Itália no século XIV e se espalhou pela Europa durante os séculos XIV e XVI. Esse período foi marcado por um grande florescimento cultural, das artes, da ciência e da filosofia clássica.

⁴ O imanentismo, na renascença, foi uma corrente de pensamento que enfatiza a importância da natureza e da experiência humana individual, como fonte de conhecimento e sabedoria.

O objetivo dessas fontes é explicar a perspectiva do autor sobre questões como a educação, o sucesso régio e a guerra de Alcácer Quibir.

Além disso, Jerónimo Osório também publicou o livro denominado "Tratado da Nobreza Civil e Cristã" (1542). Nele, identificamos a defesa da diferenciação entre a nobreza e os demais segmentos sociais. Um dado importante a ser observado é o fato de ele sempre relacionar as questões da política à tradição e às doutrinas cristãs. Essas questões são identificadas em Toledo (2006):

O pensamento osoriano é aquele da ordem e toda a sua força reside na ligação que faz em seus textos entre política e religião. É uma perspectiva coerente e que lhe permitiu intervir contundentemente nos debates acerca das "aventuras africanas" do rei D. Sebastião, a quem alertava para os perigos de tais aventuras. A ordem e a harmonia estão sempre presentes no horizonte de suas posições políticas (TOLEDO, 2006, p. 76).

Os escritos de Jerónimo Osório da Fonseca exerceram um grande fascínio para o estudo da política portuguesa no século XVI. A ligação entre religião, política e educação foi comum ao longo da trajetória acadêmica de Jerónimo Osório, sendo possível observar sua filosofia política, pois trouxeram contribuições importantes para o reinado de D. Sebastião, uma vez que o cultivo da nobreza era exigido pelo reino português. Era condição mesmo para a presença do Estado em todos os domínios do reino.

Para alcançar nosso objeto de estudo, esta pesquisa organiza-se em quatro seções. A primeira seção é a introdução, que visa situar o leitor em relação aos aspectos básicos desse estudo. As demais seções têm como objetivo apresentar nosso objeto de estudo.

Na segunda seção, intitulada "Cultura, Política e Educação em Portugal no Século XVI", analisamos a formação de Portugal e os principais aspectos educacionais, o comércio, a sociedade e a cultura. Para compreender adequadamente esses aspectos, abordamos a história de Portugal ou, mais especificamente, o território português no século XVI. Portanto, para uma compreensão precisa dos gêneros Tratados, abordados nas próximas seções, retomamos historicamente as vivências de Portugal nesse período, que carregava consigo fatos sociais, culturais e educacionais intrínsecos aos manuais, relacionados ao nosso objeto de estudo.

A terceira seção, intitulada “Humanismo Renascentista: a imagem do príncipe como ideal de governo no século XVI” apresenta a obra "Tratados da Nobreza Civil e Cristã" (1542), escrita pelo humanista Jerónimo Osório, com o intuito de compreender o tratado na educação dos príncipes. Além disso, essa seção aborda as questões políticas e pedagógicas das duas obras já mencionadas de Osório, com o objetivo de compreender o que o autor buscou evidenciar por meio de seus tratados, para quem esses debates eram dirigidos e para quem os discursos eram oportunizados. Por se tratar de um humanista, também abordamos o humanismo português e a formação do príncipe como ideal de governo do século XVI.

A obra "Tratados da Nobreza Civil e Cristã" (1542) divide-se em cinco livros. Dois deles são sobre a Nobreza Civil e, por isso, referem-se à formação das sociedades políticas. Os demais livros versam sobre a Nobreza Cristã, ou seja, são concernentes à religião, estabelecendo relação com os grandes homens da Bíblia.

Na quarta seção, denominada “A formação e o ofício de rei de D. Sebastião a partir do pensamento de Osório”, analisamos as "Cartas Portuguesas" nos aspectos históricos, sociais e educacionais. A obra foi escrita e dedicada como aconselhamentos para D. Sebastião enquanto esteve no trono. A prática do ofício régio a partir do estudo do governo de D. Sebastião é abordada nesse tópico, com o objetivo de apresentar a formação do próprio D. Sebastião, as discussões sobre casamento e as discussões sobre a guerra. Em relação à educação da época, Jerónimo Osório foi um defensor da educação e acreditava que ela era a chave para solucionar alguns problemas da sociedade, portanto, ele esteve preocupado com a educação de D. Sebastião.

2. CULTURA, POLÍTICA E EDUCAÇÃO EM PORTUGAL NO SÉCULO XVI

2.1 Reis de Portugal no Século XVI

O nosso objeto de investigação, como anteriormente citado, é a formação do príncipe, segundo as formulações de Jerónimo Osório (1506-1580). O que nos exige, por consequência da metodologia adotada, apresentar as circunstâncias históricas vivenciadas em Portugal durante o século XVI. Para isso, fizemos a nossa pesquisa com foco nas obras *Tratados da Nobreza Civil e Cristã (1542)* e *Cartas Portuguesas (1819)*. Essas obras foram dedicadas a dois príncipes portugueses: o Infante Dom Luís (1506-1555) e D. Sebastião (1554-1678). Para relacioná-las ao nosso objeto, é imperioso contextualizar os aspectos educacionais, comerciais, sociais e culturais anunciados nessas obras com as circunstâncias históricas de Portugal durante o século XVI.

Com o propósito de realizar uma localização histórica e familiar dos reis que estiveram presentes no recorte temporal da nossa pesquisa, realizamos uma árvore genealógica discursiva.

Iniciamos com D. Manuel I, um rei português que governou entre 1495 e 1521, sendo conhecido como o Rei Venturoso. Durante o seu reinado, Portugal viveu um período de grande expansão territorial e econômica, que ficou conhecido como Era dos Descobrimentos. D. Manuel I incentivou e patrocinou várias expedições marítimas para a África, Índia e América, estabelecendo uma vasta rede comercial que fortaleceu a economia portuguesa. A política interna adotada por ele foi marcada pela implementação de diversas medidas consideradas sensatas e importantes para a época. Um dos destaques desse período foi a realização de quatro cortes, que possibilitaram a discussão e a aprovação de leis relevantes para o país. D. Manuel I também se preocupou em organizar o Estado português, de modo a adotar medidas que buscavam centralizar o poder e aumentar a eficiência da administração pública. Além disso, ele promoveu a reforma dos Estudos Gerais, buscando modernizar o sistema educacional e proporcionar uma formação mais abrangente e qualificada aos estudantes portugueses (SOUSA, 2000).

Posteriormente, tivemos o reinado de D. João III, conhecido, também, como “O Piedoso” (SOUSA, 2000), que foi o rei de Portugal entre 1521 e 1557, sucedendo a seu tio, D. Manuel I. O seu reinado foi marcado por grandes transformações religiosas, políticas e culturais em Portugal. Uma das principais realizações de D. João III foi a instituição da Inquisição em Portugal, em 1536, com o objetivo de combater o “cristão-novo”, ou seja, aqueles que se converteram do judaísmo ou do islamismo ao cristianismo, mas que ainda mantinham práticas e crenças de sua religião original. A Inquisição se tornou uma das instituições mais temidas e repressivas da história de Portugal. D. João III também teve um papel importante na promoção da educação em Portugal. Ele fundou várias escolas, incluindo o Colégio das Artes, em Coimbra, e o Colégio de São Paulo, em Évora⁵, de maneira a se tornar um dos principais centros de ensino da época (SOUSA, 2000).

D. Sebastião foi o rei de Portugal entre 1557 e 1578, sucedendo ao seu, avô D. João III. Ele ascendeu ao trono com apenas três anos de idade e, durante a sua minoridade, o país foi governado por regentes. Quando atingiu a maioridade, D. Sebastião se tornou um rei dedicado à expansão territorial de Portugal. Ele empreendeu uma série de expedições militares ao Norte da África, com o objetivo de reforçar a presença portuguesa na região e expandir o comércio. Em 1578, D. Sebastião liderou uma expedição militar ao Marrocos, onde travou uma batalha decisiva contra o sultão marroquino. No entanto, a batalha foi um desastre, e D. Sebastião desapareceu, sendo presumido morto (MATTOSO, 1997).

D. Luís, a quem Jerónimo Osório dedica a sua obra, também teve o seu prestígio no reinado português. Foi o terceiro filho de D. Manuel I e irmão mais novo de D. João III (MATTOSO, 1997). Embora não tenha chegado a assumir o trono, ele teve um papel importante na história de Portugal.

D. Luís teve influência nas artes e na cultura em Portugal. Ele patrocinou vários artistas e escritores, incluindo o poeta Luís de Camões, que dedicou a ele uma de suas obras mais famosas, *Os Lusíadas*. D. Luís também se interessava pela ciência e pela tecnologia, e foi um dos primeiros portugueses a estudar astronomia e matemática (MARTINS, 2010).

⁵ É importante destacar que o reconhecimento de Évora como um dos principais centros de ensino em Portugal é resultado de diversos fatores, incluindo a sua tradição acadêmica, bem como a presença de instituições de Ensino Superior.

A descrição dos reis, como D. Manuel I, D. João III, D. Sebastião e D. Luís, é relevante para contextualizar as circunstâncias históricas vivenciadas em Portugal durante o século XVI. Esses reis desempenharam papéis significativos na política, na educação, nas artes e na expansão territorial de Portugal, o que influenciou diretamente a sociedade e a cultura da época. Assim, a descrição dos reis mencionados nos ajuda a entender o contexto histórico em que o tratado foi produzido e sua relevância na administração portuguesa. Isso porque trata-se de manual para governadores, com instruções detalhadas sobre como administrar as províncias e lidar com as questões políticas e econômicas.

2.2 Portugal no Século XVI

Para pensar o reino português no século XVI, é importante citar que o período do nosso objeto, a Idade Moderna, foi marcado por dois fatos primordiais para a história do pensamento europeu: 1) a transformação política, econômica e espiritual provocada pelos descobrimentos e conquistas ultramarinas levadas pelos povos ibéricos; e 2) a revolução intelectual operada pelos movimentos humanistas e reformistas.

A expansão ultramarina foi uma das mais significativas mudanças da história mundial. Durante os séculos XV e XVI, os europeus exploraram os mares e litorais da África, Ásia e América em uma empresa de conquistas que transformou a história e influenciou, profundamente, a forma como o mundo funciona no presente (MARTINS, 2010).

Os portugueses tiveram um papel crucial nessa empreitada não apenas como marinheiros e mecenas, mas também como exploradores pioneiros que estabeleceram rotas marítimas importantes que seriam seguidas por outras nações europeias. A expansão marítima permitiu que os europeus encontrassem novos territórios para colonizar, novas rotas comerciais para explorar e novos recursos naturais para extrair.

As comunicações também foram transformadas pela expansão ultramarina. O comércio se intensificou não somente em Portugal, mas em todo o Mediterrâneo e na Europa do Norte e Sul. Regiões que, anteriormente, dependiam de vias terrestres

para o comércio passaram a contar com rotas marítimas frequentes e eficientes, o que impulsionou a economia dessas regiões e estabeleceu a Europa como centro econômico do mundo (MARTINS, 2010).

Durante a dinastia de Avis, que se estendeu de 1385 a 1580, Portugal passou a se aventurar na expansão marítima devido aos impulsos gerados pela “Reconquista⁶” e à sua vasta costa. D. João I, o primeiro rei da dinastia, foi especialmente comprometido com o comércio de especiarias e a classe mercantil. Com o intuito de impulsionar essa atividade, ele criou condições favoráveis para a realização de expedições marítimas, as quais, por sua vez, tiveram um impacto significativo nas rotas terrestres e marítimas europeias.

Nesses dois séculos, podemos verificar que a centralização do Estado em Portugal consolidou uma dinâmica socioeconômica essencial para o projeto da expansão marítima. Segundo Rucquoi (1995), a dinastia de Avis possibilitou uma relação entre a nobreza, os mercantis e o Estado português. Esses três grupos, trabalhando em conjunto, possibilitaram a expansão marítima na busca de novas rotas e especiarias.

Bellini (1997) nos apresenta que as viagens de exploração e colonização foram os acontecimentos mais significativos em Portugal, ao longo dos séculos XV e XVI, influenciando, em graus variados, muitos dos aspectos culturais, econômicos e sociais então existentes. A política de Portugal recebeu influências do infante D. Henrique (1394-1460), filho de D. João I. Conhecido na história como “O navegador”, D. Henrique foi à busca de conhecimento sobre as navegações e se amparou em especialistas, como geógrafos, médicos judeus, astrólogos e mercadores italianos, tendo como objetivo a reconquista das terras muçulmanas, a política tradicional, o desejo de aumentar o território real e obter o controle das navegações entre o Atlântico e o mar Mediterrâneo:

[...] é preciso considerar o empenho de príncipes como Henrique, o Navegador, e o rei D. João II (cujo reinado estendeu-se de 1481 a 1495), que patrocinaram um desenvolvimento inédito nas áreas de engenharia naval, instrumentos, astronomia náutica e cartografia (BELLINI, 1997, p. 4).

⁶ Ocorreu entre os séculos VIII e XIII, quando os cristãos lutaram para reconquistar a Península Ibérica dos muçulmanos, que a conquistaram no século VIII.

O movimento renascentista foi inspirado pelos primeiros humanistas italianos, que promoviam uma educação aristocrática voltada para a vida pública e a formação integral dos cidadãos. Esses humanistas foram responsáveis por iniciar a tradução de obras clássicas, incluindo as de Sêneca. As ideias renascentistas italianas, baseadas na Antiguidade clássica, chegaram a Portugal no século XV, durante a dinastia de Avis. Nessa época, foram introduzidas obras cívicas e educativas, e uma das características mais importantes desse período foi a valorização das capacidades humanas (SOARES, 2011).

Para Soares (2011), o humanismo esteve ligado à tradição retórica e à tradição patrística; afirma-se o gosto pelos romances de cavalaria nos tratados de educação dos príncipes, além de uma produção historiográfica, na qual as figuras de reis foram parâmetros de exemplo.

Na verdade, a abertura ao movimento humanista e aos novos métodos pedagógicos não se fez sem uma certa resistência da instituição universitária. Foi sobretudo na corte, e dentro do mecenatismo régio ao ensino dos nobres, que, tanto em Portugal como na Espanha, a modernidade no ensino das *humaniores litterae* se impôs definitivamente. Desde a dinastia de Avis, a corte torna-se o grande centro cultural, incentivando a criação literária e a prática da leitura. Formam-se as primeiras bibliotecas, como as de D. Fernando e D. Duarte (SOARES, 2011, p. 236-237).

O movimento humanista em Portugal se anunciou pelas obras dedicadas aos Príncipes de Avis. Citamos D João I e D. Duarte como exemplos de representação desses príncipes.

Na acepção de Pina Martins (1997), as livrarias eclesiásticas da primeira metade do *Quattrocento* eram predominantemente compostas por textos bíblicos e religiosos, sendo os textos jurídicos considerados profanos. A exemplo, o autor indica que a livraria de D. Duarte contava com epístolas de Sêneca, a do rei D. Afonso V, com textos poéticos e jurídicos, como Dante, e, na biblioteca de D. Dinis, encontravam-se textos literários e poéticos.

Oliveira Martins (2010) também trata da relevância do reino português no século em questão e observa, em sua obra *História de Portugal*, os motivos que levaram Portugal ao sucesso de sua exploração:

É essa a nação que a história forma; e por isso mesmo que a vida portuguesa foi marítima, e o destino da sua história o mar; por isso

mesmo avultam os elementos que diariamente tornam cosmopolitas as cidades marítimas de um país cuja capital é um dos melhores portos do mundo. Portugal foi Lisboa, e sem Lisboa não teria resistido à força absorvente do movimento de unificação do corpo peninsular (MARTINS, 2010, p. 26).

De certa forma, Portugal representou uma grande epopeia no imaginário nacional. Durante o movimento humanista, na Corte de D. Manuel I, ocorreu a presença de inúmeros homens letrados, homens com o conhecimento em diversas áreas, como matemática, astronomia, além do conhecimento na arte da navegação, a partir da qual a expansão ultramarina se tornou possível.

No Renascimento⁷ português, os saberes antigos obtiveram uma divulgação universal na língua latina ou na língua “vulgar”, na qual o movimento humanista italiano influenciou os diplomatas e eclesiásticos, especialmente os estudantes que frequentavam as Universidades de Bolonha. Um aspecto importante apresentado por Martins (2010, p. 113) é o seguinte: “Não é uma corte da Idade Média, é já uma corte da Renascença, cheia de ideias novas e de uma cultura eminente. A educação transforma a política, e as teorias monárquicas da Itália são aplaudidas e adotadas”.

Na Idade Média, a nova era comercial resultou nos descobrimentos marítimos e nas longas viagens, que destruíram a velha economia da cidade. Nesse âmbito, criou-se uma economia nacional que estabeleceu bases de uma verdadeira economia internacional.⁸ Diante do exposto, formaram-se vastos impérios territoriais e comerciais, como os portugueses e os espanhóis.

Lígia Bellini (1997) apresenta que, antes da expansão marítima, as atividades de maior movimentação em Portugal eram a agricultura e as exportações de vinho e sal. Com o estabelecimento do comércio colonial, focado apenas na produção de especiarias, surgiu, em Portugal, uma burguesia incipiente. No entanto, foi a Coroa, e não a burguesia, que desempenhou um papel central na promoção e administração do comércio marítimo durante os séculos XV e XVI. Isso auxiliou o crescimento de um funcionalismo público, com membros da nobreza ocupando os cargos mais altos da hierarquia; tornando-se membros de altos postos; ou

⁷ Durante o século XVI, o Renascimento português foi marcado por um período de grande expansão marítima e de conquistas territoriais.

⁸ Segundo o historiador Pina Martins (1997), compreende-se que as técnicas de navegação deveriam passar por um preparo cuidadoso, para que, dessa forma, ocorressem as grandes navegações pela costa africana, Índia e Brasil.

assumindo cargos de comandos nas forças armadas ou administração além-mar (BELLINI, 1997). Nessa compilação, é importante notar que, mesmo antes do século XV, a nobreza portuguesa precisava complementar os ganhos da terra com dinheiros e riquezas fornecidos pelo rei em troca do apoio militar da nobreza.

Nesse sentido, apesar das significativas mudanças sociais e econômicas em Portugal, durante os séculos XV e XVI, com a substituição da agricultura e do comércio de vinho pelo comércio colonial, a nobreza continuou a ocupar altos cargos na hierarquia social lusitana, em virtude de seu ingresso na burocracia estatal.

Uma das transformações mais importantes da sociedade portuguesa, nesta óptica, foi o enorme investimento feito durante este século em matéria educativa. Embora largamente criticada e criticável por não ter ido mais além, não se pode negar que foi considerável e de grande impacto econômico o acréscimo na dotação de capital humano que daqui resultou (REIS, 2000, p. 255).

Em suma, é possível afirmar que, na sociedade portuguesa do período considerado, assinalavam-se duas características principais: por um lado, é um mundo rural em crise, fruto de novas circunstâncias que atraíram diversas pessoas para Lisboa; por outro lado, existia um ar moderno e urbano, tornando a vida da corte muito distinta da vida rural (BELLINI, 1997).

Nesse contexto, D. João III (1521-1557) foi o sucessor de D. Manuel I. Esses dois monarcas constituem o período histórico de maior relevância de Portugal, em relação à constituição de um poder centralizado/unificado. No que tange às atividades econômicas do reino, D. Manuel I foi o mais empenhado no comércio entre África e Oriente, oferecendo a Portugal uma fase de grande prosperidade. Entretanto, o reinado de D. João III demonstrava os primeiros sinais do declínio associados aos custos financeiros para manter o lucro da corte.

2.3 A Educação em Portugal

Em relação ao ensino em Portugal, na Idade Média, as pessoas comuns não tinham acesso ao conhecimento, ou melhor, não sabiam ler e escrever, elementos básicos para a aquisição do saber. Os domínios da leitura e da escrita estavam

reduzidos aos homens da Igreja e dos mosteiros. É, pois, em virtude disso que os primeiros registros de escolas na Idade Média pertenciam aos mosteiros e às Igrejas. Foi somente por volta do século XII que tivemos os primeiros registros de escolas laicas no medievo as quais surgiram nas cidades. Estas duas instituições, as escolas monásticas e as escolas laicas, foram as bases culturais que propiciaram o surgimento das Universidades no século XIII.

Portanto, ao falarmos das Universidades, especificamente as Universidades de Portugal, estamos nos referindo a uma instituição de excelência, da Idade Média. Ainda segundo José Mattoso (1997), a primeira Universidade, em Portugal, surgiu no início do século XIII, em Palência, por iniciativa do rei Afonso VIII e do bispo Teles de Meneses. Dessa forma, é a fundação da Universidade que marca a iniciação do *Estudo Geral*, com registro na bula do Papa Nicolau IV, que sanciona a criação no ano de 1290.

Ao nos referirmos à fase que se integra ao *Estudo Geral* de Lisboa, a fundação e a estabilidade da formação universitária são apoiadas pelo rei D. Dinis. Em relação à origem das Universidades de Portugal, encontramos uma pesquisa, no âmbito da História da Educação, sendo uma dissertação intitulada *Universidade, Política e Cultura em Cantigas de D. Dinis (século XIV)*, de Sarache (2016), a qual tem relação com o trabalho *D. Dinis e a origem da Universidade de Portugal*, também de Sarache (2013).

Essas, por seu turno, eram muito semelhantes à universidade, tanto que foi delas que muito se inspirou o estudo geral sobre as disciplinas a serem ensinadas; era um estudo mais específico, muito semelhante ainda com o que se ensinava no mosteiro, mas, na cidade, como o próprio nome sugere, nas catedrais. Elas foram relevantes para a Universidade, pois representavam o estudo de maior utilidade na sociedade referida (SARACHE, 2016, p. 56-57).

Nesse sentido, D. Dinis foi o primeiro rei que percebeu uma educação formal em Portugal. Quando retomamos a história de D. Dinis (1279-1325), observamos que o rei foi um grande impulsionador da cultura Portuguesa, posto que:

D. Dinis foi o monarca que incentivou e fomentou a criação da primeira universidade de Portugal; também criou a marinha portuguesa e animou o comércio como nenhum rei havia feito antes. Além desses aspectos estruturais, o monarca se importou com a formação cultural dos portugueses, sendo não apenas mecenas nas

artes do trovadorismo como ele próprio escreveu inúmeras canções (SARACHE, 2016, p.12).

Observamos que a urbanização foi o impulsionador para o desenvolvimento das cidades e do comércio. Esse mesmo acontecimento ocorreu em terras lusitanas no final do século XIII. Portugal desconhecia o renascimento do século XII e XIII, que aconteceu nos grandes centros da Europa, mantendo uma economia tipicamente agrária. Tal movimento urbanizador foi importante para o surgimento da Universidade. Desse modo:

Seja pelo desconhecimento do renascimento, ou pelo, o atraso do comércio, da urbanização e da cultura, as escolas monacais nunca foram superadas pelas escolas episcopais, pois os mosteiros conseguiram se manter em Portugal até os séculos XII, XIII e XIV (COSTA, 2008, p. 3).

Diferentemente do restante da Europa Ocidental, Portugal conservou as escolas monásticas. Assim, enquanto na Europa os mosteiros, como centros intelectuais, decaíram, em Portugal, o mosteiro de Alcobaça era o mais notável em questão de ensino. Segundo Sarache (2013, p. 224): “D. Dinis, sabendo da importância da existência de uma universidade, criou o que era chamado de estudos gerais, que foi instituído em primeiro de março de 1290”.

Ao nos referirmos à fase que se integra ao *Estudo Geral* de Lisboa e da estabilidade da formação universitária apoiada pelo rei D. Dinis (1261-1325), é importante destacar a importância desse período para a consolidação da educação superior em Portugal e para o desenvolvimento cultural e científico do país. D. Dinis foi o primeiro rei que defendeu uma educação formal em Portugal, no modelo das demais universidades medievais. Isso porque, para ele, “[...] a educação de D. Dinis foi um dos aspectos centrais para o estabelecimento da Universidade e ao mesmo tempo para a consolidação do reino português” (SARACHE, 2013, p. 224).

Nesse mesmo período⁹, já se denominava uma comunidade de professores e alunos, de modo que: “Os estudantes e mestres constituíam já uma categoria regulamentada por regras jurídicas universalmente aceites, se não na sua aplicação, ao menos enquanto princípios respeitados por todos” (MATTOSO, 1997, p. 5).

⁹ Esse período se refere à Idade Média, mais precisamente ao final do século XIII. Em Portugal, a criação do *Estudo Geral* pelo rei D. Dinis (1290) é considerada o início da Universidade Portuguesa.

A transferência da universidade de Lisboa para Coimbra, em 1537, realizada por D. João III, teve um impacto significativo no desenvolvimento acadêmico de Portugal. Além disso, a transferência contribuiu para a contratação de professores qualificados, o que elevou a qualidade do ensino e da pesquisa em Portugal. Como resultado, a universidade de Coimbra se tornou uma das mais importantes instituições de Ensino Superior da Europa no século XVI e desempenhou um papel fundamental na formação de líderes políticos e intelectuais em Portugal e em suas colônias. Sobre isso, é importante observar que:

Mas não é menos certo que enquanto a Universidade permaneceu em Lisboa, de 1377 a 1537, nós atravessámos o período mais glorioso da nossa história. D. João III, cuja vontade em favorecer os estudos não pode ser contestada, talvez tivesse razão em querer tirar a Universidade da capital contra a opinião declarada dos mestres (MAGALHÃES, 1967, p. 91).

Ressaltamos que a transferência realizada por D. João III não foi a primeira da história, posto que: “Como romperam violentos incidentes entre estudantes e burgueses, o rei decidiu, em 1308, transferir a universidade portuguesa para Coimbra, pequena cidade tranquila e ao mesmo tempo residência real” (VERGER, 1990, p. 117).

Outra iniciativa de D. João III foi a criação do Colégio das Artes, inaugurado em 1548, anexo à Universidade – e, no ano de 1555, esse mesmo rei entregou o Colégio de Artes à Companhia de Jesus. Um aspecto interessante é que:

A Companhia de Jesus era uma verdadeira milícia católica destinada a combater a heresia e a converter os infiéis. Uma das suas atividades principais era o ensino da juventude e com o auxílio de D. João III a Companhia ocupou em breve um lugar preponderante no ensino (MAGALHÃES, 1967, p. 92).

A Companhia de Jesus, fundada por Inácio de Loyola, era uma ordem religiosa católica destinada a combater a heresia e a converter os infiéis. Uma de suas principais atividades era o ensino da juventude. Com o apoio de D. João III, a Companhia rapidamente se tornou uma força preponderante no Ensino Superior em Portugal. No entanto, após a transferência da Universidade de Lisboa para Coimbra, em 1537, a qualidade do Ensino Superior em Portugal sofreu um declínio (MAGALHÃES, 1967). A retirada da Universidade do centro da cidade, onde toda a

política do Estado era elaborada, também teve um impacto negativo na qualidade do Ensino Superior em Portugal. Apesar do envolvimento da Companhia de Jesus no Ensino Superior, a transferência da Universidade para Coimbra e os problemas associados a ela contribuíram para um período difícil à educação em Portugal.

Portanto, a influência humanista foi introduzida no contexto português por meio do hábito dos autores que dedicaram livros aos monarcas, que, por sua vez, apoiavam essas obras. Citamos, como exemplo, o pensador Erasmo (1466-1536), que dedicou livros ao rei D. João III. Ainda de acordo com Bellini (1997), essas e outras influências são encontradas no decorrer da história do reino português.

Entre os processos originados por essas influências em Portugal, podemos citar a criação, por D. João III, do Colégio das Artes, estruturado de acordo com o programa de educação humanista, e a importância dos estudos de gramática, retórica, poesia, história e filosofia moral, que passaram a polarizar o interesse dos intelectuais portugueses (BELLINI, 1997, p. 9).

A influência dos estudos humanistas contribuiu para a construção de um respeito inabalável pela antiguidade e seu renascimento na Itália renascentista – e, como resultado, uma abordagem mais filosófica dos textos clássicos.

No entanto, uma questão se aplicou à Europa, isto é, cobrir uma lacuna intelectual existente entre a teologia e a escolástica aristotélica ou, como observa Kristeller, situar o homem no centro ideal do mundo; logo, as características específicas da cultura de Portugal foram favorecidas pelo pensamento neoplatônico.

Diferentemente de outros centros comerciais, como as cidades italianas, Lisboa não teve o seu crescimento gradual. Muito disso decorre do fato de os reis serem os maiores responsáveis pela variedade de grandes empreendimentos. Todavia, a promoção desses grandes centros comerciais dependia dos comércios marítimos. “Antes mesmo do declínio do comércio de especiarias, Portugal havia contraído dívidas consideráveis e feito contratos comerciais desfavoráveis ao reino com banqueiros europeus, como os alemães Fugger, Welser e Hochstetter” (BELLINI, 1997, p. 10). Destarte, Portugal começou a apresentar os primeiros sinais de declínio com o reinado de D. João III. Isso foi proveniente de um contexto de despreparo por parte do rei, que sofreu efeitos desfavoráveis.

Certas artes mecânicas, como a engenharia naval, a produção de instrumentos náuticos e a cartografia tiveram desenvolvimento diverso do acima descrito, devido à sua estreita associação com as viagens marítimas. Entretanto, essas áreas também acabaram por ser afetadas pela ausência de uma tradição artesanal em Portugal. Isto fica evidente no reinado do sucessor de D. João III, D. Sebastião (1567-1578) (BELLINI, 1997, p. 11).

Os exemplos mencionados estavam relacionados ao que poderia ser um desenvolvimento social, incluindo a sociedade florentina e portuguesa. No século XVI, essas relações não ocorreram na sociedade portuguesa, uma vez que a expansão colonial e os saberes renascentistas contrastaram com o meio agrícola e medieval do período em tela.

Ao analisarmos os processos históricos ocorridos em outras partes da Europa, observamos que é equivocado pensar o desenvolvimento intelectual desvinculado dos fatores mencionados no excerto em foco. Russell (2015, p. 640) salienta: “Florença era a cidade mais civilizada do mundo, bem como a principal fonte do Renascimento. Quase todos os destaques da literatura têm relação com ela, bem como grandes nomes da arte precedente e posterior”.

Os eventos históricos e culturais foram importantes para o desenvolvimento intelectual, como exposto. No entanto, em Portugal, esses eventos foram prejudiciais para as atividades intelectuais, devido aos resultados desastrosos das guerras. Em função da batalha de Alcácer-Quibir, muitos dependentes da Coroa sofreram as consequências. Tal evento foi considerado, na história, um divisor de águas, gerando um colapso na sociedade portuguesa, no ano de 1578. É de suma importância destacar que, nesse mesmo ano, D. Sebastião foi vencido na batalha de Alcácer-Quibir e dado como desaparecido, presumivelmente morto, levando Portugal a ficar sob o domínio espanhol até a Restauração em 1640.

No período das grandes navegações (entre os séculos XV e XVI), as empresas coloniais estavam associadas à ideia de difusão da fé, com os escritos de grandes pensadores portugueses. Os versos do poema *Os Lusíadas*, de Luís Vaz de Camões, evidenciam os propósitos das expedições além-mar:

As arnas e os barões affinalados/
Que da Occidental praia Lufitana,
Por mares nunca de nates navegados,
Paffárão ainda alem da Taprobana,
E em perigos e guerras efforçados/
Mais do que prometia a força humana,
Entre gente remota edificárão/
Novo Reino, que tanto fublimárão (CAMÕES, 1916, Canto I, p. 1-2).

Nesse poema, expressa-se a relação de conquista e expansão da cristandade. Além disso, o poema descreve a história de uma pequena colônia, auxiliando na compreensão de a Europa abrir o Oriente à fé cristã. Também expressa, de forma heroica, as expedições em oceanos antes nunca navegados.

No decorrer das leituras, observamos que a literatura portuguesa do século XVI perpassou por dois caminhos: ora expressava uma crítica em relação às atitudes tomadas pelos homens, infringindo os seus limites, ora exaltava a coragem dos soldados portugueses.

A literatura portuguesa do século XVI refletia as atitudes da época, exaltando a coragem dos soldados portugueses. Já o método escolástico apresentou um modelo diferente de pensar, com a razão e a fé sendo complementares e, assim, alcançando a verdade.

Notamos que o método escolástico foi uma corrente filosófica e teológica que surgiu na Europa medieval, especialmente nas Universidades, e teve grande influência na educação e no pensamento da época. Dentre os principais nomes da escolástica, Tomás de Aquino (1225-1274), por exemplo, propôs um estudo entre a filosofia aristotélica e a teologia cristã, defendendo que a razão e a fé eram complementares – e que a verdade podia ser alcançada por meio da razão e da revelação divina. Foi possível analisar, também, que:

A escolástica representa o último período da história do pensamento cristão, que vai do início do século IX até o fim do século XV. Este período do pensamento cristão é denominado *escolástica*, porque era a filosofia ensinada nas *escolas* da época por mestres chamados *escolásticos* (PADOVANI; CASTAGNOLA, 1977, p. 246, grifos dos autores).

Portugal foi tomado por um modelo educacional e teológico relacionado à tradição aristotélica, enquanto, na Europa, uma corrente empírica se desenvolveu tornando esse modelo de pensar dominante.

Desse modo, com o rompimento da escolástica, predominou-se o pensamento humanista, que modificou a forma de pensar do europeu, ao originar uma nova concepção de mundo e de vida, a fim de expor os tradicionais princípios teológicos, lançando as bases do empirismo moderno e racionalismo, do individualismo social e político.

O grandioso edifício ideal da Idade Média, em que religião e civilização, teologia e filosofia, Igreja e Estado, clero e laicado, estavam harmonizados na transcendente unidade cristã, foi, de fato, destruído pelo humanismo imanentista, que constitui o espírito característico do pensamento moderno (PADOVANI; CASTAGNOLA, 1977, p. 257).

Portanto, o indivíduo passou a ser considerado pelos humanistas mais representativos não só com o seu valor transcendente ao seu destino supraterrano, mas como um simples cidadão e como membro do Estado, desprendido da tradicional disciplina da Igreja.

Os problemas da política preocuparam os homens do Renascimento. Imbuídos do classicismo romano, encontraram, em Nicolau Maquiavel (1469-1527), o seu mais perceptível e notável mestre, cuja obra designada *O Príncipe* foi determinada na história da formação da individualidade política. Nesse estudo em especial, Magalhães (1967) nos mostra que:

Os problemas económicos são, porém, tratados nas obras dos humanistas como Palmieri, Machiavelli e Guicciardini, como subordinados aos problemas políticos e, de resto, sem grandes inovações ou originalidade. O que representa, no ponto de vista da história do pensamento económico, uma ruptura fundamental como o pensamento medieval e escolástico, é a nova concepção da riqueza e a forma autónoma e, em muitos aspectos, até verdadeiramente científica, como são tratados pelos humanistas certos problemas económicos, sobretudo os referentes à moeda e aos preços (MAGALHÃES, 1967, p. 59).

O desprendimento das riquezas naturais, da concepção cristã e da escolástica foi substituído pelo entendimento de que a riqueza deveria pertencer ao indivíduo e ao Estado, conceitos apresentados por Montaigne (1533-1592).

Embora o movimento humanista tenha coincidido com a revolução espiritual, não teve tanta reação humanista contra a filosofia escolástica. No entanto, houve reflexos entre os autores e pensadores que estamos estudando, como é o caso do próprio Luís de Camões. Logo, o saber humanista exerceu, em Portugal, uma influência, sobretudo literária e formalista. De maneira geral, observamos o saber apurado das tendências antiaristotélicas reveladas por célebres humanistas (MAGALHÃES, 1967). Alguns desses aspectos económicos e políticos são possíveis de serem observados nos documentos que estudamos.

A educação na corte portuguesa do século XVI era considerada de extrema importância para a formação dos príncipes e das elites – e era vista como uma forma de estabelecer a ordem e a hierarquia na sociedade. Os valores da educação na corte foram influenciados pelo Humanismo e pelo Renascimento, que estavam em pleno desenvolvimento em Portugal e na Europa; portanto, os príncipes recebiam uma educação humanista, que contemplava a leitura de autores clássicos, como Cícero, Sêneca e Virgílio, bem como a aprendizagem de línguas, a retórica e a filosofia.

Destacamos os valores humanistas, pois eles pregavam a formação integral do indivíduo, com ênfase no estudo da gramática, da retórica, da história, da filosofia, da literatura e das artes. Outros valores importantes para a educação na corte foram a virtude, a coragem e a justiça, consideradas essenciais para a formação de um nobre.

2.4 Vida de Jerónimo Osório

Esta subseção se ocupa da vida¹⁰ de Jerónimo Osório, com o fito de compreender o seu tempo histórico e o contexto no qual redigiu a obra *Tratados da Nobreza Civil e Cristã* (1542), analisada na seção seguinte. Também analisamos cartas que forneceram informações sobre os seus estudos e trouxeram outros dados de sua vida, como a obra de Tavares.

Jerónimo Osório nasceu em Lisboa, em 1506; filho de João Osório da Fonseca e Francisca Gil Gouveia, pertenceu a uma família nobre. Ainda muito pequeno, esteve com a família na Índia, onde iniciou os seus estudos precocemente. Quem cuidou de seus estudos e ensinamentos foi sua mãe. Ao completar 13 anos, ela o enviou para estudar em Salamanca, cidade localizada na Espanha, na qual estudou latim, idioma de fundamental importância para o entendimento e aprofundamento dos estudos clericais. Nas horas vagas, Osório estudava Direito Civil: “[...] se aplicou porfiadamente aos oradores latinos e gregos que tornou

¹⁰ A biografia utilizada foi escrita pelo seu sobrinho de mesmo nome do autor, integralmente traduzida por A. Guimarães Pinto.

possível que mais tarde nele viesse a luzir aquela tão grande elegância no emprego das línguas latinas e gregas” (OSÓRIO, 1996, p. 34). Após dois anos em Salamanca, Osório voltou a Portugal para saudar o seu pai, após o retorno da Índia.

Em 1525, com o falecimento de seu pai, Osório regressou a Portugal e, a pedido de sua mãe, abandonou a milícia – termo utilizado nesse período para se referir à Ordem Militar. No mesmo ano, foi para Paris, com, aproximadamente, 19 anos, onde ganhou grandes elogios à sua inteligência e aprendeu a *Dialéctica* e *Filosofia Natural*, de Aristóteles (384 a.C - 322 a.C).

No decorrer de sua trajetória acadêmica, Osório se relacionou com diversos autores importantes do período, a exemplo do fundador da Companhia de Jesus: “Inácio de Loiola, varão de extremada santidade, associou a si, em Paris, alguns companheiros, com o fim de seguirem a mesma regra de vida” (OSÓRIO, 1996, p. 36).

Encontramos passagens de Sebastião Tavares Pinho (2020, p. 321) que descrevem a amizade entre Inácio e Osório: “Aí estabeleceu profunda amizade com Inácio de Loiola e os demais cofundadores da Companhia de Jesus, facto que o levou mais tarde a exercer notória influência, perante o rei D. João III, na vinda dos primeiros jesuítas para Portugal”. Ao regressar à pátria no ano de 1537, Osório aprofundou os seus estudos filosóficos, sobretudo da obra de Platão. Permaneceu em Portugal por vários anos e se dedicou ao curso de Teologia, incluindo os estudos da literatura patrística grega e latina. Além disso, estudou autores, como Tomás de Aquino e Aristóteles: a relação tomasiana e aristotélica se compreendia na “[...] reciprocidade dos lados dum quadrado, e que, tirante o Aquinate, não podia haver-se à mão outro nenhum autor capaz de doutrinar com proveito e alguma amenidade sobre as matérias respeitantes ao conhecimento de toda a Antiguidade” (OSÓRIO, 1996, p. 37).

Prosseguindo por algum tempo Osório com os seus estudos em Paris, foi obrigado a regressar a Portugal em razão de contrariedades nos seus assuntos domésticos. [...] Fois discípulo assíduo de varões doutíssimos, em que aquela cidade sempre foi pródiga; assim que de tal sorte se aplicou ao estudo de Platão que, não só conseguia entender o pensamento daquele mais sábio dos homens, mas até, se a ocasião se propiciava, o explanava com toda a clareza (OSÓRIO, 1996, p. 36).

Assim, de acordo com Pinto (1996), ao se dedicar à Teologia, empenhou-se, também, em aprender hebraico; isso se deu com as obras dos Santos Padres, não havendo uma obra que não lesse e relesse com assiduidade.

Deu-se então com maior afinco ao estudo de Cícero e Demóstenes e a redigir, com grande beleza, em estilo de Cícero e Platão, aqueles temas a que os modernos dão uma formulação deselegante, A que alturas se remontou neste gênero de escrita, provam-no com toda a evidência os seus livros (OSÓRIO, 1996, p. 37).

Além disso, Jerónimo Osório realizou o cortejo de grandes autores, como Tomás de Aquino e Aristóteles, afirmando que o engenho de cada um se encaixava no do outro, não podendo haver nenhum outro autor capaz de doutrinar com alguma amenidade sobre o conhecimento da Antiguidade ou a compreensão da filosofia e da ciência teológica (PINTO, 1996).

Ao regressar para Portugal, foi recepcionado por D. Luís, filho do Rei D. Manuel. Guimarães (1996) se refere ao príncipe como o mais dotado com os ornamentos da virtude. Foi graças a ele que Osório pôde retornar à Bolonha para sequenciar nos seus estudos. Em 1542, Osório começa a redigir, antes mesmo dos 30 anos, a obra *Tratados da Nobreza Civil e Cristã*, que, depois, foi dedicada ao então príncipe D. Luís (filho de Manuel I e irmão de D. João III).

Na obra de Tavares (2020), analisamos um fragmento de uma carta escrita por Jerónimo Osório para o Infante D. Luís, no final do ano de 1542. Osório expressou a sua gratidão por ter recebido ajuda em seus estudos e o seu comprometimento em dedicar os seus esforços ao reconhecimento da pessoa que o ajudou. Ele começa dizendo que, depois de ter reatado os seus estudos, graças a essa pessoa, conseguiu se dedicar mais intensamente às letras do que antes:

Depois que, graças a vós, alcancei reatar os meus precedentes estudos, comecei a aplicar-me às letras com muito mais ardor do que antes. É que, de início, impelido apenas pela natureza, dedicava-me ao estudo das artes para, instruído por elas, oferecer à minha pátria algum fruto do meu saber. Ao passo que agora – uma vez que, comovido pela vossa afabilidade e bondade, acho que devo consagrar todos os meus pensamentos ao vosso exalçamento e glória (TAVARES, 2020, p. 33).

Jerónimo Osório enfatiza que não busca elogios à sua inteligência, mas, sim, demonstrar o seu imenso afeto e gratidão pela ajuda recebida. Ele reconhece que é

impossível retribuir completamente esse favor, porém sente que é necessário reconhecê-lo publicamente.

Em Portugal e obedecendo aos desejos do Rei D. João III, foi até Coimbra, cidade onde o mesmo Rei fundara uma escola de todas as ciências. Nesse mesmo local, Osório redigiu o livro *Sobre a Glória* e, muitos anos depois, o livro *Sobre a Ensino do Rei*¹¹. Resende (2020) descreve a vida de Osório na escola de todas as ciências:

[...] isto é, a Universidade, na qual a presença de Osório já se encontra documental e repetidamente registada como deputado não lente do respetivo Conselho, para o qual foi eleito desde o ano letivo de 1546-1547, e na qual ainda se encontrava em 23 de junho de 1549 como um os oradores participantes da cerimónia de concessão do grau de mestre em Artes ao futuro teólogo e orador Diogo Paiva de Andrade (RESENDE, 2020, p. 322).

Em 27 de novembro de 1555, o Príncipe D. Luís faleceu, e Osório solicitou ao Rei D. João III que o autorizasse a se recolher à Igreja de Tavares. Ao se recolher, finalizou a obra denominada *Sobre a Glória*. Acerca dessa obra, expõe-se que: “Já por então viera a lume em todas as nações estrangeiras e que em muitos Príncipes fez nascer grande admiração por Osório” (OSÓRIO, 1996, p. 40).

Em 1568, Jerónimo Osório se tornou Bispo em Algarve e passou a dedicar o seu tempo lendo obras e autores que pudessem embasar, ainda mais, o seu conhecimento, como a Bíblia, Platão, dentre outros. Jerónimo Osório foi herdeiro de um estudo platônico; portanto, obtinha uma grande credibilidade na educação e a entendia como um caminho para tornar o Rei virtuoso. De acordo com Pinto (1996), seja em casa, seja em visita à diocese, Osório nunca ficou sem a companhia de exemplares da Bíblia, de Platão e de Cícero, aos quais ele se referia como os seus companheiros de viagem e entretenimento.

Enquanto ministrava em seu cargo de Bispo em Algarve e administrador da justiça, Osório se guiava por dois princípios. Um se volta ao zelo para com o seu ofício de Bispo, que ele ordenava com descrição e enfrentamento à corrupção dos costumes pela subordinação de uma vida exemplar. O outro se refere ao cuidado

¹¹ “A 1ª edição do tratado dialogado *De Regis institutione*, apesar de na portada aparecer datada 1571” (GUIMARÃES, 1996, p. 76).

posto em salvaguardar a dignidade e o seu bom nome, incentivando o zelo pela virtude.

Enquanto, pois, mostrava esta singular prudência e piedade cristã no desempenho do cargo da sua responsabilidade, chegou El-Rei D. Sebastião à idade de 14 anos. Por isso, fazia-se mister que o Cardeal D. Henrique lhe confiasse as rédeas do governo (OSÓRIO, 1996, p. 49).

Portanto, procurava-se um homem singular em virtude e que auxiliasse D. Sebastião na governação do Reino português. Seguindo o percurso da história, Osório alcançou permissão de D. Henrique para regressar à diocese. Partiu Osório para o Algarve e, logo após, D. Sebastião¹² entregou a direção aos homens que diziam permitir o livre curso da vontade do jovem rei. Por meio de cartas¹³ escritas por Osório para D. Henrique, o primeiro solicitava que era preciso remediar a situação que estava ocorrendo, “[...] a fim de o mal não ir crescendo e alastrando com o tempo, e aconselhou-o a arrancar aquelas raízes do ânimo do moço, pois mais tarde seria impossível extirpá-las” (OSÓRIO, 1996, p. 50-51).

O humanista português se apresentava como um homem empenhado em compreender o que se passava na política régia de Portugal, intervindo na política da forma que considerava adequada. Por isso, procurou aconselhar o rei D. Sebastião sobre assegurar o reinado e a descendência por meio de um casamento e condenou a ida para combater os Mouros. Com discrição, Jerónimo Osório escrevia cartas ao Rei e fingia ignorar o que aqueles homens maquinaram contra ele, no entanto afirmava que era necessário que o Rei tivesse um casamento próximo, pois, dessa forma, estaria a obedecer aos interesses da sua pátria ao invés dos interesses próprios. Além disso, Osório fazia menção, em suas cartas, sobre o Rei ter filhos, motivos pelos quais Portugal se manteria livre de futuras guerras civis. Observamos que as cartas endereçadas a D. Sebastião apresentaram um homem do seu tempo, interessado no que se passava pelo contexto em que vivia.

Foi de muito agrado e alegria para as pessoas mais gradas o regresso de Osório a Portugal. Esperavam que, graças ao seu

¹² Com as regências de D. Catarina, avó de D. Sebastião, de 1557 a 1562, e do cardeal D. Henrique, tio-avô de D. Sebastião, de 1562 a 1568.

¹³ Essas cartas foram expostas e analisadas neste mesmo trabalho.

conselho e diligência, o rei D. Sebastião se empregasse na governação do Reino. D. Sebastião estava vivamente obcecado pela ideia da guerra em África. Por isso, Osório, como o Rei o recebera com grandes mostras de benevolência, e como tinha grande autoridade sobre o ânimo real, empenhou todos os seus esforços em persuadir D. Sebastião a não menosprezar sua avó D. Catarina de Áustria, Senhora de grande prudência, a qual, numa quadra de tanto perigo para Portugal, se houvera com geral aplauso na regência do reino, e que, pouco tempo volvido, e não sem pequena perda de toda a nação, faleceu, dando mostras de singular santidade, ânimo varonil e prudência (OSÓRIO, 1996, p. 56).

Jerónimo Osório se utilizou de diversas cartas para convencer o rei D. Sebastião. Demonstrou, com inúmeros argumentos, como a guerra na África era perigosa aos interesses de Portugal e, além do mais, que a ciência militar portuguesa não estava preparada com todas as suas forças para esse conflito. Entretanto, D. Sebastião não se afrouxou do desígnio de realizar uma guerra na África. Logo após a sua partida, anunciou-se: “a nova do funestíssimo desastre, sofrido não longe de Alcácer Quibir” (OSÓRIO, 1996, p. 57).

Portanto, a vida e as obras de Jerónimo Osório nos fornecem uma perspectiva histórica que permite observar as aventuras africanas vivenciadas por D. Sebastião e, até mesmo, os alertas para o perigo que tal aventura causaria ao reino. O Bispo de Silves não só escreveu textos nos quais defendia uma política, como também passou a intervir no mundo da política católica.

Após a morte de D. Sebastião, o reino português ficou desamparado, aparentando ter sido esquecido por Deus. Ao fim, Osório aconselha D. Henrique que o próximo rei de Portugal fosse Felipe da Espanha, o qual foi recebido de bom grado pelo povo português.

Jerónimo Osório faleceu aos 74 anos, no dia 20 de agosto de 1580:

Homem deveras piedoso, com grande zelo da glória de Deus, extraordinário defensor da fé cristã, excelente teólogo, de não ordinária suficiência nas demais disciplinas, só sobrepujado por Cícero na eloquência, honra da sua pátria, à qual sempre subordinou os seus interesses particulares, amante da verdade (OSÓRIO, 1996, p. 63).

Essa afirmação descreve Osório como uma pessoa profundamente sábia, preocupado com o bem comum, ainda com um forte senso de devoção e defesa à fé cristã. Em corroboração a esse pensamento, segundo Pinto (1996), Jerónimo

Osório foi um homem ilustríssimo que, em vida, dedicou-se a aconselhar e escrever para os nobres. Após sua morte, suas obras foram/são retomadas como fontes de instruções pedagógicas.

2.5 Autoridades no Pensamento de Jerónimo Osório.

Nesta subseção, julgamos importante apresentar o embate entre o poder secular e eclesiástico. Portanto, o enfoque foi auferido a dois autores oriundos de Universidades, como Paris e Bolonha. São eles: João Quidort (+/- 1270-1306) e Egídio Romano (+/- 1247-1316). As obras desses autores objetivaram descrever e elucidar sobre a separação dos poderes secular e o poder eclesiástico nos séculos XIII e XIV. Dessa forma, apresentamos a relação entre os acontecimentos políticos, de um lado, e as ideias, do outro. Compreendemos que a história deve ser estudada em suas inter-relações e que as vidas política, econômica, cultural e institucional, do mesmo modo que as relações de poder, influenciam e são influenciadas pelas teorias.

Além disso, observamos como a própria Igreja, com os pensadores eclesiásticos, passou a reformular os campos de atuação dos dois poderes. Ao analisar o pensamento político da baixa Idade Média na cristandade, partimos da observação da filosofia clássica: o direito e o aristotelismo. A análise realizada nesse âmbito se pauta nos métodos do filósofo Aristóteles. Essa interpretação é influenciada pelas doutrinas cristãs.

É importante perceber que houve um movimento histórico dedicado à lógica e à retórica (RUSSELL, 2015), que seguiu a tendência da época de organizar o conhecimento de maneira coerente e bem argumentada, com uma comparação da complexidade social com a complexidade do universo físico. A teoria aristotélica foi reformulada quando a supremacia do cristianismo estava passando da “pólis” grega para um império governado por um representante de Deus na Terra.

Aristóteles viveu no final do período criativo do pensamento grego, e após a sua morte dois mil anos se passaram até que o mundo visse

outro filósofo que estivesse mais ou menos à sua altura. Ao final desse longo período, sua autoridade se tornara quase tão inconteste quanto a da Igreja, convertendo-se, tanto na ciência como na filosofia, em obstáculo ao progresso (RUSSELL, 2015, p.224).

A partir do momento histórico no qual vivia Aristóteles, pode-se observar que a noção de individualismo era praticamente inexistente em relação ao pensamento político, pois os cidadãos participavam de forma direta da ordenação da sociedade; dessa maneira, não era dada tanta importância para os direitos individuais (BARRERA, 2007).

Os conceitos fundamentais examinaram o direito, com as suas distinções entre as leis naturais e divinas, a organicidade da sociedade, as formas de governo, a justiça e o bem comum (ARISTÓTELES, 1998). A filosofia aristotélica foi tolerada e, progressivamente, admitida na Universidade de Paris, sendo a principal Universidade pertencente à cristandade medieval (VERGER, 1999).

Na Universidade do século XIII, teólogos, muitos dos quais membros da Ordem Mendicante, começaram a ler e interpretar o filósofo grego, cuja obra mais influente do período citado foi a *Política*, de modo a permitir aos alunos da época refletir sobre a vida comunitária com base na lógica e na razão, conforme observado na vida real.

A entrada das obras aristotélicas na Universidade modificou a leitura que os homens medievais tinham do que seria sabedoria, conhecimento. De um modo ou de outro, Aristóteles, assim como outros pensadores da antiguidade greco-latina, sempre estiveram presentes nos saberes, ao longo dos séculos medievais, mas sob a forma de excertos, de fragmentos isolados. Alguns autores antigos estiveram mais presentes, outros nem tanto, mas é inegável o diálogo travado entre o pensamento cristão e o pensamento antigo clássico (OLIVEIRA, 2012, p.96).

Notamos que o pensamento de Aristóteles foi retomado de acordo com o padrão da realidade intelectual do período. Nas Universidades Medievais, as concepções eram analisadas pelos estudantes de teologia, sendo a área que ocupava o maior lugar, de modo a constituir o último degrau acadêmico. Além da teologia, o direito era considerado uma ciência cuja estrutura racional conferia uma autoridade à sociedade (VERGER, 1999). Destarte:

A leitura de Aristóteles provocou uma grande revolução no pensamento universitário medieval, especialmente no parisiense, no qual os debates acerca da natureza, da alma, do intelecto humano, a infinitude do universo, vieram à baila com uma intensidade muito grande. Ao menos três correntes teóricas colocaram-se em cena para debater estas e outras questões pertinentes ao homem e à natureza (OLIVEIRA, 2012, p. 97).

Essas questões, pertinentes ao homem do período analisado, referem-se, também, ao direito canônico, que, por sua vez, objetivava organizar, teoricamente, as relações jurídicas dentro da Igreja.

Verifica-se que, na primeira metade do século XIII, algumas figuras importantes estiveram ligadas ao direito, como Inocêncio III (1198-1216) e Inocêncio IV (1243-1254), que tiveram a sua formação voltada para o jurídico e transmitiam aos seus pares crenças apoiadas na lógica, ao conferir autoridade na organização da estrutura judiciária. Portanto, a Igreja foi apresentada como uma corporação legalmente organizada, com o Papa como a sua suprema autoridade legal.

A influência do direito romano ocorreu de forma que tanto *regnum* como o *sacerdotium* seguiram os mesmos princípios jurídicos, compartilhando das mesmas influências. Nesse aspecto de formulações teóricas, o direito romano se aplicou a uma sociedade cuja noção de universalidade era predominante. Em contrapartida, a justiça passou por um processo de “juridicidade”, superando o ideal aristotélico de “justiça natural” em favor de uma justiça específica baseada em leis positivas (BARRERA, 2007).

Segundo Russell (ANO), é possível observar que o papel do direito romano na sociedade pode ter sido influenciado pela Igreja Católica, em que Inocêncio II desempenhava um papel importante na Europa medieval e a qual pertencia. Além disso, é importante lembrar que a Igreja Católica comportava um grande poder político na época e, muitas vezes, as suas decisões e influência se estendiam para questões jurídicas e governamentais:

A figura central do início do século é o papa Inocêncio III (1198-1216), político astuto, homem de vigor infindo, alguém que cria inflexivelmente nas reivindicações mais radicais do papado, mas que não demonstrou nenhuma humildade cristã. Em sua consagração, pregou segundo o texto: “Vê! Eu te constituo, hoje, sobre as nações e sobre os reinos, para arrancar e para destruir, para exterminar e para demolir, para construir e para plantar.” Denominou-se “rei dos reis, senhor dos senhores, sacerdote para sempre segundo a ordem de Melquisedeque”. A fim de reforçar essa visão de si mesmo,

aproveitou-se de cada circunstância favorável (RUSSELL, 2015, p. 567-568).

O Papa Inocêncio III contribuiu para a sedimentação e ampliação do pensamento hierocrático, que consistia em um conjunto de diretrizes políticas cuja liderança seria exercida pela autoridade espiritual, ou seja, pessoas consagradas a Deus estariam hierarquicamente acima das demais. A Igreja seria a única sociedade válida da qual fariam parte todos os fiéis, governados pelo chefe da religião. Na decretal *Venerabilem*, escrita em 1202, foi estabelecido que o Império ficaria sob a autoridade pontifícia, segundo os princípios do direito canônico, fato que submeteria o Imperador à condição de vassalo da Igreja (BARRERA, 2007).

Em teoria, o que a Igreja propunha e buscava era a legitimidade do poder político do Papa, cooperação com o poder temporal do Imperador. Portanto, o pontífice poderia exercer o poder temporal, quando julgasse adequado e necessário, garantindo que o poder do monarca estivesse sempre subordinado às expectativas da Igreja. O homem medieval acreditava em uma sociedade única, e a conjuntura histórico-social da Idade Média permitiu que essas ideias ganhassem legitimidade. Esse veículo de unidade e universalidade foi o cristianismo.

O ensino da teologia e do direito romano, influenciado por Inocêncio III e Inocêncio IV, admite que, dentro da sociedade cristã, coexistiram dois poderes autônomos – espiritual e temporal –, no entanto um seria mais merecedor de sua natureza e seria superior a este.

Contudo, analisamos, sob a lente de Oliveira (2012), que o dominicano Tomás de Aquino, filósofo e teólogo, reconhecia a autoridade de Aristóteles e a sua importância para a teologia. Assim, a influência da Igreja Católica na cultura e no pensamento da época e a importância do estudo e ensino da teologia e da filosofia foram importantes para o desenvolvimento do pensamento medieval:

Tomás de Aquino, grande mestre de teologia, reconhece em Aristóteles como uma autoridade que deve ser respeitada e estudada, quase que na mesma qualidade e intensidade com que se estudava e ensinava os Escritos Sagrados. Este mestre parisiense foi, sabidamente, um dos maiores estudiosos do Filósofo no século XIII (OLIVEIRA, 2012, p. 97).

Tomás de Aquino defendeu a monarquia baseada em princípios aristotélicos em resposta à filosofia aristotélica, que era vista como uma maneira de reconciliar a

razão com a fé cristã, algo que Tomás de Aquino considerava importante. Logo, o estudo de Aristóteles foi enxergado como uma forma de se aprofundar no conhecimento sobre Deus e o mundo criado por Ele, além de ser uma ferramenta para a defesa do cristianismo contra os argumentos de filósofos pagãos e de outras religiões.

Para o dominicano, a monarquia seria a melhor garantia de paz para a sociedade, pois teria os fundamentos da razão e do direito divino. Essa adaptação das teorias de Aristóteles, de acordo com os objetivos do filósofo, correspondia à forma ideal de governo.

Os actos ordenados para nós mesmos se ordenam para outrem, sobretudo em consideração do bem-comum. Por isso, a justiça legal, enquanto ordena para o bem-comum, pode chamar-se virtude geral. E pela mesma razão a injustiça pode ser chamada um pecado geral; donde o dizer a Escritura, que todo pecado é uma iniquidade (AQUINO, 1956, p.283).

Portanto, o homem é um ser social e somente alcançará os seus objetivos a partir da vida em coletivo. À vista desse raciocínio,

[...] o governante deve submeter-se às leis, deve pensar somente na utilidade pública e, especialmente, deve seguir e promover a lei. Portanto, esse espaço comum e público não pode ser regido pela força, o poder não se encontra na força pessoal do senhor, mas na lei das cidades e, ao menos no âmbito da comuna, deve reger a todos da mesma forma (OLIVEIRA, 2012, p.31).

No que se refere à separação dos dois poderes, o espiritual e o temporal, observamos que Tomás de Aquino (1956) defendeu a autonomia, na qual cada homem deveria agir pelos princípios teológicos. O homem tem, em si, um intelecto agente que define o caminho que deve seguir (OLIVEIRA, 2012). No entanto, os homens deveriam seguir as leis de seu rei, que conduziria o seu povo para os preceitos cristãos.

Historicamente, os embates entre os poderes espiritual e temporal tiveram o seu predomínio no início do século XIV. A disputa pelo poder temporal e espiritual ocorreu com o reinado de Felipe IV (1268-1314) e do Papa Bonifácio VIII (1294-1303), tendo esses dois autores como protagonistas. Nesse debate ideológico, o rei Filipe IV recorreu a uma equipa de juristas que, segundo o direito romano, tinham

“melhor” ciência por estar acima dos costumes feudais e canônicos e que não concordavam com as imposições eclesiásticas. Era proibido ao Papa legislar fora do âmbito espiritual, segundo os juízes. O monarca podia agir livremente como governante em seu reino, enquanto a esfera de influência do clero se limitava às atividades religiosas (SOUZA; BARBOSA, 1997).

É importante ressaltar que João Quidort dedicou a sua obra ao então rei Felipe. Porém, segundo De Boni (1996), Osório não o nomeou em seu livro. Nesse contexto, João Quidort (1270-1306) possibilitou retomarmos um ponto substancial da Idade Média, ao definir a separação dos dois poderes como uma dura crítica aos defensores do poder direto do Papa em âmbito civil.

João Quidort – ou João de Paris – nasceu por volta de 1270 e faleceu, aproximadamente, em 1306. Foi um teólogo que viveu no período da transição da Idade Média para a Moderna; também foi frade dominicano, e a sua obra principal se intitula *O Poder Régio e Papal* (1989). Escrita no final do século XIV, nessa obra, Quidort ofereceu diversos argumentos e proposições contra o poder pontifício, além de criticar autores, como Egídio Romano (1243-1316), autor abordado nos parágrafos seguintes.

De acordo com De Boni (1989), a obra de João Quidort se fundamentou em Aristóteles, na Bíblia e em teólogos, como Tomás de Aquino, para explicar sobre o governo civil, além de promover a diferenciação entre os dois poderes, imperial (temporal) e o espiritual; por isso, os elementos bíblicos foram importantes à compreensão do poder eclesiástico.

João Quidort foi oponente de Egídio Romano, pois, para Quidort, a Igreja não deveria predominar sobre as coisas dos homens civis¹⁴. Para Quidort, o homem civil é aquele que renuncia parte de sua liberdade em favor da segurança e do bem-estar proporcionados por uma autoridade legítima, que é o Estado. Este, por sua vez, deve garantir a proteção dos direitos e das liberdades individuais, além de promover o bem comum e a justiça social (DE BONI, 1989).

Portanto, ao desenvolver os seus escritos, segundo De Boni (1989), João Quidort apresentou uma concepção distinta de poder em relação a Egídio Romano:

¹⁴ O homem civil é aquele que vive em sociedade e é regido por leis que visam ao bem comum. Ele se diferencia do homem natural, que vive em um estado de natureza e não tem um governo organizado, “pois o homem é um animal político ou civil” (DE BONI, 1989, p. 18).

Não se trata mais de equacionar dois poderes dentro de uma só cristandade, mas de situá-los em duas instituições diferentes, independentes e correlatas. O Estado consegue agora tornar-se mundano, mas para tanto é necessário que a Igreja se torne espiritual (DE BONI, 1989, p. 33).

O dominicano realizou uma observação sobre as ideias tomistas-aristotélicas à Igreja. Com isso, desenvolveu um poder organizado centrado em bases fortes, ao ter como objetivo o bem comum, partilhando o poder democratizante da Igreja. Quidort, em sua obra, apresenta a separação dos poderes reais e do poder eclesiástico. Trata de filósofos e teólogos fundamentais que ainda são objeto de discussão e reflexão na filosofia e na teologia contemporâneas. Esses temas geraram discussões para a sua época e são suscitados até o presente.

Destacamos a situação histórica do momento: a disputa religiosa e política entre o Papa Bonifácio VIII e o Rei da França Filipe IV, “O Belo” (1285-1314). O filósofo toma, para si, a responsabilidade de formular explicações políticas e teológicas diante da luta que foi travada:

Quidort inicia o estudo sobre a natureza dos poderes tomando como proveniente da natureza o fato de os homens reunirem-se em sociedade, “pois o homem é um animal político e civil” (c.I), diz ele, seguindo literalmente, em quase todos os textos a respeito, tópicos do *De regimine principum* (DE BONI, 1989, p. 18).

João Quidort acreditava que os homens tinham uma inclinação para viver em sociedade, pois isso era de sua própria natureza humana; logo, seria mais hábil alcançar o bem comum. Quidort se pauta em algumas ideias e conceitos comuns à tradição filosófica desenvolvida a partir da obra de Aristóteles: “[...] em geral, na trilha de Aristóteles, havia observado que os homens, ao unirem-se em sociedade, elegeram um chefe não para serem por ele tiranizados, mas para o bem de todos” (DE BONI, 1989, p. 36).

O autor parte do pressuposto de que o poder régio é estabelecido com o objetivo de garantir o bem-estar e a segurança de todos os membros da sociedade. Para ele, o rei deve ser visto como um servidor do povo, que tem a responsabilidade de proteger os direitos e as liberdades dos cidadãos, além de promover a justiça e a paz social.

Segundo De Boni (1989), João Quidort iniciou os estudos sobre a natureza dos poderes tomando como verdade o fato de os homens se reunirem em

sociedade. De Boni (1989, p. 18) observa que: “A inclinação do homem para viver em sociedade é um postulado da natureza que, para ser implementado exige um esforço da razão: foi necessário fazer um pacto entre os indivíduos, para que a sociedade se constitui-se”. Por sua vez, esse pacto se constituía-se em dois fundamentos: o primeiro é o direito natural (lei verdadeira), e o segundo é o direito romano.

A partir desse excerto, De Boni (1989) evidencia que o homem não se governa sozinho e não se dirige a si mesmo, no entanto se dirige a outro indivíduo, sendo fundamental a vida em multidão até para a sua própria existência.

A vida em multidão ou em conjunto ocorre a partir das cidades e dos reinos, um lugar onde as pessoas buscam pelos seus interesses. É pertinente destacar a importância da existência do bem comum para a sociedade ordenada por uma pessoa que zele pelo bem comum de todos. Na obra *Política*, de Aristóteles, o surgimento da cidade é descrito como uma forma natural pela natureza política do homem em sociedade. Logo, a cidade está na natureza, e o homem é o animal cívico feito para viver em sociedade política. Segundo Aristóteles (2009, p. 11): “Assim, o homem é um animal cívico, mais social do que as abelhas e os outros animais que vivem juntos. A natureza, que nada faz em vão, concedeu apenas a ele o dom da palavra, que não devemos confundir com os sons da voz”.

Aristóteles cita, como exemplo, os animais, e situação similar ocorre nas cidades, isso porque, segundo a teoria aristotélica, os indivíduos e as sociedades são apenas parte subordinada ao todo ou a cidade; assim, fazendo parte de um corpo político, só dispõem de uma utilidade ao se articular com o todo.

Ao fazer parte de um todo, é com base nas virtudes que se define um cidadão. No entanto, conforme postulado por Aristóteles na *Política*, é necessário analisarmos quem podemos qualificar como cidadão. Faz-se importante frisar que o conceito de cidadão considerado para este trabalho parte da análise da obra *Política* de Aristóteles; assim, “[...] o que constitui propriamente o cidadão, sua qualidade verdadeiramente característica, é o direito de voto nas Assembleias e de participação no exercício do poder público em sua pátria” (ARISTÓTELES, 1998, p. 31). Ou seja, aqueles que participam do poder deliberativo ou político são chamados de homens livres.

Posto isso, concentramos as nossas ideias no governante que tem como primazia o bem comum. João Quidort (1989, p.44), no início da sua obra, define o

governo como: “reino é o governo de uma multidão perfeita ordenada ao bem comum e exercido por um só indivíduo”. Ao mencionar “governo de uma multidão perfeita”, Quidort passa a ideia de que os membros estão unidos em torno de um objetivo comum. Nessa perspectiva, o rei é visto como o líder natural dessa comunidade, responsável por garantir o bem-estar e a segurança de todos os seus membros.

Identificamos, na obra de João Quidort, duas tendências de formas de governo propostas pelo autor: o Direito Natural e o Direito das Gentes. “O fundamento primeiro é sempre a natureza, o *direito natural*, mas que só se concretiza através do *direito das gentes*” (DE BONI, 1989, p. 18, grifos do autor). O Direito Natural é observado como um conjunto de leis e princípios universais e imutáveis que derivam da própria natureza humana. Em contrapartida, o Direito das Gentes é um conjunto de normas que regulam as relações entre as nações e os povos.

Para Quidort, ambos os direitos são essenciais para a justiça e a equidade nas relações humanas, tanto a nível individual quanto coletivo. O Direito Natural é visto como uma fonte superior de leis, enquanto o Direito das Gentes busca promover a harmonia e a convivência pacífica entre as diferentes culturas e povos.

Juntos, o Direito Natural e o Direito das Gentes representam importantes fontes de normas e princípios para a organização da sociedade e a promoção do bem comum. Quidort (1989) defendia que as leis naturais não são criadas ou modificadas pelos governantes, mas, sim, derivam da própria natureza humana. Além disso, ele acreditava que o conhecimento do direito natural era essencial para que as leis humanas fossem justas e que o governo fosse legítimo.

O Direito proposto pelo autor é o Direito Natural, a partir da interpretação feita pela *Política* (1998) de Aristóteles. Portanto, a partir das leis e do governante, torna-se possível a cidade ou o reino, propostos por Aristóteles como pólis:

E como os homens, pela comunidade das palavras, não conseguiam passar da vida natural para a vida em comum correspondente à sua natureza, como foi visto, então alguns homens, que faziam maior uso da razão e sofriam sob a falta de rumo de seus semelhantes, empreenderam a obra de, através de argumentos persuasivos, convencer os demais a partir para uma vida comum ordenada, sob a direção de um único chefe, conforme narra Cícero. Os que concordaram foram ligados por certas leis relativas à vida em comum, que aqui são chamadas de direito das gentes. Assim fica

claro como este regime procede tanto do direito natural como do direito das gentes (QUIDORT, 1989, p. 46).

O elemento fundamental para o reino e o governante reside na busca pelo bem comum, na administração da jurisdição para evitar injustiças e na união de todos por intermédio da lei. Conforme proposto por Quidort, o governante deve estar submetido ao povo e legitimar, constantemente, o seu poder:

Contudo, toda a multidão, na qual cada um persegue o próprio interesse, acaba por dissolver-se e dispersar-se em diversas direções, a não ser que seja ordenada para o bem comum por uma só pessoa, a quem foi confiado o cuidado pelo bem comum, do mesmo modo como o corpo do homem se decomporia, se nele não existisse uma certa força comum, que visasse o bem de todos os membros (QUIDORT, 1989, p. 45).

De acordo com a passagem sobredita, João Quidort defendeu que o governo deveria estar voltado ao bem comum, mantido apenas por uma pessoa, que, por sua vez, deveria estar tomada de virtudes e garantir as leis enquanto a organização social estiver sob a sua tutela e poder.

Para Quidort, a Igreja tinha como autoridade o Papa, que estaria à frente das coisas divinas, posto que ele era nomeado por Cristo, dada a sua descendência de Pedro e, portanto, a origem da autoridade papal. Apesar disso, na vida temporal, a mesma hierarquia nem sempre era possível, pois não havia como o Papa estabelecer o que deveria ser feito fora do seu domínio, da Igreja.

Destarte, Quidort defendia a separação dos dois poderes e dos dois ofícios como forma de garantir a efetivação das leis e um governante virtuoso. Para essa justificação, ele aponta dois erros considerados graves e cometidos pelos defensores do Papa. O primeiro consiste em: “[...] afirmando que o senhor Papa, como representante de Cristo na terra, possui o domínio bem como a jurisdição sobre bens temporais dos príncipes e barões” (DE BONI, 1989, p. 42). O Papa afirmava não ter jurisdição nas coisas temporais; logo, deve-se entender a fala regular, a fim de se manter a paz entre os príncipes e a Igreja.

O segundo erro consiste em: “[...] este poder sobre as coisas temporais o papa o possui em proporção maior que o príncipe, pois o papa o tem como autoridade primária, diretamente de Deus, através do papa” (DE BONI, 1989, p. 42). Afirma-se que a Igreja é um reino, e que o Papa é o detentor da plenitude, de modo

a exercer um controle sobre todas as pessoas e os bens materiais. A passagem supracitada apresenta a dificuldade que Quidort teve em evitar cair em erros, um aspecto que, para o autor, é considerado comum para os envolvidos na disputa pelo poder sobre as relações entre o reino e a Igreja.

A Igreja não poderia ter o poder sobre todas as coisas/homens, pois cada indivíduo deveria escolher o seu governo. Portanto, Quidort propõe a separação dos poderes, definindo duas instituições, Estado e Igreja, sendo que a Igreja cuidaria, exclusivamente, do poder espiritual: “Dizem também que o poder espiritual é chamado de sacerdócio real porque Cristo é rei e sacerdote, e seu vigário possui o poder real e sacerdotal, pois por ele o poder real é instituído, regulado, santificado e abençoado” (QUIDORT, 1989, p. 79).

João Quidort não inseriu a Igreja para prestar serviços ao poder civil, porém abriu espaço para que os dois poderes detivessem a sua independência, explicitando o que cada uma poderia alcançar:

Pode-se, sem dúvida, dizer que o sumo pontífice é cabeça com relação à colocação exterior dos ministros, enquanto é o principal entre eles e de quem, como do principal vigário de Cristo nas coisas espirituais, depende toda a ordenação dos ministros como do hierarca e arquiteto, do mesmo modo como a Igreja romana é a cabeça das demais igrejas. mas o papa não é cabeça no sentido de que deve dispor sobre coisas temporais, pois nestas cada rei é cabeça de seu reino, e se houver um imperador, que governe sobre tudo, ele é cabeça do mundo (QUIDORT, 1989, p. 112).

Nessa passagem, Quidort afirma que o sacerdócio real Jesus Cristo é rei e sacerdote; assim, os seus representantes também têm esse mesmo poder. Desse modo, para que haja uma relação de divisão de poder, De Boni (1989) institui as duas instituições, que são: Estado e Igreja. Para João Quidort, o reino tem preeminência ao sacerdote.

O dominicano afirmava que o poder político partia de Deus para o povo – e, assim, para o monarca. Tanto o Papa quanto o Príncipe exerciam o poder a partir do povo. Percebe-se que João Quidort separa os dois poderes: o eclesiástico e o civil. Compete ao poder civil “[...] preocupar-se com a vida terrena dos homens” (QUIDORT, 1989, p. 51). Por seu turno, o papel da Igreja se restringe ao plano espiritual – e, ao rei, caberia o campo temporal:

Se, porém, o rei pecar em coisas temporais, cujo julgamento não compete à Igreja, então não cabe em primeiro lugar ao papa corrigi-lo, mas aos barões e pares; estes se não podem ou não ousam, podem então pedir o auxílio da Igreja a qual, solicitada pode admoestar o príncipe e proceder contra ele do modo acima anunciado (QUIDORT, 1989, p. 91).

Dessa perspectiva, como modelo para a sociedade, caberia ao príncipe buscar o bem comum, abdicando de seus interesses privados. Na passagem evidenciada, identificamos a função canonista de Quidort, ao se preocupar com as coisas temporais, pois, como um membro do Clero, o posicionamento em sua obra seria de assegurar de que cabe apenas ao rei definir o que será de seu reinado, corroborando com a máxima: “Dai a César o que é de César e a Deus o que é de Deus”.

Nessa conjuntura, o teólogo Egídio Romano (1243-1316) defendeu as posições do rei em um escrito dedicado ao príncipe Filipe, que aborda a educação do futuro governante, um tipo de tratamento moral que aponta as qualidades e virtudes recomendadas ao soberano.

Egídio Romano foi um jurista e teólogo que, em sua obra *Sobre o Poder Eclesiástico*, dedicou ao Papa Bonifácio VIII e apresentou o poder absoluto do Papa, sendo considerado uma das obras de maior relevância para a Idade Média. Ainda jovem, ele entrou para a ordem dos Agostinianos e, entre os anos de 1269 e 1272, foi aluno de Tomás de Aquino (DE BONI, 1989).

Na obra mencionada, Egídio Romano sintetizou, teologicamente, o pensamento político, mediante a análise da natureza e das competências das autoridades espirituais, além das suas relações de poder secular. Ademais, realizou uma fundamentação da teoria papal e a inserção do poder civil ao religioso. Em sua obra, Romano define:

[...] qual a relação entre o poder eclesiástico e o civil na constituição de novos estados soberanos; é necessário redefinir competências entre a autoridade religiosa supranacional e as autoridades civis nacionais que neste momento se afirmam (DE BONI, 1989, p. 13).

Faz-se necessário vincular as questões filosóficas e políticas ao momento histórico do autor. Egídio Romano era amigo do rei Felipe, O Belo e Bonifácio VIII. A partir disso, acirrou-se uma separação dos poderes laico e clerical; ao escrever o *De Ecclesiastica Potestate*, ele logo se colocou ao lado do Papa. Essa obra teve como

princípio norteador autores, como Aristóteles, Platão e Hugo de São Vitor (1097-1141). Egídio Romano, ao firmar questões sobre a autoridade da Igreja, argumentou que “A Igreja domina sobre a alma; o príncipe sobre o corpo” (DE BONI, 1989, p. 19). Portanto, a sua autoridade sobre o mundo seria suprema:

Faz parte do patrimônio comum medieval afirmar que a autoridade religiosa, por referir-se à salvação, possui uma dignidade maior que a autoridade civil. Qualquer pensador medieval haveria também de aceitar como ponto pacífico que o rei, o imperador, bem como todo cristão deve ouvir o papa em questões de fé (DE BONI, 1989, p. 16-17).

Na passagem em foco, podemos notar que Egídio Romano acreditava que a Igreja obtinha o direito de cuidar da salvação humana, mas também do cotidiano da vida dos homens civis. Para desenvolver essa explicação, Egídio Romano se utilizou da alegoria dos dois gládios, sendo elas a espiritual e a temporal – e a Igreja tinha ambas. Todavia, concede o gládio temporal aos reis, desde que usassem sempre a favor da Igreja.

Segundo De Boni (1989, p. 20), para Egídio Romano “O corpo e a alma são coisas diferentes, um não é o outro, mas o corpo, por sua natureza, deve estar subordinado à alma”. Desse modo, Egídio Romano se posicionou firmemente ao poder espiritual e, por consequência, apoiou a autoridade papal.

Em suma, para Egídio Romano, o poder temporal necessitava do direcionamento de Deus, pois só ele poderia conduzir à salvação. “Assim também o poder eclesiástico, por ser o que mais se aproxima da perfeição, é superior ao poder civil e é servido por este” (DE BONI, 1989, p. 20). Acreditava, assim, que a Igreja era detentora de ambos os poderes.

Ao tratar da autoridade sacerdotal, ele descreve que:

Não pode haver dúvida, entre os sábios, que a autoridade sacerdotal preceda em dignidade e nobreza à autoridade régia e terrena, coisa que podemos afirmar de quatro maneiras: primeiro, pela doação dos dízimos; segundo, pela bênção e santificação; terceiro, pela aceitação do poder; quarto, pelo governo das coisas (ROMANO, 1989, p. 46).

O dominicano defendia que o “[...] poder eclesiástico culmina e resume-se em um só homem, no qual encontra toda a soberania: o papa” (ROMANO, 1989, p. 21).

Dessa maneira, a autoridade eclesiástica e temporal tem especificidades; as suas diferenças estavam em sua própria natureza, posto que toda autoridade é instituída por Deus, e a Igreja seria uma instância superior – por conseguinte, cabe a ela instituir a autoridade secular sobre os homens.

Para o autor, existiria uma ordem hierárquica na sociedade, na qual a Igreja seria a detentora de todo o poder. Assim, fica explicitado o seu posicionamento a favor da supremacia do poder espiritual, estando ao lado do Papa. Além disso, fica evidente, em suas passagens, que o poder eclesiástico surgiu anteriormente ao poder secular e que ele representava o poder de Deus. Defendia que o poder eclesiástico representava a vontade de Deus sobre o que ocorria no meio terreno. Egídio Romano descreveu, também, sobre a diferença dos dois gládios, sendo que o poder terreno é voltado para o rei, e o eclesiástico ao sumo pontífice:

Todos os reis cristãos, todos os príncipes fiéis devem refletir de onde veio o poder régio e como o Senhor mandou que fosse constituído um rei sobre o povo fiel; e descobrirão clara e manifestamente que tal poder foi constituído através do sacerdócio. Portanto, o poder régio não veio também diretamente de Deus como o sacerdotal, mas aquele veio através deste e conseqüentemente debaixo deste (ROMANO, 1989, p. 91).

De acordo com Egídio Romano, competia à Igreja o poder terreno, deixando claro que os governantes seculares precisavam estar submissos a ela. Assim, a autoridade eclesiástica cuidava do poder régio, pois cabia ao poder eclesiástico os assuntos ligados a Deus. Nesse sentido, o que estava posto é que os príncipes tinham o poder temporal, mas estariam submetidos às intervenções da Igreja.

O poder temporal estaria à disposição da Igreja, visando à salvação de seus fiéis. Em relação ao poder papal, Egídio Romano afirma o seguinte:

Para se resolver tal controvérsia, é preciso saber que o poder pertence ao gênero das coisas boas. Nenhum bem é dado ou concedido a alguém senão pelo Sumo Bem, que é o bem de todo bem. Mas embora o poder seja bom e dado por Deus, contudo o uso do poder pode não ser bom (ROMANO, 1989, p. 117).

Segundo Egídio Romano, o poder dos reis era oriundo da Igreja, já que, sem a Igreja, não seria possível governar justamente. Portanto, se o poder da Igreja se

baseia em Deus, cabia ao sumo pontífice julgá-lo, caso agisse sem sabedoria. Egídio Romano descreve duas distinções:

Há, pois, distinção: uma coisa é o poder, outra, o uso do poder; o poder de per si é sempre bom, contudo, o uso pode não o ser. Há outra distinção: embora todo poder emane de Deus, contudo nem todo poder é mandado por Deus, mas um é mandado e outro é permitido (ROMANO, 1989, p. 117-118).

Egídio Romano defendia o poder dos reis a partir da derivação da Igreja. Entretanto, sem o poder da Igreja, nenhum soberano poderia governar justamente. De maneira oposta dos defensores da supremacia papal, ele defendeu a autoridade temporal sobre a dos reinos, procurando absorver o domínio espiritual sobre a jurisdição.

Cumprido observar, aqui, que Egídio Romano, ao escrever a obra *Sobre o Poder Eclesiástico*, expressou questões pertinentes ao seu tempo. Para De Boni (1989, p. 26): “Egídio serviu-lhes de intérprete”, porque foi um homem legítimo e participou da sua comunidade. Essas formulações vêm em consonância com a necessidade de legitimar o poder do Papa.

Dessa forma, ao analisarmos as questões referentes ao passado, é possível compreendermos a nossa cultura e a nossa sociedade. Isso porque pensar nessa formulação dos tempos históricos é de suma importância para a pesquisa no âmbito educacional, visto que o pensamento histórico nos permite o entendimento do todo, do coletivo, da memória social – e, por esse motivo, propicia a formação humana.

2.6 Obras de Jerónimo Osório

2.6.1 Resumo – Tratados da Nobreza Civil e Cristã (1542)

A obra *Tratados da Nobreza Civil e Cristã*, escrita por Jerónimo Osório (1506-1580), em 1542, foi um tratado que, como conteúdo principal, apresentou a formação da sociedade. Esse trabalho foi formado por cinco partes, compostos separadamente. A primeira parte da obra é o *Tratado da Nobreza Civil* que, dividido

em dois livros, discorre sobre as aptidões da nobreza e as virtudes, além de apresentar uma importante discussão concernente à formação política da sociedade. A segunda parte da obra, composta por três livros estruturados também por parágrafos, denomina-se *Tratado da Nobreza Cristã* e trata de assuntos relacionados à Igreja, ou melhor, à religião, como o Antigo Testamento Cristão e grandes nomes de toda a bíblia.

Em análise às *Cartas Portuguesas*, observamos que Antonio Agustín escreveu uma carta endereçada a Jerónimo Osório, no ano de 1541, em que descreve um comentário sobre a sua obra *Tratado da Nobreza*. Antonio Agustín inicia a carta afirmando que, embora estivesse pronto para fazer uma crítica severa da obra, foi rapidamente conquistado pela doçura das palavras e pela autoridade dos temas abordados, abandonando a intenção de criticá-la.

O livro *Tratado da Nobreza Civil e Cristã* é deveras significativo na história da literatura portuguesa e na história do pensamento político e social em Portugal. A obra reflete as preocupações do autor com a virtude, o dever, a religião e a sabedoria, bem como fornece uma visão única da cultura nobre do século XVI em Portugal.

Antonio Agustín realiza uma crítica construtiva em sua obra ao mencionar que gostaria que Jerónimo tivesse sido mais comedido em suas afrontas de palavras, quando criticou o livro em língua toscana, pois isso teria sido mais apropriado, considerando a grande autoridade que Jerónimo ostenta na obra. Além disso, ele argumenta que, uma vez que Jerónimo Osório escreveu a sua obra para todos os povos, não seria apropriado conferir tanta importância a um único homem entre os seus concidadãos.

Em resposta a Antonio Agustín, Jerónimo Osório escreve que:

Li com enorme agrado a tua carta, na qual revelaste claramente a singular amizade que nutres por mim. Com efeito, ainda que não seja possível – em conformidade com o grande afeto que sinto por ti – acontecer que não me calhe prazenteiro e a contento tudo que vem de ti, todavia é para mim incomparavelmente de mais aprazimento o teres satisfeito, mediante as tuas anotações críticas, com extraordinária diligência, a todas as obrigações da amizade (TAVARES, 2020, p. 23).

A passagem em questão expressa a gratidão que Osório sentiu ao ler a carta de Antonio, que demonstrou a sua amizade e afeto pelo remetente. Jerónimo

responde agradecendo e destacando a importância da amizade em sua vida. A linguagem utilizada na passagem é formal e polida, característica de uma correspondência escrita em um contexto social mais distante ou cerimonial. Jerónimo elogia a diligência e crítica de Antonio, mas também deixa claro que nem sempre é possível agradar a todos.

A partir dos elogios e das respostas entre os dois autores, percebemos que a obra escrita por Jerónimo Osório se trata de um manual de civilidade, pois, em suas passagens, Osório expressa a sua real preocupação com a sociedade, a política e o reinado de Portugal. Portanto, a sua obra foi escrita e dedicada ao então Infante D. Luís, ao ter como público a nobreza e a aristocracia da época.

Jerónimo Osório escreveu o livro com o objetivo de fornecer uma visão abrangente da vida e dos deveres dos nobres, apresentando ideias e princípios que ele considerava essenciais para o bom desempenho da nobreza. Esse escrito também tinha o objetivo de incentivar os nobres a buscarem a virtude, além de evidenciar exemplos de figuras históricas que os nobres deveriam seguir como modelos de conduta.

2.6.2 Resumo – Cartas Portuguesas (1819)

A reflexão que elaboramos sobre as sete *Cartas Portuguesas* se alinha à questão social do período em que elas foram escritas por Jerónimo Osório (1506-1580), a saber:

a) *Jerónimo Osório ao Infante D. Luís (finais de 1542)*, a carta escrita por Jerónimo Osório ao Infante D. Luís, no final de 1542, trata, principalmente, da educação do infante e da importância do conhecimento das línguas clássicas, especialmente do latim.

b) Em *Jerónimo Osório ao Rei D. Sebastião (12 de junho de 1570?)*, Jerónimo Osório, bispo de Silves, expressa a sua lealdade e gratidão ao Rei D. Sebastião, ressaltando a importância do papel do monarca como líder e governante da nação.

c) *Jerónimo Osório a Dona Catarina (7 de fevereiro de 1571)*, a carta de Jerónimo Osório à Dona Catarina, datada de 7 de fevereiro de 1571, trata,

principalmente, da morte de Dona Leonor de Áustria, a segunda esposa do rei D. Manuel I de Portugal, que havia falecido em 1558.

d) *Dona Catarina a Jerónimo Osório (22 de fevereiro de 1571)*, a carta de Dona Catarina a Jerónimo Osório, datada de 22 de fevereiro de 1571, é uma resposta à carta anteriormente enviada pelo bispo à rainha, expressando o seu descontentamento por não conseguir servir ao reino devido à sua idade e saúde.

e) Em *Jerónimo Osório ao Rei D. Sebastião (agosto/outubro de 1574)*, continuam, nessa carta, conselhos para o rei sobre questões militares, especialmente em relação à ameaça do Império Otomano e à necessidade de fortalecer as defesas costeiras do país.

f) *Jerónimo Osório a D. Sebastião (13 de dezembro de 1575)* foi uma carta escrita por Silves para Lisboa, em que Jerónimo Osório escreve ao rei D. Sebastião para denunciar a conduta inadequada de Máximo Dias de Lemos, feitor das marinhas de Tavira, que estaria prejudicando a Igreja ao se recusar a pagar o dízimo das marinhas que, há muito tempo, vinha sendo pago justamente à Igreja.

g) Já a carta de *Jerónimo Osório, defesa do seu bom nome (20.06 - 17.07/1580)* foi escrita em Tavira e Osório. Tinha como objetivo a defesa de acusações feitas contra ele, ao alegar que a sua reputação estava sendo difamada por inveja e ressentimento de pessoas que não conseguiram alcançar os seus objetivos pessoais e profissionais.

Como é possível perceber, cada carta escrita ou recebida por Jerónimo Osório apresenta um tema específico, como educação, lealdade ao rei, morte de uma rainha, conselhos militares, denúncias de conduta inadequada e defesa do seu nome. Também é possível identificar o contexto social e histórico em que as cartas foram escritas, de maneira a abranger o período do século XVI em Portugal.

3. HUMANISMO RENASCENTISTA: A IMAGEM DO PRÍNCIPE COMO IDEAL DE GOVERNO NO SÉCULO XVI

O Humanismo Renascentista foi um movimento de natureza intelectual e filosófica que se desencadeou na Europa durante o período do Renascimento, isto é, entre os séculos XV e XVI. Esse movimento incentivou o espírito de inovação por meio da ideia “voltar às raízes”, especialmente no que tange à cultura e às artes. Sobre isso, Russell (2015, p. 633) afirma que “O período da história a que costumamos dar o nome de ‘moderno’ possui um ponto de vista intelectual que difere em muitos aspectos do ponto de vista do medievo”.

Nesta seção, analisamos a obra *Tratados da Nobreza Civil e Cristã* (1542), autoria de Jerónimo Osório, com o intuito de compreender o tratado na educação dos príncipes, sob a perspectiva do Humanismo Renascentista. Abordamos, também, as questões políticas e pedagógicas, no sentido de compreender o que esse autor buscou evidenciar por meio de seus tratados, para quem esses debates eram dirigidos e para quem os discursos eram oportunizados. Por se tratar de um humanista, essa seção contempla ainda o humanismo português e a formação do príncipe como ideal de governo do século XVI. Por isso, ressaltamos que, como linha de pensamento, o nosso estudo seguiu, primeiramente, o Humanismo Renascentista e, posteriormente, a análise da obra *Tratado da Nobreza Civil e Cristã* (1542).

O humanismo foi uma corrente filosófica que surgiu na Europa no final da Idade Média e início da Idade Moderna, que defendia a centralidade e a dignidade do ser humano. Em um contexto de mudanças sociais, políticas e culturais, o humanismo renascentista valorizou a cultura greco-latina e o pensamento clássico como fontes de inspiração e autoridade, tendo como objetivo principal a formação integral do homem.

Segundo Urbano (2020), o Humanismo Renascentista caracterizou-se pelo reconhecimento ao texto e à palavra, além do programa educativo denominado *studia humanitatis* constituído pelo estudo da gramática, retórica e filosofia, sendo o meio para se obter a formação humana integral.

O Humanismo Renascentista esteve ligado, por diversas vezes, aos movimentos de reforma religiosa entre os séculos XV e XVI. Esses movimentos

estiveram intimamente associados ao humanismo renascentista, embora os humanistas tenham criticado a forma como a hagiografia¹⁵ foi escrita e usada como instrumento de poder, eles também reconheceram o valor literário dessas obras e sua importância para a cultura da época.

Segundo Urbano (2020), um dos humanistas na área da hagiografia é Battista Spagnoli Mantuano (1447-1516), carmelita e italiano, foi um dos exemplos que nos permitiu compreender como os humanistas participaram do movimento de renovação cultural e literária, que foi o Humanismo Renascentista. Mantuano foi batizado pelo humanista Erasmo como sendo o "Virgílio Cristão", pois ele e outros humanistas do mesmo período procuravam conciliar a literatura pagã com os valores cristãos, recriando uma nova literatura.

Realizamos um recorte, em nossa dissertação, para apresentar a hagiografia que teve seu impulso devido ao Humanismo Renascentista, pois os humanistas realizaram críticas e exigências na literatura, resultando em uma hagiografia renovada. Segundo Urbano (2020), outra influência do Humanismo Renascentista na produção hagiográfica foi o desenvolvimento da biografia devota. Ao final do século XV, surgiram coleções de biografias de homens das ordens religiosas considerados ilustres. Essas coleções foram influências do gênero biográfico cultivado na antiguidade como Plutarco, que foi um dos autores mais traduzidos e "imitados" no Renascimento. Observamos que alguns humanistas estariam de prontidão mais para realizar críticas à hagiografia do que apresentar a valorização da literatura, "O incremento da biografia devota por influência da redescoberta de Plutarco foi mais um dos contornos do Humanismo Renascentista a que a literatura Hagiográfica não foi de todo alheia" (URBANO, 2020, p. 101).

Recorremos a esse estudo para que pudéssemos compreender as influências humanistas na educação dos governantes do século XVI em Portugal. Compreendemos, também, que o estudo hagiográfico e a celebração dos santos marcaram a vida religiosa, civil e acadêmica, expressando-se por meio da oratória, nos textos em prosas e nas poesias.

Em Portugal, a poesia foi o que mais se destacou na literatura da hagiografia portuguesa. Os humanistas portugueses consideraram a poesia o gênero literário

¹⁵ Hagiografia é uma área de estudo que está relacionada aos santos e suas biografias. O autor mencionado no parágrafo. Battista Spagnoli Mantuano, é conhecido pelo seus estudos na área da hagiografia.

lírico mais magnífico para comemorar os santos e suas vidas ilustres. Sebastião Tavares Pinho (2020), licenciado em Línguas e Literaturas Clássicas e Portuguesa, compreende que os poetas tinham como missão transcrever, com veracidade, os costumes dos homens do século XVI. Quando um poeta usa ficção poética, mitologia e alusões literárias para comunicar a verdade, pode torná-la mais bela e expressiva, atraindo, mais facilmente, os homens aos desejos das virtudes. Portanto, na valorizada transição da forma literária, para a transmissão da mensagem, conforme definido por D. Jerónimo Osório, encontramos alguns exemplos na literatura hagiográfica do humanismo português.

Dentre esse contexto de reformas, a devoção dos santos foi posta em diversas dimensões. Os estudos humanistas na educação e a preocupação filológica em instaurar as fontes de sua originalidade observam a influência dos autores antigos e a difusão de alguns gêneros literários como a poesia e a biografia e uma visão humanista e uma visão aristotélica como necessariamente moral, as quais auxiliaram na renovação da literatura histórica.

Ao realizarmos esses estudos relacionados com o Humanismo Renascentista, observamos o autor Erasmo de Rotterdam (1466-1536), que foi teólogo, escritor holandês do século XVI, escreveu obras importantes como *Elogios da loucura*, que criticava a sociedade da época por sua ignorância e corrupção, e *O Manual do Cavaleiro Cristão*, que discutia a relação entre a fé e a moralidade. Ele acreditava que a educação era essencial para a formação de um indivíduo virtuoso e que a sabedoria e a compaixão eram as principais qualidades que um cristão deveria possuir.

Para Erasmo, um dos principais expoentes do humanismo renascentista, o humanismo significava a valorização da razão, a busca pela verdade, a humanização da religião, a valorização da cultura clássica, a crítica ao dogmatismo e à superstição, e a valorização da liberdade de pensamento (PIMENTEL, 1954).

Erasmo também defendia uma abordagem mais humanista para a interpretação das Escrituras, valorizando a razão e a investigação crítica. Ele argumentava que o estudo dos textos bíblicos deveria ser feito em seu contexto histórico e cultural, e que a interpretação literal poderia levar a equívocos e fanatismo, sendo um dos principais defensores do humanismo cristão, conceituando o termo humanismo como:

O termo “humanismo” é derivado de *humanitas*, que no tempo de Cícero (106-43 a.C.) designava a educação do homem enquanto considerado em sua condição propriamente humana, correspondendo ao sentido da palavra grega *paideia*: a educação por meio de disciplinas liberais, relativas a atividades exclusivas ao homem e que o distinguiam dos animais (OLIVEIRA, 1984, p. VII).¹⁶

Erasmus era um crítico da sociedade da época, que via como corrupta e ignorante, e sua obra *Elogio da Loucura* satirizava os vícios e as fraquezas humanas. Ele defendia que a busca pela virtude e pela sabedoria era essencial para a felicidade e a realização humana. Acrescenta, também, sobre a autonomia: “A autonomia do ser humano é buscada pelos humanistas da Renascença por meio de uma volta à Antiguidade, a seus modelos e a suas diretrizes pedagógicas” (OLIVEIRA, 1984, p. VII-VIII).

Erasmus apresenta um modelo de governo semelhante ao de Osório, privilegiando a razão, a justiça e a virtude. Vejamos essa passagem:

E, enquanto o modestíssimo homem fica a escutá-lo, o adulator ostenta penas de pavão, levanta a crista, modula uma voz de timbre descarado comparando aos deuses o homenzinho de nada, apresentando-o como modelo absoluto de todas as virtudes, muito embora saiba estar ele muito longe disso, enfeitando com penas não suas a desprezível gralha, esforçando-se por alvejar as peles da Etiópia, e, finalmente, fazendo de uma mosca um elefante (OLIVEIRA, 1984, p. 9).

Erasmus utiliza uma metáfora com aves para descrever a situação: enquanto o homem modesto ouve, atentamente, o que é dito, o adulator exhibe-se como um pavão, levantando a cabeça e proferindo elogios exagerados. Ele acreditava que um bom governante deveria ser um líder sábio e justo, capaz de governar com base na lei e no bem comum, em vez de governar para benefício próprio.

O modelo de governo descrito na obra *Tratados da Nobreza Civil e Cristã* de Jerónimo Osório refere-se a um governo justo e virtuoso, e o rei é visto como um defensor do bem comum e um exemplo de virtude para os seus súditos. Esse modelo de governo apresentado por Jerónimo Osório parece ter sido inspirado nos conceitos ético-políticos presentes nos poemas homéricos, especialmente na *Ilíada*.

¹⁶ A obra utilizada nesta dissertação foi *Elogio da Loucura*, de Erasmo de Rotterdam, sendo uma tradução realizada por Paulo M. Oliveira em 1984.

No poema *Ilíada*, o rei é apresentado como um líder sábio e justo, que governa com base na lei e na virtude. Ele é um modelo para os seus súditos e a sua autoridade é baseada na sua sabedoria e caráter virtuoso. Tal modelo de governo é contrastado com o governo tirânico, no qual o governante é visto como um opressor, que usa o seu poder para benefício próprio, em vez de beneficiar a comunidade.

Jerónimo Osório, do mesmo modo que Erasmo, parece ter usado esses conceitos ético-políticos dos poemas homéricos para desenvolver o seu próprio modelo de governo justo e virtuoso. A sua obra destaca a importância da virtude e da justiça no governo e argumenta que o papel do governante é defender o bem comum e o interesse do povo.

Resende (2020) menciona a importância de comparar a linguagem camoniana à de outros autores renascentistas, como António Ferreira, Diogo Bernardes e Jorge Ferreira de Vasconcelos, para uma análise mais completa. No entanto, apesar da falta de estudos comparativos, vários linguistas têm apontado o papel de Camões na renovação da língua portuguesa e na introdução de novos vocábulos. Isso se deve ao prestígio de *Os Lusíadas* de Luís de Camões (1524-1580) e à sua influência na literatura posterior. Assim, mesmo que algumas formas consideradas originais tenham sido usadas anteriormente, a contribuição de Camões é reconhecida.

A grande quantidade de palavras de origem camoniana presentes na tradução portuguesa do poema *Ilíada* sugere uma possível influência do poema *Os Lusíadas*, o que poderia levar a uma reconsideração da datação da tradução do poema *Ilíada*, possivelmente posterior a 1572. No entanto, análises realizadas indicam a impossibilidade de o tradutor da *Ilíada* ter sido influenciado por Camões, mesmo considerando a renovação linguística em Portugal. Além disso, Resende (2020) argumenta que a presença dessas palavras camonianas pode ser considerada um argumento de natureza lexical que, não necessariamente, aponta para uma datação posterior (RESENDE, 2020).

A influência da leitura da obra de Luís de Camões é, pelo contrário, mais evidente, pois a existência de uma grande quantidade de termos introduzidos na língua portuguesa pelo poeta d'*Os Lusíadas*, que, sendo latinismos de origem, são recuperados na tradução de acordo com o contexto original, permite que seja admitido o fenómeno de intertextualidade sem que tenhamos de pressupor um

processo paralelo de formação lexical a partir da língua latina (RESENDE, 2020, p. 358).

A tradução do poema *Ilíada* foi permitida e incorporada na recepção literária do século XVI. Esse período foi marcado por uma forte influência do estilo e vocabulário de Camões, que se refletiu na versão atribuída a Jerónimo Osório. A reprodução vocabular nessa tradução mostrou, claramente, o impacto da obra nos anos subsequentes à sua publicação, bem como a influência de *Os Lusíadas* de Camões como um modelo de inovação lexical. Em suma, a tradução da *Ilíada* de Osório foi moldada por essas influências literárias e linguísticas que estavam em voga na época.

Segundo Resende (2020, p. 363), a tradução do poema *Ilíada* de Homero não estaria relacionada a uma obra de juventude do Jerónimo Osório, de modo que “Esta hipótese seria concordante com as composições em grego elaboradas durante os anos de estudo em Salamanca que a *Vita Auctoris* menciona”. Portanto, a complexidade de se compreender a datação da tradução indicaria a necessidade de revisar a tradução. No entanto, não há argumentos que nos permitam validar ou negar a afirmação de Resende.

Os Poemas Homéricos servem já de referência e fonte de inspiração a um modelo de rei e de realeza, que vai perdurar no decorrer dos tempos. Neles, se define a natureza e a missão divina do rei, a par da sua humanidade, traduzida na expressão pastor de povos (Il. I, 231), que conheceria tão grande fortuna. Pela influência que a epopeia homérica exerce na teorização do poder real, mas sobretudo pela espiritualidade e mundo de valores que encerra, deve ser considerada a mais antiga fonte de inspiração do género, que se designa por tratados de educação de príncipes (SOARES, 1990, p. 126).

Apesar da existência de ideias partilhadas na obra dos dois autores portugueses, que se apresentam como uma formação humanista, essas ideias não comprovam a influência sofrida de *Os Lusíadas* nas obras de Osório. Não foi possível formular conclusões definitivas, até mesmo sobre a influência do poema *Os Lusíadas*, pois dependem de estudos mais aprofundados sobre a linguagem portuguesa do século XVI, não sendo o objetivo principal deste trabalho. A tradução do poema *Ilíada* e, principalmente, os primeiros oito cantos constituem um inegável interesse pela literatura grega.

A tradução do poema *Ilíada* é uma prova da curiosidade e da admiração que o público português nutria pela cultura clássica, apesar de não ter tido a mesma repercussão que a obra *Os Lusíadas*, que teve uma grande repercussão e é considerada uma das principais obras da literatura portuguesa. Mesmo com a falta de evidências concretas, podemos inferir que a tradução contribuiu para a disseminação da literatura clássica entre o público lusófono e ajudou a consolidar o estudo da língua grega em Portugal (SOARES, 2020).

É importante observar o verdadeiro significado que o pensamento clássico adquire no Renascimento, valorizando a razão, a investigação empírica e a busca pelo conhecimento. Portanto, retomamos alguns aspectos que o século XVI consagrou como modelo de príncipe, tornando essencial para o período tratado.

Ao longo da obra *Tratados da Nobreza Civil e Cristã*, Osório apresenta alguns aspectos importantes para um modelo de príncipe, sendo eles, a virtude, que se referia à habilidade do príncipe em governar. Além disso, Osório destacava a importância da educação para a formação do príncipe, acreditando que um governante bem-educado seria capaz de tomar decisões melhores e mais justas:

[...] não existe mais magnânimo e realengo do que honrar a virtude com merecido testemunho, e condecorar com honrarias a dignidade, para que deste modo, não só a justiça se acate, mas também se dê grandíssimo incremento aos que se empenham no zelo da virtude (OSÓRIO, 1996, p. 121).

Outro aspecto destacado por Osório era a necessidade de um príncipe ter um bom conselheiro, que o auxiliasse em suas decisões e o ajudasse a governar com justiça. Para Jerónimo Osório, o modelo de príncipe ideal era aquele que reunia as qualidades morais e éticas necessárias para governar com justiça e sabedoria, bem como a capacidade de formar bons conselheiros e manter um bom relacionamento com seus súditos.

A origem divina do rei liga-se à sua forma de conduta, sendo o primeiro espelho de príncipes no céu. É no Humanismo Renascentista que os valores primordiais das obras de pedagogia e ético-política surgem com apreço à fama do governante. No Renascimento, a figura do rei era vista como tendo uma responsabilidade especial em relação à conduta moral e ética, e era importante que ele se comportasse de maneira exemplar para servir de modelo para outros líderes.

Alguns desses aspectos são denominados como *Espelhos de Príncipes* do século XVI que trata, com certa relevância, autores greco-latinos, dando autoridade e beleza nas argumentações propostas. Soares (1990) menciona a obra *Institutio principis christiani* de Erasmo (1466-1536) fazendo referências à obra que transcreve versos de Homero. Mencionamos Erasmo pois trata-se de um exemplo de autor que transcreve versos de Homero em sua obra *Institutio principis christiani*, que trata da formação do príncipe cristão. Por sua vez, o humanista português Jerónimo Osório é destacado como representante do período, e sua obra *Tratados da Nobreza Civil* é citada como exemplo de obra que elogia Homero e utiliza sequências de versos da *Ilíada*. Observamos, no livro I da obra *Tratados da Nobreza Civil*, elogios direcionados a Homero, além de numerosas sequências de versos da *Ilíada*. Neste estudo, concordamos, em especial, com Soares (1994):

Mas é sobretudo nos autores do séc. IV que encontramos o modelo teórico do príncipe renascentista. Isócrates, Xenofonte, Platão, Aristóteles, que pelo espírito universal das suas obras, muito influíram na civilização ocidental, a ela transmitiram princípios filosóficos, modelos éticos e políticos (no sentido etimológico do termo) (SOARES, 1990, p. 216).

A importância que a obra *Tratados da Nobreza Civil e Cristã (1542)* ganhou na Idade Moderna em Portugal deve-se à principalidade que se dá nela, dentre todas as virtudes, à justiça e ao ajuste que há com perfeição ao ideal de príncipe e cavaleiro cristão. O Humanismo Renascentista faz-se importante devido ao empenho dos tradutores que figuram na obra *De Nobilitate Civil et Christiana*¹⁷.

Citamos, como exemplo, Aristóteles, com a obra *A Retórica*, que possibilita voltar nossos olhos para a formação civil e política do homem e do cidadão comum, servindo de modelo sobre a origem da sociedade, além das diferentes formas de constituição e características do bom rei e do tirano.

3.1 Religião, educação e política no *Tratados da Nobreza Civil e Cristã*.

¹⁷ A obra *Tratada da Nobreza Civil* é dividida em dois livros. O *Tratado da Nobreza Cristã* é dividido em três livros. A edição utilizada para esse trabalho é de 1996 traduzida por A. Guimarães Pinto.

Por sua vez, observamos, também na *República* de Platão, que essa obra foi reconhecida pelos humanistas como tendo um alto teor religioso, preconizando as virtudes cívicas como aspectos fundamentais. O Humanismo Renascentista foi um movimento que valorizou a cultura clássica greco-latina como fonte de inspiração e autoridade, bem como a formação ético-política do indivíduo. Platão e Aristóteles são mencionados como exemplos de autores clássicos que tiveram grande impacto nas ideias políticas e filosóficas da época, sendo valorizados pelos humanistas renascentistas.

Nesse sentido, apresentamos, na sequência, o material que compunha os ensinamentos de Jerónimo Osório a partir da obra *Tratados da Nobreza Civil e Cristã* (1542), sendo um tratado que apresentou como conteúdo principal a formação das pessoas, para o convívio social. Esse trabalho foi formado por cinco livros, compostos separadamente. A primeira parte do livro é o *Tratado da Nobreza Civil* que, dividida em dois livros, discorreu sobre as aptidões da nobreza e as virtudes, além de apresentar uma importante discussão sobre a formação política dos homens. A segunda parte do livro, composta por três livros estruturados, também, por parágrafos, denomina-se *Tratado da Nobreza Cristã* e trata sobre assuntos relacionados à igreja, ou melhor, à religião, como o Antigo Testamento Cristão e grandes nomes de toda a bíblia.

Para melhor analisar o conteúdo da obra, elencamos três temáticas que foram cruciais para o desenvolvimento da pesquisa: a) sobre a relação entre a religião, educação e a política, encontrado no Livro sobre a Nobreza Civil; b), a concepção de governante vinculada a formação do homem no século XVI, na qual a obra foi dedicada ao infante D. Luís, irmão do rei D. João III, também no Livro I sobre a nobreza civil e c) como Jerónimo Osório compreendia o mundo, apresentado no Livro III da Nobreza Cristã.

Na introdução da obra *Tratados da Nobreza Civil*, composta por duas partes, denominadas Livro I e Livro II, observamos a diferenciação e defesa da nobreza, não somente pelo nível que ocupa, mas pela virtude que carrega. É importante lembrar que o tratado foi dedicado ao príncipe D. Luís, monarca que incentivou Osório a dedicar-se mais intensamente à literatura do que antes, com uma atitude mais empenhada e entusiasmada, “[...] não deixarei de, ao menos com este género de escrita, manifestar o meu ânimo transbordante de dedicação por vós, de modo a

lograr que conheçais que, em todas as circunstâncias, de vós estou lembrado e agradecido” (OSÓRIO, 1996, p. 85).

A obra é constituída de uma grande exortação à virtude na qual o papel de pacificador político cabe à nobreza, que ele honra com a razão e define como guardião da virtude. Para Jerónimo Osório, a religião, a política e a educação são os aspectos cruciais da existência de um reino, sendo que a nobreza é seu elemento mais importante. Osório defende a nobreza como uma qualidade moral que pode ser desenvolvida pelos indivíduos, independentemente da sua origem social. A virtude é um elemento essencial para a construção de uma sociedade justa, e deve ser cultivada por meio da educação.

O que tornou ilustre o pensamento osoriano foi sua capacidade de transcender as questões éticas para um plano social e moral. Observamos que Osório compartilhou de um conhecimento filosófico que principiou dos renascentistas italianos. Avançando nas leituras, Osório descreveu assim:

Ora, tendo aventado muitas questões em que seria possível exercitar a pena, tratando-as ao modo aristotélico, de modo a poder mais ajustadamente servir à grandeza da vossa dignidade - pareceu-me que, entre as primeiras matérias em que cumpria alongar-me, estava a concernente à nobreza. E, porque me pareceu terem sido ordenados com escrúpulo não somenos e visto conterem matéria tão digna de um Príncipe, decidi dedicar-vos estes meus comentos sobre a natureza (OSÓRIO, 1996, p. 85).

Osório parece ter dedicado seus comentários à natureza da nobreza e sua importância para um príncipe, sugerindo que essa questão merece ser tratada com profundidade. É possível inferir que o autor acredita que a nobreza é uma característica fundamental para um príncipe, e que entender sua natureza pode ajudar a moldar o comportamento e as atitudes do governante.

Com efeito, se do sangue se deriva prestígio, não há entre as coisas humanas nada de mais sublime que o nome régio, e especialmente daqueles Reis que geram os negócios dos homens em conformidade com a vontade de Cristo Senhor Nosso, no número dos quais contamos aqueles de quem descendemos por vossa estirpe (OSÓRIO, 1996, p. 86).

Por esse viés, Osório (1996) anunciou que sua obra contemplaria o mesmo entendimento como sangue que deriva prestígio ao referir-se à nobreza. A

importância da origem nobre e do sangue real como fonte de prestígio na sociedade. Para Osório, o nome régio é uma das coisas humanas mais sublimes e os reis que governam de acordo com a vontade de Cristo Senhor são dignos de grande admiração. Essa concepção da nobreza é comum em sociedades que valorizam a tradição e a continuidade histórica, em que a posição social é vista como parte da herança da família. A nobreza, portanto, é vista como uma característica transmitida de geração em geração, estando ligada à linhagem e ao sangue.

A nobreza formou-se segundo uma tradição, que defende certas formas de governo que ultrapassam a hierarquia dos nobres não são tratadas como uma posição inteligente, justifica tal posição ao mencionar que a má distribuição de ofício geraria ações que poderiam prejudicar o reino, portanto, deve-se obter poder apenas quem teve devida preparação ou até mesmo vindo de berço.

A exposição realizada pelo autor aborda o tema da nobreza civil, sendo possível analisar a sua habilidade em articular os argumentos por meio de exemplos clássicos, tais como Platão, Aristóteles, Cícero e Homero, bem como personagens mitológicos como Aquiles e figuras históricas, a exemplo de Moisés, Rei Davi e Calebe, utilizados para ilustrar eventos específicos e fundamentar suas ideias.

Ao referir-se a Homero, Osório destaca que a verdade posta pelo poeta não é a mesma descrita pelos historiadores.

Na História, de facto, as façanhas consignam-se somente para que os homens as memorem. Nos poetas, porém, que visam a outro escopo, também se consentem muitas outras coisas, com o propósito de ocasionar uma deleitação elevada dos ouvidos (OSÓRIO, 1996, p. 100).

O autor reitera, ainda, sobre os poetas que “[...] o ofício dos poetas é copiar nos versos, com verdade, elegância e a adequação dum pincel, os costumes humanos, os ludíbrios dos fados e a condição da vida em sociedade” (OSÓRIO, 1996, p. 100). Ao fazer menção aos textos de Homero, Osório defendeu que ninguém deveria acreditar piamente nessas histórias, no entanto, os escritos retrataram as instituições e a essência do espírito do povo.

Localizamos uma passagem na qual Jerónimo Osório expressa sua opinião sobre a dificuldade de uma pessoa ser capaz de desempenhar várias tarefas diferentes com sucesso. Ele está citando Hípias, um sofista grego que, supostamente, afirmou ser capaz de ensinar qualquer assunto.

Confesso, pois, que não é fácil para qualquer engenho valer-se de si mesmo para desempenhar tão variadas ocupações, e estou mesmo em crer que este Hípias não era idóneo na execução de actividades entre si tão dessemelhantes. O qual, ademais de com grande impropriedade ter misturado disciplinas liberais e belas-artes com mesteres baixos e vis, não fez rol de todas as artes com cujo concurso a vida se assegura (OSÓRIO, 1996, p. 96).

No entanto, Osório está criticando Hípias por misturar disciplinas diferentes e menosprezar certas atividades, considerando-as inferiores. Ele argumenta que Hípias não fez uma lista completa de todas as habilidades necessárias para garantir uma vida bem-sucedida.

Essa passagem reflete a visão de Osório de que o conhecimento deve ser valorizado e que não devemos subestimar a importância de habilidades práticas. Ele também sugere que é difícil para uma pessoa dominar todas as áreas de conhecimento e habilidade e, portanto, é importante ter especialização e colaboração para alcançar o sucesso em uma ampla gama de tarefas.

Sendo assim, a educação deveria ser baseada no estudo das línguas clássicas (grego e latim), das artes liberais (gramática, retórica, lógica, matemática, astronomia, música e geometria) e da filosofia, além da leitura de obras literárias e históricas que ensinassem a virtude.

Osório acreditava que a educação deveria ser voltada para a formação do caráter e da moralidade dos alunos, ensinando-lhes a virtude, a justiça, a moderação, a coragem e outras qualidades importantes para a vida em sociedade. Para Osório, o objetivo da educação era formar homens e mulheres honrados, que servissem ao bem comum e à glória de Deus.

Jerónimo Osório concluiu a primeira parte de seu livro, *Tratados da Nobreza Civil*, de forma aristocrática, do seguinte modo:

Da mesma sorte, pois, que o garbo dum cavalo mais realça quanto é mais destro o ginete que o monta; do mesmo modo que reputamos bem ordenado um ânimo na proporção em que se curva ao mando da razão; ou da mesma forma que assentamos que só existirá segurança e prosperidade numa família enquanto obedecer ao diligente pai-de-família, assim cumpre que postulemos que a salvação da plebe está firme e bem esteada, sempre que confiar as decisões e rédeas do seu governo à verdadeira nobreza (OSÓRIO, 1996, p. 111).

Na primeira parte do livro, Jerónimo Osório defende que a verdadeira nobreza deve ser a responsável pelo governo e decisões da plebe, ou seja, a aristocracia é vista como a classe capaz de guiar a sociedade para a segurança e prosperidade.

Na introdução do segundo livro, Osório destaca que a sociedade civil foi constituída a partir de movimentos incertos, mas que a nobreza teve um papel importante na formação dessa sociedade, trazendo ordem e estabilidade.

Observamos que Jerónimo Osório estabelece diálogos a respeito da formação da sociedade civil. Para o autor, a sociedade foi constituída a partir do caos que foi decorrente de guerras e pestes, pelo qual o homem ficou errando pelo mundo, sem humildade e sem devoção religiosa.

[...] lograva que a sua virtude e potestade, ao serem reconhecidas tão brilhantes pelo mérito da justiça, se reputassem como o único garante de vida, por parte de quantos estimavam a quietação e segurança. [...] A soberania régia, portanto, nasceu da fonte da justiça; dela tiveram ser os nobres próceres; dela procederam os primeiro fundamentos da nobreza: nem podemos discernir gênese que não esta (quer a estribemos em antiguidade, quer em excelência de merecimento) para o primor desta casta régia, a cuja superioridade se deve o primeiro melhoramento da vida humana (OSÓRIO, 1996, p. 116).

Nesse trecho, foi possível observar como Jerónimo Osório analisava a sociedade do período em tela. É importante lembrar que o autor dedicou *Os Tratados* ao Príncipe D. Luís e que pertencia a uma família nobre, de origem espanhola. Os textos escritos pelo autor, produzidos na Europa do século XVI, apresentavam uma teoria política com caráter constitucionalista.

Portanto, a nobreza estaria capacitada para tomar as decisões corretas para o bom desenvolvimento do reino. Encontramos discussões relacionadas a esse tema em César Alencar Arnaut de Toledo (2006), que afirma:

[...] a identificação da nobreza com o governo é uma das mais importantes, como características, da instituição do Estado Moderno, cuja configuração política, de caráter aristocrático e centralizado chegou a caracterizar a própria ideia de Estado no início dos tempos modernos (TOLEDO, 2006, p. 75).

Esses tratados, especialmente na área da educação, foram responsáveis por trazer uma nova forma de escrita pedagógica-literária que enriqueceu,

significativamente, o acervo do gênero. No decorrer das leituras, é possível identificar referências e pensamentos de importantes pensadores da época, como Michel de Montaigne (1533-1592) e Erasmo de Roterdã (1466-1536). Esses autores desempenharam um papel significativo no contexto do Humanismo renascentista e suas obras influenciaram as ideias e comportamentos da sociedade da época.

Tanto Michel de Montaigne quanto Erasmo de Roterdã apresentavam, em suas obras, um manual de normas de civilidade e uma pedagogia ideal humanista aristocrática. Eles buscavam promover uma educação baseada em princípios humanistas, valorizando o desenvolvimento integral do indivíduo, incluindo aspectos morais, intelectuais e sociais. Essa abordagem educacional visava formar cidadãos cultos, virtuosos e capazes de contribuir para o bem-estar da sociedade.

Tal filosofia política da nobreza refletia a visão de mundo da aristocracia da época, que se via como guardiã dos valores culturais e sociais. Por meio do cultivo de comportamentos cortesões, virtuosos e refinados, a nobreza procurava manter sua posição de poder e prestígio na sociedade (TOLEDO, 2006).

Erasmo de Roterdã foi autor daquele que talvez seja o mais influente de todos esses manuais, *A educação de um príncipe cristão*, que, em 1516, ofereceu ao futuro imperador Carlos V. Nessa obra, encontramos passagens que se referem à essência humana e à ideia de que o objetivo do governo deve ser alcançar o mais alto nível de virtude. Além disso, é enfatizado que o governante deve servir como a personificação da virtude em sua forma mais pura e elevada.

Observamos que Erasmo apresenta uma visão aristocrática do conhecimento e identificamos a moral e educação, o que também pode ser encontrado nos textos de Jerônimo Osório. Esses pensadores tiveram como pretensão renovar a cultura de modo idealizado na cultura greco-romana.

Carregados da cultura teológica, os humanistas não abandonaram, totalmente, a cristandade, contudo, expuseram essa nova forma de pensamento na filosofia política e na educação. A nova forma foi como os humanistas da época do Renascimento conciliaram a cultura teológica com o pensamento filosófico e político. Embora ainda mantivessem um vínculo com a cristandade, os humanistas buscavam um novo modo de pensamento que valorizasse a razão, a liberdade e a busca pelo conhecimento. Como consequência desse movimento, o ensino passou, paulatinamente, para uma pedagogia mais laica, ligada diretamente ao Humanismo.

Portanto, as lutas políticas pela conquista do Estado Moderno ocorreram, inicialmente, na França:

Naquele período, os nobres católicos e protestantes, os membros da alta, média e baixa nobreza, esmeraram-se na educação de seus filhos e se aplicavam em uma encarniçada luta pelo controle do Estado. Assim, foram criados e desenvolvidos a etiqueta e modos cortesãos mais emblemáticos do período (TOLEDO, 2006, p. 75).

Assim como Jerónimo Osório, o humanista Erasmo também escreveu obras relacionadas ao gênero pedagógico, o que se constitui como um manual de civilidade, denominado *De civilitate morum puerilium (Civilidade pueril)*, de 1530.

Os humanistas, particularmente aqueles cuja produção intelectual se concentrou no século XV, também foram educadores notáveis. À medida que desenvolveram novas interpretações de textos antigos, criaram uma relação humana com a natureza e a religião. Isso foi baseado em uma nova visão do homem como o centro de tudo para eles. Como resultado, precisaram retornar à discussão sobre métodos de ensino e aprendizagem para garantir a validade e eficácia de suas próprias ideias.

Esses mesmos modelos e costumes passaram a ser identificados pela própria nobreza portuguesa na qual assumiram de forma ascendente. A importância dessa discussão é a concepção política de Osório e a preocupação pelo movimento constitucionalista da segunda metade do século XVI. Perante a essa preocupação, o autor redige o tratado no qual discutia a formação das sociedades políticas.

Osório descreveu, em seu *Tratado da Nobreza Civil*, Livro II, o modelo educativo de príncipe, em que identificamos uma argumentação semelhante à presente em um livro de Soares (1994), quem também descreve um modelo educativo:

A produção portuguesa do séc. XVI documenta bem, através das várias obras, a penetração do ideário humanista, reflectido sobretudo na importância que a educação, a formação humana do príncipe merece a cada autor. Desde o tratado de Fr. António de Beja, em que a educação intelectual de D. João III é referida, à *Institutio Sebastiani Primi* de Diogo de Teive, em que são ministradas, com base em Quintiliano e Plutarco, regras para bem criar e educar D. Sebastião, de sete anos de idade, ou ainda ao tratado de D. Jerónimo Osório, dirigido ao mesmo príncipe, já de idade adulta, a expressão do ideal do príncipe perfeito insere sempre a componente educativa (SOARES, 1990, p. 139).

Embora não seja especificado qual é esse modelo, é possível inferir que se trata de um modelo que também valoriza a educação como forma de desenvolver habilidades para governar com sabedoria e justiça.

Os textos de Jerónimo Osório foram redigidos na ligação entre os temas política e religião. Como apresentado no capítulo anterior desse mesmo trabalho, o Bispo de Silves interveio em algumas questões relevantes no reinado de D. Sebastião, quando ele iniciou a aventura pelas terras africanas, estando perpendicular à religião e política.

Portanto, a educação perante a nobreza começa a ser requisitada de uma forma mais veemente, requerida como condição de nobreza. Esse movimento é configurado como uma filosofia política típica do Humanismo Renascentista, cabendo aos nobres aprender os bons hábitos e costumes.

Observamos a relação com a pedagogia, a religião e a política sendo expressas em seus tratados de filosofia política como o *Tratado da Nobreza Civil e Cristã*. Além disso, Osório também exaltava um papel fundamental dos nobres sendo a virtude e o cultivo pelo saber, afirmando que:

[...] não existe gesto mais magnânimo e realengo do que honrar a virtude com o merecido testemunho, e condecorar com honrarias a dignidade, para que deste modo, não só a justiça se acate, mas também se dê grandíssimo incremento aos que se empenham no zelo da virtude (OSÓRIO, 1996, p. 121).

Jerónimo Osório, ao referir as virtudes essenciais à educação e formação do rei e ao perfeito desempenho do seu ofício, apresentou-se em ligação com o estudo da filosofia, reputado indispensável. No período ao qual estamos estudando, fazia-se necessário um cultivo do saber no reino de Portugal. Um fato histórico importante a ser levantado é a conquista de Ceuta no ano de 1415¹⁸, também conhecida como a *Era dos Descobrimentos*, pela qual se alargou os limites do reino, possibilitando o aumento do número de intelectuais que se dispuseram a registrar os feitos portugueses, sendo eles: Damião de Góis e Luís Vaz de Camões.

¹⁸ RAMALHO, A. da C. In: Humanismo português na época dos descobrimentos. p. 17-36.

Ao considerarmos o nosso objeto de estudo, podemos encontrar passagens do autor Castro Soares (1994) que reflete acerca do cultivo do saber e da virtude, como, por exemplo:

A crença na educação, uma segunda natureza, e na possibilidade do ensino da virtude leva à enunciação de toda uma preceptística, que orienta o homem desde o nascimento até à idade adulta, com a intenção de o formar integralmente, na sua dualidade corpo e espírito (SOARES, 1990, p. 137).

Portanto, a educação intelectual proposta por Jerónimo Osório remonta aos ideais dos pré-socráticos, permitindo ao homem o conhecimento e a sapiência que, dentro dos termos socráticos, define-se como o saber agir de acordo com os padrões éticos.

No capítulo seguinte da obra, denominado *Tratados da Nobreza Cristã*, no Livro I, Osório inicia sua obra definindo o que é nobreza na forma de Dialéticos “Ali, em efeito, praticámos somente sobre a índole natural da virtude que brilha em certas estirpes, a qual, se for estimulada e consolidada pela exercitação, consegue aquele natural lustre de raça, a que se chama nobreza” (OSÓRIO, 1996, p. 136).

Posteriormente, Osório menciona sobre a origem e a antiguidade, evocando toda a história desde os tempos heroicos e, por fim, apresenta a nobreza como todas as coisas humanas.

Além disso, o Bispo de Silves retomou, em seus escritos, Agostinho de Hipona (354 d.C - 430 d.C) ao mencionar sobre o fim do homem, quando tudo deve-se reportar àquele maior e melhor, inclusive à política.

Foi possível observar a forma como Jerónimo Osório compreendia o mundo, relacionada, diretamente, às mesmas bases de formação de Agostinho. Portanto, ao escrever a obra sobre a *Nobreza Cristã*, Osório apresentou-se consciente da responsabilidade ao tratar de temas tão nobres, quais sejam a piedade e religião cristãs. Desse modo, “[...] fazendo primeiro o discrime entre aquela virtude que assenta na opinião e a verdadeira virtude, tentaremos expor os ornamentos daquela nobreza que, por graça divina, foram concedidos ao povo cristão” (OSÓRIO, 1996, p. 136).

Observamos, na primeira parte da frase citada acima, que Osório destaca a distinção entre as duas formas de virtude, sendo: aquela que é baseada na opinião e a verdadeira virtude. Na sequência, observamos que o humanista português expõe

sobre os ornamentos da nobreza, os quais foram concedidos ao povo cristão pela graça divina, sendo considerados valiosos para a cultura cristã.

Para o Bispo de Silves, esses temas provêm a mais verdadeira virtude, além disso, exorta-se a virtude como estado de uma vida feliz, refletindo uma hierarquia celeste a partir do momento que o homem guarda a justiça. “[...] pois a virtude, se não atende ao verdadeiro fim, cumpre capturá-la como nula; de tal modo assim é, que nenhuma nobreza é capaz de manter-se em sua firmeza, caso não se haja conhecido com profundidade a essência do sumo bem” (OSÓRIO, 1996, p. 137).

O pensamento do Bispo de Silves reside na ligação entre a política e a religião, portanto, ele realizou referências à religião como um sistema indispensável à vida social do homem, “Assim, movido primeiramente pelo verdadeiro amor da religião, incitado depois pelo zelo da vossa grandeza, provei a mão em matéria de proporções mais vastas” (OSÓRIO, 1996, p. 136).

Observamos, no decorrer da obra *Tratados da Nobreza Cristã*, que Jerónimo Osório apresentou respeito à racionalidade, que pode ser acompanhada do início ao fim da obra. Trata-se, especificamente, de uma racionalidade do Renascimento, considerado como anos de ouro, carregando a razão como o maior bem supremo. Osório enfatiza a importância da razão como um instrumento essencial para a compreensão do mundo e da existência humana. Ele reconhece que a razão pode levar a erros e limitações. Sobre a razão, encontramos um parágrafo pertinente ao tema, “Dizem, pois, que a razão é perfeita quando, à maneira de um besteiro ou do lançador de piques, qua fazem mira a algum ponto, de modo idêntico a razão aponta a algum fim proposto como a um alvo para o qual dirige todas as acções” (OSÓRIO, 1996, p. 140-141).

Nesse trecho, compreendemos que Osório realiza uma comparação entre um arqueiro e guerreiro com a razão, pela qual não é possível lançar a razão sem antes “mirar o alvo”, é preciso dirigir as ações de uma pessoa. Nesse sentido, a razão não pode ser compreendida como um fim em si mesma, mas como ações que possam guiar as pessoas.

Essa visão da razão é coerente com a abordagem racionalista que predominou no Renascimento, por meio da qual a razão era vista como uma forma de adquirir conhecimento e entender o mundo (PIMENTEL, 1954). É importante ressaltar que a razão não deve ser considerada isoladamente, pois a obra que

Osório escreveu e dedicou ao D. Luís tinha como objetivo aconselhar o rei a conduzir o reino com virtudes e pensamentos que retomariam a razão.

Portanto, é graças à razão que, por vezes, nos indignamos, ou nos dobramos aos impulsos da clemência, ou somos arrastados pelo ódio, ou pelo amor, ou nos arreceamos de coisas porvindouras, ou, na verdade, mui amiúde nos resignamos dolorosamente às misérias presente, ou nos inflamamos de zelo, e, também, enfim, nos regozijamos e exultamos (OSÓRIO, 1996, p. 148).

Além disso, Jerónimo Osório tratou a nobreza como mantenedora da paz, também identificada pelo nosso autor como a razão, sendo que ela é a guardiã da virtude. O trecho citado complementa a ideia de que, para Osório, a nobreza é fundamental para a manutenção da paz e da virtude no reino. Ele acreditava que a nobreza era a guardiã da virtude, ou seja, um grupo de pessoas responsáveis por manter a ética e os valores morais da sociedade. Além disso, Osório destacava a importância da religião e da política para a existência de um reino, e via a nobreza como o componente mais importante para a manutenção desses dois aspectos.

Portanto, a nobreza era vista por Osório como um elemento crucial para a estabilidade e o bem-estar do reino, não apenas no aspecto social, mas, principalmente, no aspecto moral e político. Para ele, a nobreza deveria ter como principal objetivo governar com sabedoria e justiça, buscando, sempre, o bem comum do reino e a proteção da fé cristã. Dentre os temas explorados por Osório nessa obra, estão o corpo e a alma.

Osório acredita que a alma é a parte mais nobre do ser humano, pois é a sede da razão, da vontade e da consciência. Ele defende que a verdadeira nobreza é a virtude, que está ligada à alma. No entanto, Osório também reconhece que o corpo é importante e deve ser cuidado para que a alma possa realizar suas funções de forma plena. Em sequência, Osório apresenta a seguinte passagem:

Facto que ocorre até com estas matérias que, a bem dizer, nos correm entre mãos e são do nosso trato, pois vemos de que modo somos inábeis para dar razão da natureza do nosso corpo e alma: o que claramente nos ilustra sobre o pequeno quinhão a que temos acesso na ciência das coisas (OSÓRIO, 1996, p. 149).

Diante disso, podemos afirmar que esse trecho reflete a humildade intelectual de Jerónimo Osório e sua visão sobre a limitação do conhecimento humano em relação à natureza do corpo e da alma.

Ao lermos sobre a vida de Jerónimo Osório, observamos que, apesar da relevância de sua figura nos meios católicos do período analisado, ele esteve em meio aos diálogos com a guerra, o que deu vazão para a ideia de que ele valorizava mais o corpo do que a alma.

Da mesma forma, o corpo e a alma devem estar formados, e os sentidos controlados, e o homem, como um ser, em sua totalidade, direcionado para a sabedoria. A alma é o ato natural do corpo, na mesma proporção em que seu corpo é seu órgão. Por conseguinte, o intelecto une-se ao corpo como forma, sendo necessário que o corpo seja o órgão. Ainda, encontramos em Jerónimo Osório:

Em verdade, tudo quanto diz respeito ao homem - quer as coisas que vêm de fora, quer as que se encontram colocadas no seu corpo, quer as que servem para industrial-lhe e exornar-lhe a mente - todas são pequenas e limitadas. Contudo, de tal natureza é o espírito, que sempre demanda algo de imenso e infinito (OSÓRIO, 1996, p. 150).

Jerónimo Osório reflete sobre a natureza humana e a busca constante do homem por algo grandioso e infinito. Para o autor, todas as coisas materiais que cercam o ser humano são pequenas e limitadas, incluindo o próprio corpo e as ferramentas que o homem usa para desenvolver sua mente e sua cultura. No entanto, segundo Osório, o espírito humano é capaz de almejar algo mais amplo. Para Osório, essa busca pelo infinito é uma das características mais marcantes da natureza humana, e é o que torna o homem capaz de criar e alcançar coisas que parecem impossíveis.

Jerónimo Osório aprofundou-se em temas ainda mais específicos, como a Gênese e o Verbo. Conforme observado em sua biografia, Osório teria uma Gênese platônica e compreendia que Deus havia criado primeiramente um mundo invisível e, posteriormente, com a força do Verbo, teria criado o mundo onde vivemos, feito para o homem e somente para ele e apenas o homem poderia compartilhar de ambas as naturezas. Segundo Osório:

Toda a nobreza que não tiver seu berço nesta divina virtude, tenha muito embora uma aparência ilustre, não passa de ser vã e caduca,

nem de modo algum a podemos condecorar com o título de genuinamente preclara. E não cabe qualquer dúvida de que a linhagem, na qual luziu uma semelhante espécie de virtude celeste, não tanto cumpre ajuizá-la como procedendo de raça humana, quanto nascida de origem divina (OSÓRIO, 1996, p. 161).

Configura-se um momento de desordem em que é apontado que somente os nobres, como a hierarquia social, sendo reflexo da hierarquia celestial, poderiam ser confirmados. Portanto, a identidade da nobreza é considerada a mais importante, como característica, cuja configuração política aristocrática e centralizada aproximou a ideia de Estado no início dos tempos modernos.

E, assim, inicia o último Livro da obra *Tratada da Nobreza Cristã*, no qual observamos que Osório faz críticas sobre a figura de Nicolau Maquiavel (1469-1527):

Houve até um certo perverso escritor, homem ímpio que, nuns livros escritos em italiano (nos quais tratou não só da história da sua cidade, mas também de muitas questões concernentes à organização da república) cuidou que não lhe cumpria esconder quanto pensava sobre a santidade de nossa religião. [...] Espalhou largamente esta moléstia e inficionou a muitos com a gravidade de um mortal contágio. Antes de mais, pergunto: que se viu entre os nossos que possa em alguma maneira reputar-se como desprezível? (OSÓRIO, 1996, p. 200).

Ao referir-se aos livros italianos, compreende-se que o Bispo teve acesso a algumas obras de Maquiavel. O livro *O Príncipe* de Maquiavel foi uma obra à qual Osório, provavelmente, teve contato, pois, a impressão do livro ocorreu na Itália no mesmo período em que o nosso humanista esteve em Bolonha.

Não é possível provar quando e como D. Jerónimo Osório chegou a Maquiavel, a questão sobre quando e como o autor português entrou em contato com as obras de Maquiavel ainda é uma incógnita. Algumas teorias sugerem que Osório teria tido acesso às obras de Maquiavel durante sua estadia em Roma, enquanto outras apontam para a possibilidade de que o autor português tenha conhecido as ideias do filósofo italiano por meio de outros intelectuais da época (PIMENTEL, 1954).

Vejamos um trecho do livro III, *Tratados da Nobreza Cristã*, em que Osório realiza referências a Maquiavel e apresenta uma interpretação da posição contra o

senso comum da época, que acreditava que ele desdenhava da religião e dos seus fiéis.

Com certeza que o próprio Maquiavel - com efeito, assim se chama o luzido plumitivo a quem venho aludindo - em forma alguma assentará que estes tais merecem o menosprezo, por isso que nada tinham a ver com a verdadeira religião, única que ele conceitua desprovida de todo o merecimento, e porque foram partícipes duma cabala, cujo motivo sumamente apologiza (OSÓRIO, 1996, p. 201).

Segundo Osório, Maquiavel não desprezava as pessoas que não eram religiosas, mesmo que elas não fossem consideradas parte da verdadeira religião, a qual ele acreditava que não tinha nenhum valor em termos políticos. Pelo contrário, Maquiavel, em sua obra *O Príncipe*, defende que os governantes devem se basear na realidade e nas necessidades políticas da época, deixando de lado questões religiosas ou morais, que poderiam atrapalhar a governança eficiente.

No entanto, Martim de Albuquerque¹⁹, um renomado estudioso da obra de D. Jerónimo Osório, afirma que o autor português nunca leu, diretamente, as obras de Maquiavel. De acordo com Albuquerque, Osório teria se baseado em leituras de Ambrogio Catarino Politi (1484-1553), um humanista italiano que criticou, abertamente, as ideias de Maquiavel. Isso levanta a questão sobre até que ponto as obras de Catarino Politi influenciaram as ideias de Osório, e se o autor português, realmente, entendia as obras de Maquiavel da mesma forma que o próprio filósofo italiano as escreveu.

Antes de mais, cumpre-nos investigar em que difere a coragem cristã da coragem humana. Em primeiro lugar, se atendermos ao fim, os que pelejam por Cristo alcançam o verdadeiro e próprio escopo da virtude; os que, porém, põem como meta as riquezas ou a aura popular, sem atenderem Àquele Sumo Bem, antes é mister chamar-lhes cúpidos e ambiciosos do que valorosos (OSÓRIO, 1996, p. 198).

A citação anterior é uma reflexão da diferença entre a coragem cristã e a coragem humana. Osório inicia sua argumentação enfatizando a importância de se investigar tal diferença. Segundo o humanista português, o primeiro ponto a ser considerado é o fim pelo qual as pessoas lutam. Nesse sentido, aqueles que

¹⁹ Professor universitário, jurista e notável historiador português, autor da obra *A sombra de Maquiavel e a ética tradicional portuguesa*, 1974.

pelejam por Cristo alcançam o verdadeiro escopo da virtude, enquanto os que colocam como meta as riquezas ou a fama popular, sem considerar o Sumo Bem, são ambiciosos, e não valorosos.

Observamos que Osório faz uma clara defesa da coragem cristã, que se fundamenta na busca pelo Sumo Bem, isto é, Deus. Nesse sentido, a coragem cristã se diferencia da coragem humana, que se preocupa apenas com os fins terrenos, como riquezas e fama.

Como apresentado nos parágrafos e seções anteriores, o autor em análise esteve ligado a questões como a guerra, mesmo aquela entendida como Guerra Santa, em prol da dignidade do povo cristão.

No entanto, nosso objetivo não foi retomar a crítica que Jerónimo Osório realizou nas obras de Nicolau Maquiavel e, sim, analisar a obra com o fito de compreender a concepção de governante vinculada à formação do homem. Seguimos na análise do último capítulo do livro *Nobreza Cristã*, na qual Osório retoma a referência ao príncipe D. Luís e exalta todas as virtudes descritas.

Nesse livro, Osório destaca a necessidade de que a nobreza cristã governe com justiça, misericórdia e sabedoria, sempre visando o bem comum e a harmonia da sociedade. “Portanto, os que buscam a honra, os que procuram a dignidade, os que demandam a glória ocupem-se no zelo da virtude cristã” (OSÓRIO, 1996, p. 224). Ele também enfatiza a importância de uma educação sólida, que inclua o aprendizado das letras, das artes e das virtudes, para que os nobres pudessem desempenhar seus papéis de forma adequada e servir como bons exemplos para o restante da sociedade.

De acordo com Osório:

Recebeis de mim, Ilustríssimo Príncipe, um presente, ao qual certamente não qualificam nem doutrina, nem engenho - atributos de que, com grande pesar, reconheço carecer -, mas sem dúvida que o reputo em conformidade com vossos gostos e grandeza de ânimo (OSÓRIO, 1996, p. 225).

O autor parece estar ciente de sua posição social inferior em relação ao príncipe, mas, mesmo assim, faz questão de oferecer algo que considera valioso e significativo. O trecho sugere uma certa humildade e modéstia por parte de Osório, ao mesmo tempo em que demonstra seu respeito e admiração pelo príncipe a quem a obra é dirigida.

Portanto, observamos que a obra se sustenta por meio de uma escrita política e moral, relacionada ao pensamento português do século XVI. Além disso, os escritos osorianos trazem reflexões sobre a religião, a guerra e profundas discussões políticas e pedagógicas. Por fim, marcamos que nossa reflexão não teve por objetivo elevar a figura de Jerónimo Osório. Nosso interesse, nesta discussão, foi o de conhecê-lo em seu contexto histórico e observar seu pensamento para o século XVI.

4. A FORMAÇÃO E O OFÍCIO DE REI DE D. SEBASTIÃO A PARTIR DO PENSAMENTO DE OSÓRIO

Como apresentado nos capítulos anteriores, Jerónimo Osório foi um importante humanista para Portugal no século XVI e, além da sua relevância como humanista, foi também precursor na educação do Rei D. Sebastião.

Neste capítulo, analisamos um compilado de sete cartas, denominadas como *Cartas Portuguesas*, escritas por Jerónimo Osório com o fito de compreender a formação de D. Sebastião, as virtudes de um governante defendidas por Osório, as reflexões sobre o casamento e sobre a guerra. Para além do já consagrado clássico D. Sebastião (1554-1578), esses textos foram fundamentais para o estudo de análise política e pedagógica.

Em linhas gerais, retomamos a trajetória do Rei D. Sebastião para nos situarmos sobre o contexto do período em análise. D. Sebastião (1554-1578), também conhecido como o “O Desejado”, tinha esse codinome devido à crise sucessória²⁰ em Portugal, sendo ele o Rei desejado que poderia reverter a situação de crise do reino.

A sucessão de D. Sebastião ocorreu da seguinte forma: D. Sebastião foi o oitavo Rei de Portugal da dinastia de Avis, reinando entre 1557 e 1578. Ele assumiu o trono aos três anos de idade, após a morte de seu avô D. João III e, durante sua infância e juventude, a regência foi exercida por sua avó, Catarina de Áustria e, posteriormente, pelo seu tio-avô, o Cardeal D. Henrique (SOARES, 1994).

A ascensão ao trono de D. Sebastião ocorreu em 16 de junho de 1557, e a sua coroação, em 20 de janeiro de 1568. Em 1557, devido à menoridade de D. Sebastião que, na época, tinha apenas três anos de idade, a regência foi entregue a D. Catarina (1507-1578), rainha e viúva de D. João III (1502-1557). No entanto, D. Catarina renunciou ao trono em Cortes²¹ reunidas em Lisboa.

O trecho da carta a seguir de D. Catarina a Jerónimo Osório revela as motivações de sua decisão de deixar a terra em que se encontra e buscar uma

²⁰ Apesar do grande número de filhos que o casamento entre D. João III e D. Catarina lhe deu, ocorreu uma crise de sucessão. Coube ao seu neto D. Sebastião, filho de D. João a responsabilidade de subir ao trono após a morte do monarca, embora sob regência de D. Catarina sua avó.

²¹ Sendo reuniões de carácter consultivo das monarquias tradicionais portuguesas.

mudança na situação da República. D. Catarina expressa gratidão pelo zelo e preocupação de Jerónimo Osório em relação à sua partida, mas ressalta que suas razões para tomar essa decisão vão além de indignação, paixão ou desejo de descanso pessoal.

Não posso deixar de vos agradecer a vontade, de que vos procede doer-vos de me ausentar desta terra, nem de louvar-vos o zelo com que trabalhais induzir-me ao contrário, o que não sei se com tanto valor fizéreis, entendidas as razões que me deram ânimo para intentar esta ida; porque não é indignação a que me aconselha, nem paixão a que me move, nem desejos de descanso os que me levam; mas o amor grande que tenho ao Senhor Rei meu neto é o autor desta mudança, porque dele nasceo a vontade de lhe tirar a ocasião das cousas, que nem à Sua Pessoa, nem à sua honra, nem à sua alma convêm, e desejo de ser, com a minha ida, um despertador de se conhecerem e emendarem tantos males que trazem esta República escandalizada e descontente, e que são eles tão graves (OSÓRIO, 2015, p. 277).

Observamos que o principal motivo da renúncia citado por D. Catarina é o seu amor e preocupação pelo neto, o Rei, que a levou a agir para evitar que ele fosse exposto a situações que prejudicassem sua pessoa, honra e alma. Ela deseja ser um despertador para que as pessoas reconheçam e corrijam os graves problemas que afligem a República, os quais a deixam escandalizada e descontente. Esses males são tão sérios e sentidos por D. Catarina que está disposta a ir contra sua própria natureza e se afastar daquilo que ama acima de tudo nesta vida, arriscando-se a perdê-la ou, pelo menos, a perder o prazer que poderia ter. Por fim, a regência foi entregue ao Cardeal D. Henrique (1512-1580), até o ano de 1568, ano que D. Sebastião atingiu a maioridade.

No período em que D. Sebastião governou, Portugal enfrentava uma série de desafios políticos, econômicos e sociais. Entre as principais questões políticas, estava a pressão externa da Espanha²², que tinha interesse em anexar Portugal e incorporá-la ao seu Império. Essa pressão externa da Espanha sobre Portugal tinha várias motivações. Uma delas era o desejo de controlar as rotas marítimas e o comércio com as colônias portuguesas, que eram lucrativas e, estrategicamente,

²² Esse período histórico remonta ao final do século XVI, quando ocorreu a crise de sucessão em Portugal.

importantes. Além disso, a Espanha via Portugal como uma forma de expandir sua influência política e territorial.

Nesse trecho, apresentado por Maria do Rosário Themudo Barata, observamos eventos históricos que levaram à implementação de uma monarquia dual e à ascensão de Filipe II da Espanha ao trono de Portugal.

Alcácer Quibir em 1578 e a crise dinástica que se manifestou com a morte do rei e de grande parte da nobreza, o impasse criado ao funcionamento das instituições durante o breve reinado do Cardeal-Rei, a sua morte, o avanço de um partido a favor de Filipe II de Espanha, a reserva da Casa de Bragança e a derrota militar e política do Prior do Crato explicam a solução por uma monarquia dual aceita nas Cortes de Tomar que, se declarava garantir a separação institucional do reino de Portugal, não garantia a posse e exercício dos poderes soberanos da realeza em separado, pois quer de Espanha quer de Portugal eles seriam exercidos por Filipe II (BARATA, 2000, p. 114-115).

Esses eventos revelam as circunstâncias complexas e as consequências da crise dinástica em Portugal após a batalha de Alcácer Quibir. A ascensão de Filipe II ao trono português marcou uma significativa mudança na história e no destino político do país, estabelecendo uma relação de subordinação com a Espanha que duraria por várias décadas.

Além disso, havia disputas internas pelo poder que, muitas vezes, levavam a conflitos violentos e instabilidade política (SOARES, 2000). Observamos essa questão na carta que Jerónimo Osório escreve entre 17 de junho e 20 de junho de Tavira, em defesa do seu bom nome:

[...] não é sem desgosto que posso tolerar que a minha dignidade se veja atassalhada por indigníssimos doestos, devido à circunstância de ser notória a minha adesão à façção dos que opinam que o mando deste reino deve ser confiado à potestade e guarda de D. Filipe, o melhor e mais invicto dos reis, e porque perfilho o parecer de que convém submeter toda a Espanha à autoridade de um único príncipe, a fim de que os negócios da cristandade possam prosperar de modo incomparavelmente mais venturoso (OSÓRIO, 2015, p. 229).

Esse trecho da carta reflete o contexto histórico da época em que foi escrita, o século XVI. Nesse período, a questão da união dos reinos de Portugal e Espanha era um tema muito discutido, com posições diversas e acirradas. Osório defende a união dos reinos sob a autoridade de D. Filipe, o que lhe rendeu acusações de

traição e comprometimento com a liberdade e dignidade da pátria portuguesa. No entanto, ele argumenta que a dignidade é o bem mais importante na vida, e que a união dos reinos é necessária para que os negócios da cristandade prosperem de modo, incomparavelmente, mais venturoso. Ainda continua a defender seu nome rebatendo as acusações de traição:

[...] com falsidade, assacam-me o labéu de traidor, certamente por julgarem que eu, tendo-me deslembado da liberdade e dignidade da pátria, entrego Portugal aos Castelhanos, os quais (conjeturam eles) hão de mostrar-se nossos irredutíveis inimigos (OSÓRIO, 2015, p. 229).

Foi possível observar uma defesa pela parte de Osório, pelo seu nome e por Portugal. Ele argumenta que a união entre Espanha e Portugal poderia trazer ainda mais glória e honra para o país, e que o nome lusitano não será perdido com a união, mas, sim, engrandecido.

A carta de Osório é uma defesa da sua posição, e mostra como a questão era complexa na época, portanto, Osório reflete um contexto histórico de disputa políticas, religiosas e econômicas entre Portugal e Espanha. Dessa forma,

Osório continua a escrever, defendendo sua pátria:

Além disto, em se tratando da salvação do bem público, é mister dar de mão a todos os laços privados da amizade. Sinto estima por D. António; lastimo a sua sorte: mas nunca cuidei para comigo que merecia ponderação quanto ele sustentava, quanto apetecia, quanto, sem juízo maduro, definia como seu propósito (OSÓRIO, 2015, p. 231).

O autor destaca a importância de dar mais valor à salvação da Pátria e à obediência devida ao Céu do que aos afetos particulares. Ele argumenta que, para aqueles que desejam consagrar ao Céu seus cuidados espirituais e derramar seu sangue pela Pátria, não é possível dar mais valor a um qualquer afeto particular. Portanto, é necessário renunciar a todos os laços privados da amizade em nome do bem público. “No que concerne às obrigações em que me encontro para com D. António, suponho que satisfiz a juízes equitativos; por outro lado, o muito que devo impede-me de dizer mais” (OSÓRIO, 2015, p. 231).

Além disso, Jerónimo Osório ressalta a importância da prudência na educação dos príncipes. Observamos, na educação de D. Sebastião, que a falta de

atenção aos ditames da prudência poderia levar à ruína da Pátria. Os que tinham a seu cargo a educação do príncipe preocupavam-se apenas em inflamá-lo no projeto de subjugar toda a África, sem se preocuparem em ensiná-lo sobre a importância da prudência na condução de guerras. A ideia da prudência na formação e nos atos dos príncipes é recorrente ao longo da história da literatura filosófica. Filósofos como Platão (428 a.C.-347 a.C.), Aristóteles (384 a.C.-322 a.C.) e Tomás de Aquino (1225-1274) discutiram a importância da prudência na governança e na educação dos líderes.

Platão, em sua obra *A República*, argumentava que os governantes deveriam ser reis-filósofos, pessoas com sabedoria e virtude, incluindo a prudência, que lhes permitiria tomar decisões justas e sábias em benefício da sociedade como um todo. Ele acreditava que a prudência era essencial para o bom governo e a manutenção da harmonia na cidade. Tomás de Aquino, filósofo e teólogo medieval, baseou-se nas obras de Aristóteles para desenvolver sua teoria da ética e da governança. Ele via a prudência como uma virtude que permitia aos governantes discernir o que era justo e agir de acordo com o bem comum. Aquino enfatizava a importância da razão prática e da sabedoria prática na condução das ações políticas.

Logo, ao pensarmos sobre a importância da prudência na governança e na tomada de decisões políticas observamos que ela é enfatizada como uma virtude essencial aos governantes e, nesse sentido, reconhecida tanto Platão quanto Tomás de Aquino como uma qualidade crucial aos líderes. Considerando isso, vejamos a seguinte passagem:

Já é tempo de vir à defesa da minha boa fama, que, segundo cuido, deve ser reivindicada de um pouco mais atrás. Na educação de D. Sebastião, apercebi-me de muitas circunstâncias que eram promessa da ruína da Pátria. Com efeito, os que tinham a seu cargo a educação dele, dia e noite o inflamavam no projeto de, através das armas, subjugar toda a África; nada cuidavam, porém, em industriá-lo nos ditames da prudência, sem cujo acatamento não é possível fazer-se a guerra (OSÓRIO, 2015, p. 231).

Nessa passagem, podemos compreender os apontamentos feitos por Jerónimo Osório sobre a educação de D. Sebastião, nos quais ele identifica circunstâncias que poderiam levar à ruína do reino. Osório critica a falta de preocupação com a prudência na educação de D. Sebastião e sugere que, se tivesse sido dada maior ênfase à sabedoria e à prudência na condução das guerras,

talvez, o resultado teria sido diferente. Assim, a aproximação que estabelecemos entre o pensamento de Platão, Aquino e Osório reconhece a prudência como uma virtude necessária ao agir sábio e ao discernimento no exercício do poder para o benefício da sociedade.

Depois, eu previa que a precipitação irrefletida haveria de redundar em risco desmedido. Razão pela qual mais de uma vez o adverti de que, antes de passar-se a África, tudo fizesse por tornar favorável a vontade de Deus. É que, sem o concurso da assistência divina, a guerra não pode alcançar termo feliz. Assim, se queria lograr mais azadamente uma vitória, atendesse antes à glória de Deus, do que à do seu próprio nome (OSÓRIO, 2015, p. 233).

Jerónimo Osório, que, anteriormente, havia atuado como conselheiro do jovem D. Sebastião, levantou um argumento convincente em relação à abordagem do Rei português antes de se envolver na guerra em Marrocos. Ele sustentou a importância de uma postura mais cautelosa por parte de D. Sebastião antes de embarcar nessa empreitada militar. Ele sugere que D. Sebastião poderia ter feito mais esforços para tornar favorável a vontade de Deus, pois a ajuda divina era necessária para alcançar uma vitória. Além disso, Osório destaca a importância de D. Sebastião cumprir suas obrigações como Rei com a máxima exatidão, a fim de obter a ajuda divina e, conseqüentemente, assegurar o sucesso da guerra.

Nesse contexto, a teoria de Jerónimo Osório sobre a formação do príncipe e as virtudes do governante ganharam grande importância, uma vez que a educação do príncipe era vista como um elemento fundamental para a formação de um governante justo e sábio. Osório defendia que o príncipe deveria ser educado em um ambiente de virtude, respeito e disciplina, e que deveria ser instituído em diversos campos do conhecimento, como a filosofia, a história e a literatura²³.

Segundo Soares (1994), o perfil dos príncipes D. João III e D. Sebastião, sucessivamente, levaram a refletir sobre o futuro da nação portuguesa, e podemos encontrar essa denúncia em sentimentos épicos, que Camões realiza. Em uma estrofe, detectamos a mensagem que o poeta português Luís Vaz de Camões

²³ A proposta de Jerónimo Osório segue o modelo do espelho de príncipe do medievo. O espelho de príncipe era um gênero literário popular durante a Idade Média e o Renascimento, que oferecia conselhos e diretrizes para a educação e formação do príncipe governante.

(1524-1580) passou para o Rei D. Sebastião. Camões descreveu, em *Os Lusíadas*, o desejo que a nação portuguesa tinha sobre o monarca, leiamos os versos:

E vós, ó bem nascida feitura/ Da Lusitana antiga liberdade,/ E não
menos certíssima esperança/ De aumento da pequena Cristandade,/
Vós, ó novo temor da Maura lança,/ Maravilha fatal da nossa idade,/
Dada ao mundo por Deus, que todo o mande/ Pera do mundo a Deus
dar parte grande; (CAMÕES, 1916, p. 7-8).

Identificamos o chamado de Camões a D. Sebastião para que ele assegurasse a independência de Portugal. O poeta demonstrou reverência com um olhar preocupado em relação à liberdade da nação, depositando esperanças em D. Sebastião para a expansão das terras portuguesas e a disseminação do cristianismo. Além disso, Camões demonstrou ao Rei a verdadeira posição em que se encontrava Portugal, cabendo somente a Ele o papel de conquistador.

Segundo Martins (2010), Luís Vaz de Camões, na obra *Os Lusíadas*, é um dos exemplos mais notáveis dessa preocupação com o futuro de Portugal e da cristandade. O poema de Camões evoca a figura de D. Sebastião como o grande esperado para conduzir a nação portuguesa a novas conquistas e glórias. O trecho citado acima é um exemplo disso, na qual o poeta exalta a figura do Rei como uma forma de segurança da antiga liberdade portuguesa e da expansão da fé cristã.

A análise que temos sobre a educação da realeza é um pouco indefinida, pois, ora responsabiliza o Rei pelo seu desfecho do reinado, sendo descrito de maneira negativa, ora responsabiliza seu mestre, Padre Luiz Gonçalves da Câmara, quanto à guerra em Alcácer-Quibir. Ângelo Ribeiro, na obra *História de Portugal: Da Índia ao Brasil*, assinala que “D. Sebastião albergava em tal corpo uma alma dominada por duas grandes paixões: a guerra e o zelo religioso que o leva a considerar como sua principal obrigação de Rei o fazer muita cristandade” (RIBEIRO, 2014, p. 539). Esse trecho aponta as características marcantes da personalidade de D. Sebastião, a sua grande paixão pela guerra e pelo zelo religioso. Essas duas paixões entrelaçavam-se e complementavam-se na visão do Rei, que via na guerra uma forma de expandir o cristianismo e defender a fé.

A educação do Rei é bastante debatida, pois muitas pessoas estiveram envolvidas nela e existia, por parte da população, uma grande expectativa sobre o seu reinado. Segundo Rubim (2016), a educação real foi rígida e cuidada pelos seus

preceptores, sendo ela realizada em dois momentos, a primeira até os sete anos, e a segunda até os dezoito anos.

No caso de D. Sebastião, a educação foi um processo rigoroso, dividida em duas fases e supervisionada, de perto, por seus preceptores. A expectativa da população em relação ao seu reinado era alta, uma vez que muitos acreditavam que a educação era um fator determinante para a governabilidade. No entanto, outro fator importante para o sucesso de um reinado é a política externa adotada pelo monarca. No caso de D. Sebastião, o casamento foi um dos principais acordos políticos que Osório tentou estabelecer. Esse casamento foi visto como uma forma de garantir a sucessão do trono e fortalecer as alianças políticas.

4.1 Conselhos de Jerónimo Osório acerca da prudência régia: casamento e guerra.

A fim de compreender o contexto político e religioso da Cristandade durante o reinado de D. Sebastião e como se inscreveu nesse domínio, é essencial apresentar um dos principais acordos que estiveram à frente da política externa do monarca, que foi a aliança do casamento de D. Sebastião.

Segundo Amorim (2019, p. 12): “entre príncipes ou entre infantes, a importância do matrimónio era devida. Repare-se, então, no caso dos monarcas. Os dois antecessores de D. Sebastião (D. Manuel I, m. 1521; e D. João III, m. 1557) casaram somente após a sua subida ao trono”. É importante ressaltar que D. Sebastião não chegou a se casar, no entanto, foi muito discutido esse assunto devido à instabilidade em que Portugal se encontrava e sabendo-se da natureza de D. Sebastião, que se dedicava mais à guerra do que à segurança do reino.

Sobre essa questão, verificamos uma passagem na obra *Tratados da Nobreza Civil e Cristã*:

Osório envia uma carta ao Rei, na qual, com grande discrição, fingindo ignorar o que maquinaram aqueles tais homens, o felicita pelo próximo casamento, e exalta-o com grandes encómios, porque nessa matéria mais olhou pelo interesse da pátria do que obedecera à sua própria vontade (OSÓRIO, 1996, p. 51).

Essa passagem revela a astúcia e a habilidade de Osório como conselheiro e diplomata, buscando manter uma relação favorável com o Rei enquanto o encoraja a tomar decisões que sejam benéficas para o país.

Amorim (2019) apresenta uma análise sobre as possíveis pretendentes para D. Sebastião e destaca as diferentes visões dos pais das princesas e a coerência entre os interesses de Felipe II, Catarina de Médicis e Maximiliano II.

[...] sobretudo devido à pressão de suas irmãs, Maria e Joana de Áustria, mães de ambos os pretendentes, e da rainha-viúva de Portugal, D. Catarina de Áustria, acabando por ser a princesa austríaca a escolhida para D. Sebastião (AMORIM, 2019, p. 15).

Na citação, observamos uma rede de interesses políticos e diplomáticos envolvendo as diferentes monarquias europeias na época e como o casamento era utilizado como forma de fortalecimento e estreitamento de laços entre as nações.

Sendo assim, analisamos, a seguir, a carta que trata do casamento real, sublinhando algumas vantagens que o matrimônio traria para Portugal. Assim descreve Osório:

Corre fama por esta terra que Vossa Alteza é casado em França. Se assi é, será para glória de Nosso Senhor e prosperidade destes reinos e grão nome de Vossa Alteza, o qual já neste negócio não pode ser pouco, porque dizem que não casa Vossa Alteza por sua vontade, mas pelo que convém à paz e proveito de seus reinos e senhorios. No que se vê a grande mercê que nos faz a todos o Senhor Deus, pois nos deu rei que, em tão pouca idade, se não governa por apetites, senão por juízo de prudência singular (OSÓRIO, 2015, p. 272).

Osório elogia D. Sebastião por sua sabedoria e prudência em tomar uma decisão importante que, neste caso, seria o casamento com a coroa da França. Esse casamento seria motivo de glória e prosperidade para o reino.

Amorim (2019) afirma que o casamento não foi apenas por vontade do D. Sebastião, mas, sim, por ser necessário para manter a paz e o benefício dos reinos. Assim, observamos que Osório, ao dedicar a carta colocou os interesses de seus súditos acima de seus próprios desejos, o que é visto como um sinal de grande prudência e virtude.

Muitas diferenças assinam os filósofos entre tiranos e reis. Mas eu cuido que ãa só basta, que é vontade e razão. A vontade por si, sem obediência do entendimento, é desconcerto e tirania, e a mais certa estrada do Inferno que sabemos, e a boa razão é luz natural e divina. Pelo que, com muito fundamento, se virmos um homem fazer milagres, e juntamente soubermos que é voluntário, podemos determinar que não é justo nem virtuoso, e que os milagres são falsos como os do Anticristo (OSÓRIO, 2015, p. 272).

Na passagem da carta, além de tratar sobre o casamento de D. Sebastião, indicou-se a preocupação da época em relação às virtudes e à justiça dos governantes, certamente consideradas fundamentais na escolha das esposas do Rei. Outro ponto que foi possível ser observado é a relação da vontade e da razão, sendo uma crítica à tirania e ao poder absoluto.

Observamos que, na carta, há um exemplo do papel da religião na política da época, em que as decisões do Rei eram, frequentemente, justificadas com base na vontade divina e na crença de que o governante era um agente de Deus na Terra. Além disso, a carta revela a importância da estabilidade política e do interesse nacional acima dos interesses pessoais do governante. Portanto, o Rei deve se casar e ter filhos:

Lembro também a Vossa Alteza que, quando nos dizem que mata muitos porcos ou veados, esmorecemos com medo de alguma queda perigosa: pois como tomaremos passar Vossa Alteza em África, sem deixar primeiro filhos em Portugal? Pelo que, se Vossa Alteza deseja de pôr em efeito seus altos pensamentos e destruir por sua parte quanto nela fez a infernal secta de Mafamede, e ter para grandes proezas inteira liberdade, convém muito que não ponha seu casamento em dilação para que não se dilate sua glória (OSÓRIO, 2015, p. 273-274).

Nesse argumento, detectamos uma crítica de Osório sobre a guerra em Alcácer-Quibir, pois ir a uma guerra sem deixar herdeiros seria um grande risco para Portugal.

Jerónimo Osório atribuía ao governante a tarefa de ordenar a sociedade, promovendo o bem comum do povo. Alegava que o monarca deveria abdicar de seus interesses pessoais para cuidar dos interesses de todos (RUBIM, 2016, p.122).

O governante deveria, portanto, estar disposto a abdicar de seus interesses pessoais em prol dos interesses da sociedade como um todo. Ele acreditava que a

autoridade do governante não vinha de sua posição ou poder, mas, sim, da confiança que o povo depositava nele.

O que tenho dito não é conselho, porque não sou tão atrevido que o dê sem ser chamado. Mas é festejar a vitória que Vossa Alteza de si mesmo alcançou, e mostrar-lhe as razões que tem para ter, do que já fez (segundo se afirma), mui grande contentamento (OSÓRIO, 2015, p. 274).

Esclarecemos que Jerónimo Osório não era contra a guerra, porém, como conselheiro do Rei, precisava expor o lado positivo e negativo da batalha. Um documento que evidencia essas questões é a *carta a El Rei Dom Sebastião* sobre sua jornada de África (1574), que veremos nas próximas páginas. Nessa carta, o humanista português descreveu que não seria apropriado realizar uma guerra fora do tempo, uma vez que ele estaria relacionado ao despreparo que D. Sebastião apresentava, portanto, essa guerra traria benefícios apenas para o seu adversário. Nesse sentido, o Rei deveria priorizar a defesa de sua monarquia em vez da conquista de novas terras que, por sinal, era incerta.

Vejamos uma passagem da carta que Jerónimo Osório escreve para D. Catarina, no ano de 1571, na qual a rainha expressa o seu descontentamento com seu neto:

Em face do desfavor a que a votara o neto, a rainha Dona Catarina, ou deve- ras ressentida, ou por tática, manifestou o propósito de retirar-se para Espanha. Entre as muitas cartas que se escreveram a dissuadi-la do intento, conta-se a do seu adicto Osório. Respondeu-lhe a rainha por carta que pode ler-se reproduzida em Barbosa Machado, Memórias [...] del-rei D. Sebastião, tomo III, parte III, livro II, capítulo 1, datada de 22 de fevereiro do ano de 1571 (OSÓRIO, 2015, p. 274).

Observamos que Osório esteve ao lado da rainha D. Catarina e endereçou uma carta para que ela mudasse de ideia e não fosse para a Espanha, pois ela encontrava dificuldades com o neto D. Sebastião em não aceitar o casamento. Essa situação evidencia a existência de uma dinâmica política e familiar complexa dentro da corte portuguesa. A rainha D. Catarina, ciente da importância das alianças matrimoniais estratégicas na época, provavelmente, estava buscando fortalecer os laços diplomáticos por meio de um casamento conveniente. No entanto, o jovem rei

D. Sebastião detinha suas próprias perspectivas e preferências individuais, o que poderia ocasionar conflitos e resistência em relação às decisões de sua avó.

Na carta em resposta a Jerónimo Osório, a rainha D. Catarina escreve: “Vi a vossa carta de sete do presente, em que me fazeis saber a dor que tínheis por me haver de ir destes reinos, e me quereis persuadir, por muitas razões, a que o não faça” (OSÓRIO, 2015, p. 277). A partir desse trecho, observamos que a carta enviada por Jerónimo Osório anteriormente não foi bem-sucedida, pois ela não deixa claro se a rainha irá permanecer juntamente de Osório e D. Sebastião para que, juntos, governem com maior sabedoria. Assim, em Lisboa, em 22 de fevereiro de 1571, D. Catarina escreve uma breve despedida de Osório, agradecendo o cuidado que ele teve em ajudá-la nas questões reais.

Embora a carta mencionada acima não forneça detalhes sobre os motivos da rainha D. Catarina para considerar deixar Portugal, Martins (2010) ressalta que, na época, Portugal enfrentava diversos desafios, incluindo ameaças de invasões estrangeiras. De fato, o jovem rei D. Sebastião, neto da rainha, estava se preparando para uma grande campanha militar no norte da África contra o sultão do Marrocos. Essa guerra tinha por objetivo expandir o império português e aumentar o prestígio do Rei. No entanto, essa campanha militar mostrar-se-ia desastrosa para Portugal, resultando na morte de D. Sebastião e na perda de muitos soldados portugueses.

Para o desenvolvimento desse período, deve-se atentar ao próprio desenvolvimento histórico português e às ações ultramarinas. Voltamos à história com os nomes que se impõem entre os historiadores como Lucien Febvre (1878-1956) e Marc Bloch (1886-1944). Evidenciamos que o rigor metodológico posto a serviço da interpretação histórica e o conhecimento dos fatos históricos nos é indispensável.

É preciso analisar a história de Portugal no conjunto das coordenadas culturais, religiosas e políticas. Martins (2010) aponta-nos que toda a história foi cercada por epidemias, não sendo diferente nas vésperas da jornada de África, no ano de 1569.

Martins (2010) ainda apresenta que, em junho e agosto daquele ano, cerca de cem pessoas morriam por dia em Lisboa, e não havia lugar para enterrar suas cinzas. Valas abriam-se, onde se lançavam, aos cinquenta ou mais, cada vez. Era uma doença fatal; sem dúvida, foi um castigo divino pelos pecados dos novos

cristãos. As pessoas morriam nas ruas, arrependidas, os cadáveres eram encontrados em todos os cantos. As covas estavam atulhadas e havia cheiro podre no ar, os campos sagrados das oliveiras tornaram-se cemitérios.

Dessa maneira, iniciava o reinado de D. Sebastião, conhecido também como “O Desejado”. Somente no ano de 1568, D. Sebastião foi coroado, permaneceu no trono até 1578, quando desapareceu na batalha de Alcácer-Quibir: “o novo reinado acentuava-se como uma renascença; mas nem o Rei, nem os seus conselheiros, a viam na reorganização das instituições, mas sim numa aventura famosa” (MARTINS, 2010, p. 231).

As terras da África eram uma sedução para o atual rei, que não tinha planos políticos, nem conselhos, para corrigir e encaminhar a nação, mesmo que lentamente. Era esperado um grande milagre, eis aí a sua ambição. Infelizmente, D. Sebastião não tinha ouvidos senão para os temerários²⁴. O entusiasmo havia em Camões e a necessidade de um temperamento forte, não sendo nem cético, nem santo.

D. Sebastião começou a apresentar sinais de desejo pela conquista de África, quando iniciou as viagens para Ceuta e Tânger, no Marrocos. Partindo no ano de 1574 para Ceuta e, ao retornar para Portugal, já arquitetava formas de conquistar terras do Marrocos.

A África seduzia-o; mas não tinha planos políticos, nem prudência, nem conselho, nem paciência, para ir lentamente corrigindo, encaminhando a nação. Um grande milagre, ou uma grande catástrofe, qualquer coisa extravagante e nunca vista, eis aí o seu desejo, a sua ambição (MARTINS, 2010, p. 232).

No mesmo ano, Jerónimo Osório partiu para Roma para cumprir suas obrigações religiosas, isto é, as visitas aos túmulos dos Santíssimos Apóstolos Guimarães (1996). Ao retornar, Osório apresentou ao Rei os pontos positivos e negativos da guerra de Alcácer-Quibir.

²⁴ Pessoas imprudentes, audaciosas ou irresponsáveis que exerciam influência sobre o rei D. Sebastião. Essas pessoas, de acordo com o texto, pareciam ter a atenção exclusiva do rei, enquanto ele negligenciava ou ignorava conselhos políticos e planos para governar e direcionar a nação (MARTINS, 2010).

[...] demonstra-lhe, com inúmeros e irrefutáveis argumentos, como era pernicioso para os interesses de Portugal, e pouco ajustado com os ditames da ciência militar, abalançar-se com todas as forças a uma guerra em África. Porém, se assim estava determinado a propagar em África o nome cristão, cuidasse em aparelhar para a milícia toda a nobreza do País, e consolidasse com novas guarnições as fortalezas que mantinha na costa africana, para acostumar os portugueses à vida das armas (OSÓRIO, 1996, p. 56).

Na obra *Tratados da Nobreza Civil e Cristã*, Osório também apresentou argumentos de como sua aventura até a África seria pernicioso para Portugal, não somente politicamente, mas, também, economicamente. Observamos que, nessa passagem, Osório apresenta uma visão crítica em relação à estratégia militar adotada por D. Sebastião, evidenciando sua preocupação com o reino.

Entre agosto e outubro de 1574, do Algarve para Tânger, Jerónimo Osório enviou uma carta para o Rei D. Sebastião, na qual foi possível observar uma crítica à Vossa Alteza.

Dizem também que nunca guerra foi feita com mais esforço que conselho, e que mal poderá ter bom fim. Confirmam isto com os acometimentos sem fruto, e o triste sucesso dos irmãos Infante D. Henrique, e D. Fernando o santo, sobre Tangere; e com a primeira passagem de El Rei D. Affonso; por tudo ser tratado com mais esforço que conselho (OSÓRIO, 2015, p. 286).

A citação apresenta como era muito perigoso para Portugal mobilizar uma guerra sem o devido cuidado e sem o preparo. Para deixar claro à D. Sebastião o perigo dessa guerra, Jerónimo Osório apresentou acontecimentos anteriores, como a entrada que seu avô D. João III fez em Provença. Embora não tenha sido especificado o evento exato a que Osório se referia, é possível supor que ele fazia menção à participação de D. João III na Campanha de Provença em 1536.

Naquela época, a Provença era governada pelo rei Francisco I, da França, que estava envolvido em um conflito com o imperador Carlos V, do Sacro Império Romano-Germânico. D. João III, como aliado de Carlos V, enviou tropas portuguesas para apoiar o imperador na campanha militar em Provença (COELHO, 2000).

Ao mencionar esse episódio histórico, Jerónimo Osório busca alertar ao rei D. Sebastião sobre os perigos e as consequências desastrosas que uma guerra pode trazer. Ele, provavelmente, usou o exemplo da entrada de D. João III em Provença

para destacar os riscos e as adversidades que um governante pode enfrentar em um conflito militar.

Como, porém, D. Sebastião nada afrouxasse no seu desígnio de guerra em África, e a frota já estivesse quase prestes, alguns fidalgos da primeira nobreza dirigem-se a Osório e, pedem-lhe instantemente que admoeste o Rei (que se encontrava enganado com falsos argumentos) a desistir da determinação de fazer guerra em África, pois, em caso contrário, só podia esperar-se a destruição de toda a nobreza de Portugal (OSÓRIO, 1996, p. 57).

No livro *Tratados da Nobreza Civil e Cristã*, observa-se que outros nobres também estavam preocupados com a ida de D. Sebastião para guerra, e recorrem a Osório em busca de ajuda para convencer o Rei a desistir da ideia. Portanto, Jerónimo Osório salienta que, caso o líder insista em resistir às leis de Deus, ele não será capaz de continuar defendendo a causa, pois não há recursos suficientes para sustentar a luta e proteger a vida dos envolvidos (MARTINS, 2010). Em uma de suas passagens na carta, ele afirma que:

Esta é a defesa com que venho por parte de Vossa Alteza e atéqui chegam as minhas letras. E se daqui por diante Vossa Alteza quiser insistir e resistir a quem a Lei de Deus quer que obedeçamos, busque-se outro melhor letrado, porque me não atreverei a defender a causa; porque se faltar dinheiro e faltarem mantimentos, se não se podendo remediar a gente, que já está junta, e se ajuntar outra muita mais, se vier uma grande invernada, se assim pela falta das cousas necessárias, como pelo mau trato, começarem a morrer cavalos, e depois homens, veja Vossa Alteza quão grande será a festa e contentamento dos Mouros, e quão grande atribulação dos cristãos (OSÓRIO, 2015, p. 288).

No entanto, D. Sebastião procurou convencer o humanista de que não havia perigo e que estaria tudo sob controle. Jerónimo Osório finalizou sua carta exaltando:

No que me fica por fazer, não faltarei, que será continuamente pedir a Nosso Senhor em minhas orações e sacrifícios que Ele seja o defensor e conselheiro de Vossa Alteza, e sua vida e real estado guarde e acrescente para Seu santo serviço. Amém (OSÓRIO, 2015, p. 289).

Após um longo recrutamento de soldados em todo o país, a expedição de D. Sebastião parte para a África. Confiante na vitória e devotada ao rei, a maioria dos

jovens da nobreza portuguesa embarcou nessa expedição ao Norte de África. No entanto, não houve nenhum treinamento prévio, pouco se sabia sobre armas ou, até mesmo, a respeito da própria guerra.

Segundo Martins (2010), no dia 25 de junho, D. Sebastião largou velas, levando, consigo, o despreparo para a guerra:

Jerónimo Osório, o latinista, escrevia-lhe memorando as desgraças consequentes da sua aventura: «Não falo nos juroes que a fidalguia tem vendido, nas joias empenhadas, nas lágrimas das mulheres, na pobreza da gente nobre, na miséria dos que pouco podem» (MARTINS, 2010, p. 233).

Ainda segundo Martins (2010):

D. Sebastião não tinha ouvidos senão para o bando de estouvados, temerários como ele; a guerra de África era uma corrida de javalis, como as de Pancas. A corte era um covil de intrigas, os cortesãos um bando de miseráveis, caquéticos, ou doidos, ou enfezados. Uns eram os aventureiros do bando de el rei (MARTINS, 2010, p. 233).

Nesse ponto, retroceder não seria possível, o suicídio era uma virtude na batalha, porém, nem isso D. Sebastião possuía. A guerra rebentou a todos os guerreiros, quem conseguiu escapar não via o Rei cair nem morrer, enterrado em suas loucuras.

O gênio de D. Sebastião assimilava-se ao do poeta Camões e pode ser encontrado nos versos camonianos:

Se cobiça de grande fenhorios/ Vos faz hir conquiftar terras alheias,/ Não vêdes que Pactolo e Hermo rios/ Ambos volvem auríferas areias?/ Em Lydia, Affyria lavrão de ouro os fios;/ Africa efconde em fi luzentes veias;/ Mova-vos já fe quer riqueza tanta,/ Pois mover-vos não pode a Cafa Sancta (CAMÕES, 1916, Canto VII. p. 58-59).

A mesma guerra teria sido discutida nos tempos de D. João II, com o reinado de D. Sebastião, quando retomaram esse plano como a última esperança de conquista das terras da África.

O entusiasmo místico era em Camões, porém, a necessidade de ação de um temperamento forte, e não o desvario de uma imaginação dolente. Partidos de um mesmo estado de espírito,

Loyola chegava à visão, Cervantes ao bom senso, e Camões, nem santo nem cético, à doutrina da ação positiva (MARTIN, 2010, p. 234).

Esse era o estado de espírito do poeta e do Rei quando o destino os uniu. Em ambos os casos, o mesmo pensamento, a mesma ideia para aliviar a crise que assolou o país. A loucura atual de D. Sebastião teve relações com o caráter anacrônico da educação cavaleiresca.

Muitos viam a perdição fatal, mas raros ou nenhuns se atreviam a falar. O duque de Aveiro, com a sua autoridade de grande fidalgo, ainda insistiu: o rei disse-lhe que se não queria pelear podia ir para bordo. «Tudo foram erros cometidos pela cabeça de um só homem» (MARTINS, 2010, p. 240).

No decorrer das leituras das *Cartas Portuguesas*, observa-se que houve um grande desdém por Deus, provavelmente ocasionado pelas grandes pestes e perdas no reinado dos portugueses. Não se ouviam missas ou orações gerais, como era de costume, o que poderia se ouvir eram pontos ganhos ou perdidos, juramentos e desonestidade.

Quando a nova do desastre chegou a Lisboa, a cidade entrou em si, tomada de contrição e espanto. As mulheres saíam pelas ruas, desgrenhadas, a pedir misericórdia, chamando pelos pais, pelos maridos, pelos filhos cativos dos mouros! O que ainda havia de homens em Portugal perdera-se em África; e a prova era que o reino ia parar às mãos do cardeal D. Henrique, tio do rei infeliz: o clérigo tímido, já caduco, incapaz de nenhum ato viril. Todos o imploravam, todos o rodeavam chorando, órfãos e viúvas, para que remisse os cativos! E o reino «acabou de ficar sem pele com o preço dos resgates» (MARTINS, 2010, p. 242).

Em 1578, Jerónimo Osório tomou conhecimento que o monarca havia falecido. Desse modo, apresentamos Jerónimo Osório por meio de suas cartas e de suas análises acerca das questões referentes ao reinado de D. Sebastião.

Após o desaparecimento de D. Sebastião, o reino passou a ser governado pelo Cardeal D. Henrique e, posteriormente, para o jugo espanhol. Portugal mudou de potência imperial a reino ocupado. Por fim, acabaram-se os dois homens, Camões e D. Sebastião, enterrando consigo dois epitáfios, primeiro sonho sebastianista e o segundo o poema *Os Lusíadas* (MARTINS, 2010).

Após sua morte na guerra de Alcácer-Quibir, D. Sebastião ainda continuou vivo por séculos na alma do povo, no entanto, de acordo com Platão (428 a.C.), quando uma guerra é feita com mais forças do que conselhos e prudência, não se tem um bom fim. Quando se envolve em uma guerra, antes se faz guerra com o seu próprio povo. Assim, é importante ser prudente e cauteloso, um bom Rei deve sempre pensar em defender o seu povo. Quando uma guerra é feita com mais forças do que conselhos e prudência, não terá um bom fim. Segundo Platão (2000, p. 31), “Em um navio igualmente, cuja tripulação é formada de homens ignorantes e grosseiros, o verdadeiro piloto passa por inútil, uma espécie de ‘sonhador com as estrelas”. Portanto, se a tripulação for composta por homens ignorantes e grosseiros, o verdadeiro piloto, por mais experiente e habilidoso que seja, não será capaz de conduzir o navio de forma eficiente.

O caso de D. Sebastião, que morreu na guerra de Alcácer-Quibir, mostra a importância de se considerar as consequências de uma guerra (AMORIM, 2019). Embora sua morte tenha sido lamentada e sua imagem mantida viva por séculos, o fato é que seu envolvimento em uma guerra mal planejada e conduzida não foi benéfico para seu povo. Isso destaca a importância de ser cuidadoso ao conduzir uma guerra e pensar no bem-estar do povo em vez de apenas buscar a glória pessoal. Em última análise, como Platão aponta, é a prudência e o conselho que conduzem a uma boa guerra, e não apenas a força bruta.

Contudo, as passagens extraídas das cartas escritas por Jerónimo Osório evidenciam que ele não era contra a guerra de Alcácer-Quibir, no entanto, era um conhecedor das condições em que se encontrava Portugal e elas não eram propícias para a guerra.

Ao analisarmos o papel do governante no ambiente social no século XVI, não devemos esquecer que um bom governante necessita dessas duas vertentes: lei e educação. Ambos os aspectos desempenharam papéis fundamentais na forma como os governantes exerciam o poder e como eram percebidos pela sociedade da época. A lei era vista como um elemento essencial para a governança adequada. A educação também desempenhava um papel crucial no exercício do poder pelos governantes. Acredita-se que um governante bem-educado seria capaz de tomar decisões, baseadas em conhecimento e princípios sólidos. A educação fornecia ao governante uma base intelectual, moral e ética, capacitando-o a governar de maneira justa, compassiva e eficaz.

Por entre as ideias do humanista Jerónimo Osório, buscamos investigar como esse ilustre pensador enxergava algumas questões presentes no reino de D. Sebastião. Segundo Rubim (2016):

Como rei secular, ele também necessitava legislar para assegurar o bem comum de seus súditos. Era necessário, portanto, cuidar da educação régia. Em um cenário marcado pelo projeto político de manutenção da autonomia do Reino, a elite intelectual acreditava que um dos aspectos importantes para a realização desse intento era a educação do rei (RUBIM, 2016, p. 78).

Primeiramente, como rei secular, o governante tinha a responsabilidade de legislar visando ao bem-estar e ao interesse geral de seus súditos. Essa função legislativa tinha como objetivo estabelecer leis e regulamentos que promovessem a ordem e a justiça. Outro ponto importante é a educação, o rei poderia adquirir conhecimentos, habilidades e valores que o capacitariam a exercer o poder de forma responsável, justa e eficiente. Um governante bem-educado estaria mais apto a tomar decisões informadas e benéficas para o reino. Assim, a educação do rei era vista como um meio de fortalecer a governança e promover o bem comum do povo.

Como resultado, podemos demonstrar que tanto o conceito de lei quanto o conceito de justiça, bem como a responsabilidade do governante virtuoso, servem para organizar a sociedade para o bem de todos, legitimando o poder do Rei personificado na figura do monarca. Não podemos nos esquecer da estima que Osório tinha pela política do período em tela. Na primeira carta dedicada sobre a jornada na África, Osório descreve:

Se eu fosse Procurador da Coroa e tivesse algum feito nas mãos em que Vossa Alteza fosse réu, e fosse necessário dar-lhe razão dele, forçado seria ler-lhe primeiro o libelo que a contrariedade: o que nesta carta farei, com a verdade e lealdade que devo (OSÓRIO, 2015, p. 284).

A falta de lealdade era o que mais lhe incomodava e esse sentimento manifestou-se ao longo da obra. Além disso, o Rei estava, constantemente, cercado de adutores, o que contribuía para o afastamento dos homens letrados e sábios, como é o exemplo de Jerónimo Osório. Portanto, esses homens 'nefastos', segundo Osório, aproveitavam-se da pouca idade do Rei para oferecer-lhe vícios. Ao longo da leitura e análise das *Cartas Portuguesas*, Jerónimo Osório retoma a importância de

cercar-se de conselheiros leais e sábios, que pudessem oferecer orientação e evitar influências negativas. Os espelhos de príncipe enfatizam a necessidade de escolher conselheiros honestos e sábios, capazes de fornecer orientações e impedir que o governante seja influenciado por interesses individuais.

Quando falamos sobre a educação real, precisamos retomar os estudos para tempos mais antigos. O pensamento grego antigo, por exemplo, caracterizou a educação como parte da organização do Estado. Para realizar esta análise, utilizamos a obra de Platão, *A República*, que aborda sua pedagogia ao sugerir uma educação dos futuros governantes, atingindo, assim, o bem comum.

Ao analisarmos a obra, identificamos que política e educação são dois ramos que se cruzam, pois uma boa educação geraria bons governantes, além de uma cidade justa. Portanto, os governantes são responsáveis pelo uso da razão, além de governarem com sabedoria.

De acordo com Platão:

O Estado ideal não pode sair do domínio das puras virtudes, a não ser por uma condição, de estranha aparência, que não deixará de suscitar risos e sarcasmos: é preciso que os filósofos se tornem reis, ou os reis e os soberanos deste mundo, realmente e sinceramente filósofos. Ciência e poder político devem estar reunidos num mesmo homem para se prestarem mútuo auxílio (PLATÃO, 2000, p. 30).

Assim, consideramos que, em um Estado justo, segundo a perspectiva de Jerónimo Osório, subentende-se a existência de homens justos e mais bem preparados, pois seria por meio da educação que se conduziria uma vida pública. Portanto, uma boa educação gera um bom governante, e o contrário também pode ocorrer, pois uma educação baseada em vícios, paixões próprias ou individuais gera um governante vicioso e tirano.

Sócrates - Não devemos tomar todos os cuidados possíveis para que os nossos auxiliares não se comportam deste modo como os cidadãos, dado que são mais fortes do que eles, e não se tomem iguais aos senhores selvagens em vez de permanecerem aliados protetores e defensores? (PLATÃO, 2000, p. 147-148).

A partir dessa reflexão, identificamos que a educação é capaz de delinear o caráter do governante. Além disso, como Jerónimo Osório foi quem esteve ao lado do Rei para prepará-lo com uma educação virtuosa, salientamos como é importante

cercar-se de pessoas sábias que tenham inclinação para as leis divinas. Assim, os princípios que influenciaram o pensamento político de Platão estão presentes no pensamento político de Jerónimo Osório. Exaltamos que, mesmo possuindo poder, é importante usá-lo com sabedoria e responsabilidade, para garantir a proteção e o bem-estar do povo em vez de usá-lo para benefícios próprios. Não podemos nos esquecer de que as virtudes de um bom governante seriam adquiridas de duas maneiras: por meio da educação e da lei.

5. CONCLUSÃO

Nosso estudo sobre a concepção de governante e a formação do homem apresentada por Jerónimo Osório (1506-1580) na obra *Tratados da Nobreza Civil e Cristã* (1542) e um conjunto de sete *Cartas Portuguesas* (1819) permitiu-nos compreender as questões políticas, pedagógicas e religiosas abordadas pelo autor, bem como o seu impacto na política portuguesa do século XVI. Por meio dessas análises, conseguimos enriquecer nosso entendimento sobre a formação do homem e a concepção de governante da época, além de contribuir para a compreensão da relação entre cultura, política e educação naquele contexto histórico.

Nesse sentido, buscamos compreender o papel desempenhado por Jerónimo Osório na política portuguesa do século XVI e sua visão sobre a nobreza, a educação e a religião.

A obra *Tratados da Nobreza Civil e Cristã* foi de grande relevância na formação do homem daquela época. O livro abordou a importância da nobreza, não apenas no contexto civil, mas, também, no contexto cristão. O humanista português defendia que a verdadeira nobreza estava relacionada não apenas ao social ou à hereditariedade “lustre de sangue”, como é posto por Osório, mas, também, às virtudes morais e éticas que uma pessoa deveria possuir. Ao explorar a formação de líderes virtuosos, Osório enfatizou a necessidade de uma educação sólida, que englobasse tanto os aspectos intelectuais quanto os valores morais.

Além disso, as obras de Jerónimo Osório nos permitiram compreender a história de Portugal no século XVI e a educação proposta para os homens desse mesmo período, mais especificamente a educação do governante, a qual estaria pautada no bem comum, promovido pelas ações virtuosas do homem. Ao longo da obra *Tratados da Nobreza Civil e Cristã* (1542), Jerónimo Osório oferece-nos uma visão profunda sobre a conduta nobre e os deveres dos governantes que, na época, tratava-se do príncipe D. Luís, a quem Osório dedicou sua obra.

Por outro lado, observamos, nas *Cartas Portuguesas*, que o rei D. Sebastião, eleito após a morte do príncipe D. Luís, não agiu com a devida prudência e virtude, pois partiu para a guerra de Alcácer-Quibir sem deixar herdeiros, o que colocou em risco a política e o povo de Portugal daquele período, ou seja, pode-se dizer que D. Sebastião não teve uma forma de pensar no bem comum de seu povo, pois, nas

escritas analisadas, percebe-se que Jerónimo Osório deixou claro que um governante necessita estar cercado de pessoas que o influenciem de forma a pensar no bem comum.

É realmente interessante observar como o contexto conturbado em que Jerónimo Osório viveu influenciou sua obra e seu modelo de educação do príncipe. Osório optou por escrever sua obra em meio aos acontecimentos políticos e à realidade vivenciada na corte, nesse sentido, reflete sua visão crítica e suas experiências diretas com a educação na corte. Ao escrever no calor dos acontecimentos, Osório foi capaz de abordar questões e desafios específicos que estavam presentes naquele momento histórico.

Essas duas obras analisadas em conjunto convidam-nos a refletir sobre os valores fundamentais que devem guiar tanto os indivíduos quanto os líderes, buscando aprimorar a nossa compreensão sobre a nobreza civil e cristã. Além disso, observamos que, por meio dos escritos de Osório, a história se revela como uma investigação, uma busca pelos eventos passados e pelas ações realizadas pela humanidade ao longo do tempo, envolvendo tanto as relações interpessoais quanto as guerras e os avanços promovidos pelos homens.

Nesse contexto, a concepção de governante era profundamente enraizada na ideia do "rei filósofo", um líder que possuía não apenas habilidades políticas e estratégicas, mas, também, uma conduta moral exemplar. O governante era visto como o protetor do povo, responsável por garantir a ordem, a justiça e o bem-estar da nação. Sua educação e formação tinham como objetivo prepará-lo para enfrentar os desafios inerentes ao exercício do poder e liderar com sabedoria e prudência.

Assim, o humanista português enfatiza a importância da virtude, da sabedoria e da justiça na governança, defendendo a ideia de que o verdadeiro governante precisa ser alguém que governe em benefício do povo e busque o bem comum. Essa concepção de governante influenciou as elites da época, incentivando a formação de líderes comprometidos com a nobreza de caráter e o serviço ao Estado.

Por meio da análise da formação do homem, observamos a ênfase na necessidade de cultivar virtudes morais, intelectuais e religiosas. Dessa forma, as virtudes da prudência e justiça foram apresentadas nos documentos.

Diante das análises realizadas nas obras de Jerónimo Osório, é possível concluir que sua concepção de governante e formação do homem desempenharam um papel significativo no contexto histórico português do século XVI. As obras

Tratados da Nobreza Civil e Cristã e Cartas Portuguesas, dedicadas aos príncipes Infante D. Luís e D. Sebastião, respectivamente, revelaram as circunstâncias e preocupações políticas e pedagógicas desse período.

Por fim, espera-se que esta dissertação tenha contribuído para o conhecimento acadêmico sobre Jerónimo Osório, sua obra e seu impacto na política e educação do século XVI em Portugal, além de fornecer uma base teórica para futuras investigações sobre o humanismo português e as interações entre política, religião e educação naquela época.

REFERÊNCIAS

FONTES

ARISTÓTELES. **Política**. Tradução: António Campelo Amaral. Carlos Gomes, introdução de Mendo Castro Henriques. Gepots: Vega, 1998. 665 p.

COULANGES. F. **A Cidade Antiga**. São Paulo: Martin Claret, 2002.

ERASMO DE ROTTERDAM. **Elogio da Loucura** - Abril Cultura. Tradução Paulo M. Oliveira. São Paulo: Victor Civita, 1984. Coleção Pensadores.

JERÓNIMO OSÓRIO; Silva, J. V. A. **Cartas Portuguesas**. Paris: P. N. Rougeron: 1819. Disponível em: <encurtador.com.br/FNOY2> Acesso: 22 de maio de 2022.

JERÓNIMO OSÓRIO. **Tratados da nobreza civil e cristã**. Tradução A. Guimarães Pinto et al. Lisboa: Imprensa nacional - Casa da Moeda, 1996.

JERÓNIMO OSÓRIO. **Opera Omnia**. Tomo II Epistolografia. Imprensa da Universidade de Coimbra. 2015.

PADOVANI, Umberto; CASTAGNOLA, Luís. **História da Filosofia**. 11.ed. São Paulo, Melhoramentos, 1977.

PINHO, S, T. D. Jerónimo Osório no Contexto do Humanismo Europeu. In: PIMENTEL, Maria Cristina. **O Humanismo Português e Europeu no 5º Centenário do Cícero Lusitanus**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2020, p. 319-328.

PLATÃO. **A República**. São Paulo: Edipro, 2000.

JOÃO QUIDORT. **Sobre o poder régio e papal**. Tradução e introdução de Luis A. de Boni. Petrópolis, RJ: Vozes, 1989.

RESENDE, M. L. A tradução portuguesa da *Ilíada* atribuída a D. Jerónimo Osório: considerações sobre a sua datação e autoria. In: PIMENTEL, Maria Cristina. **O Humanismo Português e Europeu no 5º Centenário do Cícero Lusitanus**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2020, p.355-366.

RUSSELL, B. **História da Filosofia Ocidental**. Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1969.

RUSSELL, B. **História da Filosofia Ocidental**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016. Disponível em:<encurtador.com.br/ekW15>. Acesso: 10 de abr. de 2022.

EGÍDIO ROMANO. **Sobre o poder eclesiástico**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1989.

SOARES, N, N, C. **O príncipe ideal no século XVI e a obra de D. Jerónimo Osório**. 2.ed. Coimbra: Faculdade de Letras, 2021.

SOARES, N, N, C. D. Jerónimo Osório, Bispo de Silves, e a sua obra de pedagogia política. In: PIMENTEL, M, C. **O Humanismo Português e Europeu**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2020, p. 413-428.

SOARES, N, N, C. **Um ideal humano: política e pedagogia no renascimento português**. Humanitas (Coimbra), separata, 1990.

ESTUDOS

AMORIM, P. A. S. **A POLÍTICA EXTERNA DE D. SEBASTIÃO Portugal na Cristandade às vésperas de Alcácer-Quibir**. 2019. 254 f. Dissertação. Mestrado em História. Universidade de Lisboa Faculdade de Letras, Lisboa, 2019.

BARATA, M, R, T. Portugal e a Europa na Época Moderna. In: Tengarrinha, J. **História de Portugal**. Bauru, SP: EDUSC, 2000, p. 107-128.

BARRERA, J. M. **A Política em Aristóteles e Santo Tomás**. Tradução de Carlos Ancêde Nougé. Rio de Janeiro: Sétimo Selo, 2007.

BELLINI, L. Notas sobre Cultura, Política e Sociedade no Mundo Português do Século XVI. **Tempo**: Revista do Departamento de História da UFF, Rio de Janeiro, v. 4, n.7, p. 143-167, 1997.

BLOCH, Marc Leopold Benjamin. **Apologia da história: ou ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

CAMÕES, Luís Vaz de. **Os Lusíadas**. Lisboa: Companhia Portuguesa, 1916. Disponível em: <encurtador.com.br/xzAPX>. Acesso em: 26 de jul. de 2022.

COELHO, M. H, C. O Final da Idade Média. In: Tengarrinha, J. **História de Portugal**. Bauru, SP: EDUSC, 2000, p. 19-44.

COSTA, C. J., & Regina, A. B. EDUCAÇÃO E DIREITO NA SOCIEDADE PORTUGUESA DO SÉCULO XVI. **Revista HISTEDBR**, 2010, p. 24-35.

LAIS, B.; OLIVEIRA, T. Educação e Filosofia, Uberlândia, v. 35, n. 74, p. 779-811, maio/ago. 2021. ISSN Eletrônico 1982 - 596X **A potencialidade na filosofia da educação antiga e medieval**. Disponível em: <encurtador.com.br/akpU6>. Acesso em: 13 de jul. de 2022.

LE GOFF, Jacques. **A História nova**. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Trad. Irene Ferreira, Bernardo Leitão e Suzana Ferreira borges. 5.^a ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2003.

MAGALHÃES, J, C. **História do Pensamento Económico em Portugal**. Da Idade Média ao Mercantilismo. Coimbra: Limitada, 1967.

MARTINS, José. **História de Portugal**. Lisboa: Guimarães Editores, 2010.

MATTOSO, J. A universidade portuguesa e a universidade europeia. In: MATTOSO, J. (Org.) **História da Universidade em Portugal**. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1997. p. 3-30.

NASCIMENTO, L, A; COSTA, C, J. História da Universidade de Coimbra nos séculos XIII, XIV e XV e sua relação com as universidades medievais. In: VII Jornada de Estudos Antigos e Medievais VI Ciclo de Estudos Antigos e Medievais do PR e SC, 2008. **Anais...** Maringá, 2008. P.1-21. Disponível em:<encurtador.com.br/gDNS3 >. Acesso: 11 de jan. de 2022.

OLIVEIRA, T. **Ensino e debate na Universidade Parisiense do Século XIII**. Maringá. Eduem, 2012. p. 376

PINA MARTINS, J. V. O Humanismo. In: MATTOSO, J. (Org.) **História da Universidade em Portugal**. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1997. p. 179 -236.

REIS, J. Causas históricas do atraso econômico português. In: TENGARRINHA, Jose (org). **História de Portugal**. EDUSC; São Paulo, SP, 2000. p. 243-263.

RIBEIRO, Â. **História de Portugal**: Da Índia ao Brasil, vol. 4. Breve história, 2014.

RUBIM, S, R, F. **Educação, História e Imagens de D. Sebastião: a construção de um ideal laico e cristão**. 2016. 255 f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Estadual de Maringá (UEM), Maringá, 2016. Disponível em: <encurtador.com.br/ckqzT> Acesso: 22 de maio de 2022.

RUCQUOI, Adeline. **História medieval da península ibérica**. Lisboa: Editora Estampa, (1995).

SARACHE, M, V. **D. Dinis e a origem da universidade de Portugal**. In: XI CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 2013. Curitiba. **Anais...** Curitiba: EDUCERE, 2013. p. 22422-22430.

SARACHE, M, V. **Universidade, Política e Cultura em Cantigas de D. Dinis (Século XIV)**. 2016. 116 f. Dissertação. Mestrado em Educação. Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2016.

SOUSA, Manuel. **Reis e Rainhas de Portugal**. Sporpress, Mem-Martins, 2000.

SOUZA, J. A. de C. R.; BARBOSA, J. M. **O reino de Deus e o reino dos homens: as relações entre os poderes espiritual e temporal na baixa Idade Média (da reforma gregoriana à João Quidort)**. Porto Alegre: Edipucrs, 1997.

TOLEDO, C, A, A. **Pedagogia e política nos Tratados de Nobreza Civil e Cristã de Jerónimo Osório da Fonseca**. *Acta Scientiarum. Human and Social Sciences*, v. 28, n. 1, 2006, p. 73-79.

TOMÁS DE AQUINO. **Suma teológica: 1ª Parte da 2ª Parte – da prudência, da justiça**. Tradução de Alexandre Correia. São Paulo: Faculdade de Filosofia, 1956.

TOMÁS DE AQUINO. In: SOUZA, J. A. de C. R.; BARBOSA, J. M. **O reino de Deus e o reino dos homens: As relações entre os poderes espiritual e temporal na baixa idade média (da reforma gregoriana à João Quidort)**. Porto Alegre: Edipucrs, 1997.

URBANO, C, M. Humanismo Renascentista e Hagiografia. **Humanitas**. Coimbra. n.76. p. 95-113. out. 2020.

VERGER, J. **As universidades na Idade Média**. São Paulo: Unesp, 1990.

VERGER, J. **Homens e saber na Idade Média**. Tradução de Carlota Boto. São Paulo: Edusc, 1999.

ANEXOS

1542 (finais?) De Jerónimo Osório para o infante D. Luís

Jerónimo Osório envia muito saudar
ao príncipe D. Luís, ilustríssimo filho do rei D. Manuel

Depois que, graças a vós, alcancei reatar os meus precedentes estudos, comecei a aplicar-me às letras com muito mais ardor do que antes. É que, de início, impellido apenas pela natureza, dedicava-me ao estudo das artes para, instruído por elas, oferecer à minha pátria algum fruto do meu saber. Ao passo que agora – uma vez que, comovido pela vossa afabilidade e bondade, acho que devo consagrar todos os meus pensamentos ao vosso exalçamento e glória – considerarei que cumpria esforçar-me com todas as forças da alma por guindar-me a algum grau de saber. E, de facto, não me abalanço a esta empresa a fim de me desvanecer com algum elogio à minha inteligência, mas para significar o meu imenso afeto e extraordinária gratidão por um favor que, se é impossível de pagar-se, pelo menos é mister que se apregoe. Por conseguinte, enquanto não posso oferecer outra coisa, não deixarei de pelo menos manifestar mediante este género literário a disposição do meu ânimo transbordante de dedicação por vós e fazer que conheçais que eu sempre e em toda a parte de vós estou lembrado e a vós agradecido.

Estou ciente da exiguidade desta homenagem, se a comparo com o singular afeto que nutro por vós, que me inflama de modo deveras extraordinário. Mas, os que não podem oferecer grandes dádivas, não devem omitir as pequenas, nem os que não podem ser de préstimo em coisas de monta, devem por amor disso renunciar ao cuidado de dar presentes mais modestos àquelas pessoas pelas quais sentem um especial respeito: sobretudo porque, no cumprimento de qualquer dever, é mais estimável a boa vontade do que a grandeza da dádiva.

Portanto, ao aventar no meu espírito muitas questões suscetíveis de serem desenvolvidas ao modo aristotélico, a fim de escrever sobre alguma, e para assim poder mais adequadamente ser útil a Vossa Alteza, pareceu-me que antes de mais nada me cumpria discorrer acerca da nobreza. E porquanto me pareceu que este assunto era digno de tão grande príncipe e estes meus comentários acerca da nobreza foram redigidos com algum cuidado, decidi dedicar-vo-los. E fi-lo de tanto melhor talante quanto maior e mais luzente é a nobreza que em vós esplende.

Com efeito, se a linhagem tem a ver com o prestígio, entre os homens não há coisa mais elevada do que o nome régio, e especialmente o daqueles reis que governam os negócios humanos por vontade de Cristo Ótimo Máximo, como é indubitavelmente o caso daqueles de cuja estirpe descendeis. Se a glória do nome se obtém unicamente através da virtude, nada existe de mais nobre do que a vossa grandeza de ânimo, nada de mais ilustre do que a nomeada da vossa liberalidade, nem nada que se avante ao brilho da vossa inteligência.[19] Para já não me referir ao afeto que nutris pelo vosso irmão, o mais justo dos reis e o mais excelente pai da pátria, ou à afabilidade para com toda a gente e, finalmente, (o que a tudo sobreleva) ao vosso extraordinário e ardentíssimo zelo pela religião cristã.

Mas deter-me-ei, pois não me parece que seja próprio desta ocasião celebrar com os merecidos encómios os excepcionais dotes do vosso espírito. Mas não ces-

sarei de rogar-vos, ó ilustríssimo príncipe, que acolhais favoravelmente este meu tentame e, seja qual for o merecimento do que escrevi, o leiais de bom grado em conformidade com a vossa extraordinária benevolência.

Se me aperceber de que este livro não vos desagradou, certamente que me afoitarei a maiores cometimentos: e jamais trabalho algum me afadigará, se ficar ciente de que a minha atividade intelectual não vos despraz.

Ficai bem.

1570 (?)

12 de junho
De Vila Nova de Portimão
para a Corte

De D. Jerónimo Osório
para o rei D. Sebastião

Treslado de a carta que o bispo D. Hierónimo Osório escreveu a el-rei D. Sebastião quando se soou que casava em França.

Senhor,

Corre fama por esta terra que Vossa Alteza é casado em França. Se assi é, será para glória de Nosso Senhor e prosperidade destes reinos e grão nome de Vossa Alteza, o qual já neste negócio não pode ser pouco, porque dizem que não casa Vossa Alteza por sua vontade, mas pelo que convém à paz e proveito de seus reinos e senhorios. No que se vê a grande mercê que nos faz a todos o Senhor Deus, pois nos deu rei que, em tão pouca idade, se não governa por apetites, senão por juízo de prudência singular.

Muitas diferenças assinam os filósofos entre tiranos e reis. Mas eu cuido que ãa só basta, que é vontade e rezão. A vontade por si, sem obediência do entendimento, é desconcerto e tirania, e a mais certa estrada do Inferno que sabemos, e a boa rezão é luz natural e divina. Pelo que, com muito fundamento, se virmos um homem fazer milagres, e juntamente soubermos que é voluntário, podemos determinar que não é justo nem virtuoso, e que os milagres são falsos como os do Anticristo.

Pelo contrário, quando pusermos os olhos em homem desafeiçoado a seu próprio parecer e que facilmente segue a rezão dos outros quando é melhor que a sua, podemos presumir que este tal não somente governará bem a si mesmo, mas a impérios muito grandes.

Não há quem por si alcance tudo o que lhe convém. Por isso quis Deus para suprimimento desta falta dar a reis tamanhos estados, para que de infinito número de homens pudessem escolher alguns singulares para seu conselho, os quais lhe não tratassem de falar à vontade por seus interesses e respeitos particulares, mas tratassem verdade para o fim do bem comum, pelo qual não são obrigados somente os príncipes a enfrear suas afeições, mas também a pôr a vida por as dos seus.

Tudo o que digo é para se ver mais claramente quão digno de louvor foi o feito que Vossa Alteza fez, porque quanto mais fora estava de casar, tanto mais real ânimo mostrou ao resistir a sua própria vontade e obedecer à rezão ou, para melhor dizer, à Lei de Deus, em se negar a si mesmo por acudir à necessidade dos seus. E

para que veja quanto contentamento deva ter desta vitória, ainda que pareça pouco necessário, direi em suma algũa parte dos frutos que deste casamento podem resultar.

França tem forças, sítio e disposição para muito mal e para muito bem. O mal sentimos nós assaz nos grandes roubos e danos que a este reino tem feito: e isto não havendo guerra pregoada. Pois que fora se a houvera!

Ao grande imperador Carlos V atava França os pés e mãos de tal maneira que se não sabia dar a conselho, nem podia levar suas empresas avante como desejava. O bem parece que o tem Deus posto nas mãos de Vossa Alteza. Sendo isto assi, que maior glória pode ser de Vossa Alteza, que mudar com este seu casamento o estado das cousas, de tal sorte que a fonte de tantos males se converta em fonte de muitos e mui grandes bens?

O que Portugal tem não está em cofre: tudo anda fora. O comércio de Flandes, de Alemanha, de Itália não teremos se Franceses não quiserem. O senhorio das Ilhas, de Guiné e da Índia custará em se defender trabalho, perigo e despesa intolerável.

Nas cousas da religião, em que tanto vai, não poderemos consultar a Sede Apostólica sem grande risco, se França nos cerrar os portos. O trigo nos pode muitas vezes faltar em nossas necessidades.

Todos estes males se evitarão por meio deste casamento e dele se seguem os bens contrários aos males que tenho dito, e o melhor de tudo é a reformação da religião de França que, por este casamento, com a conformidade dos príncipes católicos que com ele se segura, pode haver efeito. Não sem causa é desejado tantos anos há destes reinos este matrimónio. Não sem mistério o procura el-rei de Castela, vosso tio. Não sem conselho de Deus insta tanto nele o Padre Santo.

Úa das mais alegres mercês que Portugal recebeu da mão de Nosso Senhor foi o nascimento de Vossa Alteza. Não será menos alegre a mercê deste casamento: porque não somente dos homens, mas dos montes e dos vales será festejado.

Além de tudo isto, cumprirá Vossa Alteza com o que deve a seus vassallos, porque lhe deve príncipes que se pareçam com os reis de gloriosa memória seus avós. É esta obrigação tamanha que obrigou alguns príncipes em Espanha, sendo frades professos, a sair de seus mosteiros por não haver outros mais chegados à coroa, para não somente reinarem, mas casarem e terem filhos, porque de outra maneira corriam os reinos risco de se perderem com discórdias ou, pelos menos, perderem a liberdade. E pois Vossa Alteza não é frade, em casar não há de que ter escrúpulo: deve-o ter mui grande na dilação, porque tarda em ofício de justiça, que é pagar o que deve aos seus.

Lembro também a Vossa Alteza que, quando nos dizem que mata muitos porcos ou veados, esmorecemos com medo de algũa queda perigosa: pois como tomaremos passar Vossa Alteza em África, sem deixar primeiro filhos em Portugal? Pelo que, se Vossa Alteza deseja de pôr em efeito seus altos pensamentos e destruir por sua parte quanto nela fez a infernal secta de Mafamede, e ter para grandes proezas inteira liberdade, convém muito que não ponha seu casamento em dilação para que não se dilate sua glória.

Muitas outras rezões tenho de que não trato por não enfadar mais Vossa Alteza. Não faltará porventura quem diga que são rezões e que muitas vezes sucede a quem as segue o contrário do que imagina. É mui grande verdade! Mas que faremos? Porque, enquanto não temos revelação divina do contrário, obrigados somos a seguir a rezão. Quem tiver espírito de profecia saia ao campo e dê si-nais que nos mostrem ser ele profeta verdadeiro e diga a grandes vozes: Haec dicit

Dominus Deus. Quem isto não fizer e sem revelação insistir em contrariar tantas e tão evidentes rezões, dê-nos licença que o tenhamos por protervo e voluntário, e não espiritual ou prudente. Mas bem cuidado que ninguém será de contrário parecer.

O que tenho dito não é conselho, porque não sou tão atrevido que o dê sem ser chamado. Mas é festejar a vitória que Vossa Alteza de si mesmo alcançou, e mostrar-lhe as rezões que tem para ter, do que já fez (segundo se afirma), mui grande contentamento.

Do que me fica por fazer terei eu grão cuidado, que é pedir a Nosso Senhor em minhas orações e sacrifícios que o real estado de Vossa Alteza prospere e aumente com geração gloriosa e bem-aventurada.

De Vila Nova de Portimão, a 12 de junho de 1570.

1571

7 de fevereiro
De Silves para Lisboa

De D. Jerónimo Osório
para a rainha Dona Catarina

Carta para a rainha Dona Catarina

Correm por esta terra novas bem tristes para todos em universal, e muito mais tristes em particular para quem melhor pode entender quanto nisso vai. As novas são que Vossa Alteza desempara estes reinos, e se vai para Castela. Isto não pode deixar de se sentir muito, porque perdemos mãe e Senhora, e perdemos os frutos de tão grandes e excelentes virtudes, como são as de que Deus dotou a Vossa Alteza. E o pior de tudo é que de tão real virtude e de tão pródica constância em grandes negócios não se pode presumir mudança sem justa causa, e quanto ela for mais justa, tanto o reino ficará mais infamado, de maneira que não somente perdemos todos muito, mas ainda cobraremos fama de gente bárbara e desconhecida.

Bem vejo que falar eu nesta matéria será grande atrevimento, porque convém somente a pessoas de muito maior autoridade do que a minha pode ser. Mas o amor e lealdade não têm pejo, pelo que apontarei a Vossa Alteza algúas razões, por as quais me parece que não devia de fazer tal abalo, e confio que Vossa Alteza, quando vir de que princípio esta minha ousadia tem nascimento, ma levará facilmente em conta. E para que comece por aqui, lhe lembro que mui poucas vezes deixou de se arrepender quem se aconselhou com a indignação, por mui justa que ela fosse. O conselho há de se tomar primeiramente com o espírito de Deus, e depois com a razão muito desapaixorada.

Com este pressuposto falarei a Vossa Alteza conforme a razão, pois sei que nunca dela fugiu.

O ofício de príncipes virtuosos e santos é fazer mercê a bons e castigar a ruins. Vossa Alteza, se se for, fará tudo pelo contrário, porque os bons sentirão muito a sua ida, e os maus farão folias estranhas, com lhes parecer que se vingam. Também não parece justiça que, por culpa de poucos, padeçam muitos inocentes. Lembre-se Vossa Alteza de tantos pobres e de tantas casas de religiões como são dela consolados, os quais ficarão órfãos com sua ausência. E, dado que o mesmo

se pode fazer em Castela, porventura a necessidade não será lá tamanha nem a esmola tão bem empregada.

Lembre-se Vossa Alteza também que a terra de Portugal, ainda que não seja tão grossa como a de Castela, é de ares muito mais benignos, e mais convenientes para se passar a vida e de menos acidentes, e a natureza de Vossa Alteza não é Frandes, nem Castela, mas Portugal, onde reinou quarenta e cinco anos pouco mais ou menos, sendo a maior parte deste tempo a mais venerada e honrada princesa que pode haver no mundo.

Sendo estudante em Paris, ouvi dizer a um criado da rainha vossa irmã Dona Leonor que, estando em prática a mesma rainha sobre matéria desta qualidade, dissera finalmente:

“Não se engane ninguém, que nenhũa imperatriz nem outra princesa algũa se pode chamar rainha, senão a de Portugal.”

Se isto, que disse a rainha Dona Leonor, não é ao presente tão perfeitamente em Vossa Alteza como devia ser, ao menos já o foi e sê-lo-á daqui em diante, e o fruto de que Deus nos fez mercê no milagroso nascimento de el-rei nosso Senhor chegará à madureza e perfeição que desejamos, e terá Vossa Alteza, em satisfação de alguns desgostos, muitos e mui grandes contentamentos. Quanto mais que o espírito de Vossa Alteza mais está posto nos negócios da vida eterna que nas opiniões desta miserável vida, que tão pouco há de durar. E, para que acerca disto me resolva em poucas palavras: se Vossa Alteza vai buscar descanso temporal a Castela, tão pouco o há lá como cá; se vai buscar a salvação, não é mais longe de Portugal ao Céu que de Castela.

Devia-se também nesta matéria Vossa Alteza de lembrar do santo rei D. João o terceiro, que tão grande e verdadeiro amor lhe sempre teve, e não devia querer desamparar a terra onde seus ossos estão sepultados. Veja quão gloriosa sepultura será a sua se, assim como foi companheira na vida de quem tanto a amou, o for também no enterramento, e não consentir que haja em todo o mundo terra que tenha depositado seu corpo, senão a mesma que tem em si as relíquias de tão católico príncipe, a quem Vossa Alteza tanto deve. Pelo contrário, entendo que fará Vossa Alteza grande injúria a seus ossos e não mostrará, por tão ilustre sinal de amor, o que a sua memória deve.

Considere Vossa Alteza bem todos estes inconvenientes, como são: sentimento de bons, gosto de maus, desamparo de pobres, ausência de sepultura de tão virtuoso e santo companheiro, e lembre-se que nesta sua partida (o que o Senhor Deus não permita) em o temporal se ganha pouco, e no espiritual se perde muito. E, quando Vossa Alteza não perder, perderá el-rei e o reino, e podem suceder desgostos e enfadamentos, aos quais Vossa Alteza, por sua grande virtude e pola grande obrigação que tem a estas suas terras, é obrigada atalhar. E, se fica no Reino, cumpre com a caridade e com o bem universal (que lhe há de lembrar muito mais que o próprio), serve a Nosso Senhor e ganha ua grande coroa.

Pelo contrário, se se vai, que mais se ganha que satisfação da vontade e triunfo de maliciosos?

Por derradeiro, el-Rei nosso Senhor é neto, filho e criado, e de sua natural inclinação virtuoso, e basta não ter Vossa Alteza outra imagem na terra del-rei seu avô.

Pelo que, como qualquer homem do povo, ainda que mais não seja, peço a Vossa Alteza, pelas chagas de Cristo Senhor nosso, que mude seu propósito e não desempare a terra nem injurie os ossos e memória de tão virtuoso príncipe, e queira,

em pago de alguns desgostos, ter tantos e tão grandes contentamentos, como espero em Nosso Senhor que há de receber.

Com dizer isto cumpro com o ofício devido à lealdade e desejo de servir a Vossa Alteza, e tudo o que me fica para fazer é pedir a Nosso Senhor em todas as minhas orações e sacrifícios que inspire a Vossa Alteza o que houver de ser mais de Seu santo serviço, e seu real estado conserve.

De Silves, a 7 de fevereiro de 1571.

1571

Lisboa
22 de fevereiro

Da Rainha Dona Catarina
para D. Jerónimo Osório

Resposta da Rainha Dona Catarina à carta de D. Jerónimo Osório anteriormente transcrita no n.º LXXI. Vd. aí respetiva nota introdutória

Reverendíssimo Bispo,

Vi a vossa carta de sete do presente, em que me fazeis saber a dor que tínheis por me haver de ir destes reinos, e me quereis persuadir, por muitas razões, a que o não faça.

Não posso deixar de vos agradecer a vontade, de que vos procede doer- -vos de me ausentar desta terra, nem de louvar-vos o zelo com que trabalhais induzir-me ao contrário, o que não sei se com tanto valor fizéreis, entendidas as razões que me deram ânimo para intentar esta ida; porque não é indignação a que me aconselha, nem paixão a que me move, nem desejos de descanso os que me levam; mas o amor grande que tenho ao Senhor Rei meu neto é o autor desta mudança, porque dele nasceo a vontade de lhe tirar a ocasião das cousas, que nem à Sua Pessoa, nem à sua honra, nem à sua alma convêm, e desejo de ser, com a minha ida, um despertador de se conhecerem e emendarem tantos males que trazem esta República escandalizada e descontente, e que são eles tão graves, e que os sinto eu tanto, que me fazem violentar minha natureza e apartar- -me do que meu coração ama sobre todas as cousas desta vida, e aventurar-me a perdê-la, ou, ao menos, a perder o gosto que dela podia ter; porque nem vós me aconselhareis, que veja não querer bem geralmente a quem eu tanto quero bem, e ir-se perdendo diante de meus olhos o que eu tanto estimo, sem haver outra cousa que me dê esperança disso ter algum remédio, pois os de que se podia esperar que o procurassem, são autores hoje e defensores desta perdição; e geralmente todos choram, eu também o chorarei, onde quer que estiver; e se minha ida aproveitar para alguma cousa, terei por bem empregada a dor que me há de custar partir-me, e o contentamento de saber que a emenda me castigará a tristeza que me há de causar a saudade desta terra, e a do vivo e a do morto, que deixo nela, posto que meu intento é fazerem meus ossos companhia, depois de minha morte, aos de El-Rei meu Senhor, que Deos tem, com quem a tiveram tão bem-aventurada nesta vida.

Pareceo-me alargar-me mais com vosco, do que costume com quem nesta ma- téria me fala ou me escreve, porque vossa vontade e zelo a isso me obrigaram, e particularmente o cuidado que tendes de fazer oração por mim ao Senhor, que vos encomendo muito que prossigais com avantajado fervor, pois não há cousa que agora por sua misericórdia mais deseje, que acertar em seu Serviço e não me afastar da obediência da sua santa vontade.

Em Lisboa a 22 de fevereiro de 1571.

1574

Entre agosto e outubro
Do Algarve para Tânger

De D. Jerónimo Osório
para o rei D. Sebastião

Muito alto rei e poderoso Senhor,

Se eu fosse Procurador da Coroa e tivesse algum feito nas mãos em que Vos- sa Alteza fosse réu, e fosse necessário dar-lhe razão dele, forçado seria ler-lhe primeiro o libelo que a contrariedade: o que nesta carta farei, com a verdade e lealdade que devo. Confio na condição e real espírito de Vossa Alteza que terá este por um dos maiores serviços que lhe posso fazer.

Os reis da Pérsia tinham muitas ordens de servidores, sem os quais entendiam que lhes era impossível governar bem a sua monarquia: entre estes havia uns, a quem eles chamavam seus olhos; a outros, suas orelhas; e a outros, seus amigos. Os muitos olhos lhes serviam de ver muitas cousas, que dous somente não podiam ver. As muitas orelhas, de ouvir muitas queixas, que com duas só se não podiam ouvir todas. Os muitos amigos, de lhes falarem as verdades, que os falsos amigos lhes encobriam.

Seguindo eu este estilo – pouco usado, e que fora bem observá-lo entre nós – de bom servidor, quanto minhas poucas forças alcançarem, direi o que vejo e ouço, com um amor tão verdadeiro, como sabe aquele Senhor a quem são manifestos os segredos dos corações: Ele nos ensina no Evangelho o que todos devíamos fazer, com esta pergunta: Quem dizem os homens que sou eu?

Bem sabia Cristo o que se dizia dele, contudo, com esta pergunta, nos ensinou que tivéssemos cuidado de inquirir a fama de nossas ações e forma de vida, e ainda que a doutrina seja universal para todos os homens, aos príncipes particularmente convém muito folgar de saber o que deles comumente se diz, e ainda fazer diligência por isso, porque à volta de muitos desatinos populares, ouvirão muitas cousas importantes ao governo: que por ventura algumas vezes nos conselhos, ou por mal sabidas se não dizem, ou por interesses particulares se não descobrem.

Não sei por que razão deixará de estimar um príncipe da terra de saber o que o Príncipe dos Céus quis que se lhe dissesse, posto que sem mais necessidade que querer-nos dar exemplo, e ensinar-nos o que devemos fazer? Porque o não imitará, inquirindo o que não sabe, nem pode saber se o não ouvir de outrem, e pode suspeitar? Porque não perguntará, quando falar com homens retos e amigos da verdade: Que dizem de mim? Em que conta me têm? Que fama corre do meu modo de proceder?

Se isto fizesse, oh quantas verdades saberia!

Em Atenas havia maldições instituídas pelas leis, publicadas em voz alta com palavras de grande horror, pelas quais eram amaldiçoados os cidadãos que aconselhassem à sua República, por seu particular intento, cousa contra o bem comum, e rogavam nelas que os tais fossem destruídos e toda a sua geração confundida.

Se isto se fazia em uma República, aonde havia muitos príncipes, que por qualquer cidadão podiam ser desenganados, que se deve fazer no Estado de um só príncipe, o qual se for enganado não há onde mais pôr os olhos?

Dous grandes malefícios comete quem engana o seu príncipe: um deles é traição, e o outro, injúria atroz e feita a seu senhor. Porque se é traição não avisarem os atalaias ao seu príncipe dos inimigos que descobrem, como a não será, e mui grande, encobrir a Vossa Alteza os perigos que estão armados para perdição da República, se não for remediada com tempo? Pois no que toca à injúria, não pode ela ser maior que entender-se que estima Vossa Alteza mais o gosto presente, dando orelhas ao que tão pouco dura, que o remédio perpétuo de seus vassallos.

Não terá Vossa Alteza em seu conselho quem trate de o enganar; mas se, por nossos pecados, houvesse quem tão grande traição cometesse, com tão grande injúria de vossa real pessoa, muito maiores maldições que os de Atenas merecia. Eu ao menos, Senhor, em quanto ao que a mim toca, fugirei delas quanto puder com dizer o que sinto, com esperança de que terei disso galardão, primeiramente de Deus, e depois de Vossa Alteza, ainda que, como no princípio disse, não direi agora tanto o que entendo, como o que ouço e, como Procurador, darei conta do libelo para logo vir com a defesa.

Dizem primeiramente que não será bom cristão, nem bom português o que não der muitas graças a Deus por nos dar um rei tão virtuoso e de tão altos espíritos, que foge de mimos e busca trabalhos por destruir a infame seita de Mafamede.

Mais dizem que, como as virtudes andam sempre juntas, não se pode chamar fortaleza a que não é acompanhada da prudência e bom conselho, e que o conselho não foi bom, por ser fora de tempo.

Provam que foi fora de tempo pela muita falta que há de dinheiro e de mantimentos, pela grande fome que ao presente a maior parte do reino padece.

Dizem mais que era este tempo mais conveniente para defesa do reino, que é de muito maior obrigação, que para conquistar o incerto de outros, porque há muita gente perdida em França, Flandes, Inglaterra, etc., da qual podem as terras marítimas de Portugal e do Algarve receber mui grandes danos e, segundo há fama, todos estes estão contentes com esta ausência de Vossa Alteza, por entenderem que muito mais a seu salvo usarão do seu ofício.

Não podemos deixar de nos temer destes homens, por ser o número deles grande e governado pelo espírito de Satanás, porque não há cousa, por grande que seja, que não cometa gente sem fé, se tem algumas forças e quando chega a estado de desesperação.

A isto se ajunta que o Grão-Turco não dorme, pelo que todo o príncipe cristão é obrigado a estar alerta, pois o perigo é comum, para acudir aonde mais necessário for para a defesa da cristandade e glória de Jesu Cristo.

Dizem também que grandes feitos se não podem executar sem grandes apercebimentos, os quais se não podem fazer em pouco tempo, como são mantimentos, munições, muita gente e maior continuação de exercícios de guerra: e ainda com todos estes aparelhos dizem que convém esperar conjunções de discórdia, que não pode muito tardar entre Mouros, e não qualquer discórdia, mas discórdia ensanguentada; porque a leve, com o medo comum, facilmente se acomoda; porque os inimigos, nos perigos que a todos tocam, com facilidade se

concertam; mas quando a rotura chega a tanto que se não possam concordar, de tal maneira a pode Vossa Alteza socorrer que fique senhor dos vencidos e dos vencedores. Esta é uma arte muito antiga de conquistar, com que se fizeram grandes os mais dos príncipes e capitães de grande nome, de que estão cheias as histórias e lembranças do mundo; esta ocasião quiseram os seus leais vassallos que Vossa Alteza esperasse.

Dizem também que nunca guerra foi feita com mais esforço que conselho, que pudesse ter bom fim. Confirmam isto com o triste sucesso do infante D. Henrique e do infante D. Fernando o Santo sobre Tângere, e com a segunda passagem em África del-rei D. Afonso V, e com os acontecimentos tão sem fruto do outro infante D. Fernando, seu irmão, por tudo ser com maior esforço que conselho.

Dê-me Vossa Alteza licença que diga tudo, pois comecei, e que não encubra nada do que toca ao seu serviço.

Dizem os prudentes que o ofício de bom rei mais consiste em defender os seus, que em ofender aos inimigos, e que tanto é isto verdade que nenhuma glória ganhariam príncipes ilustres nas vitórias contra inimigos, se delas não resultasse a segurança dos seus vassallos.

Aqui se lamentam muitos, porque veem ao presente que toda a guerra, que se havia de fazer aos Mouros, se faz, sem Vossa Alteza o saber, aos mesmos Portugueses; e por conclusão não falta quem diga que, entre pressa e diligência, há muito grande diferença, porque a diligência não perde ocasião e a pressa não espera por ela, e muito maiores inconvenientes se seguem da muita pressa que da pouca diligência, porque os muito acelerados choram o que perderam do seu, e os negligentes o que não ganharam do alheio.

Estes são os principais artigos do libelo que se forma contra Vossa Alteza. Agora resta o que por parte de Vossa Alteza posso dizer.

Primeiramente, digo: que os grandes espíritos são acompanhados de grandes esperanças, pelo que mais cuidam na grandeza das empresas, que na felicidade, ou facilidade, ou na dificuldade delas; e pela maior parte aos grandes acometimentos, quando não são de todo fora do caminho, não faltam favores divinos; e que Vossa Alteza, fundado nesta opinião, como se determinou, ou com vida honrada, ou com morte gloriosa, dar sinal do seu espírito, não pode sofrer dilatação; e que a vitória não está na mão dos homens, mas na vontade de Deus, e que o ofício do príncipe magnânimo é perder o temor a grandes empresas, por perigosas que pareçam, e o sucesso delas deixá-lo nas mãos de Deus e na Sua divina disposição.

Digo também que, como se não possa sempre acertar, são muito mais toleráveis os erros cometidos com demasiado esforço, que os em que caem muitos por fraqueza; porque nas cousas grandes, grandes perigos não carecem de seu louvor, e a fraqueza é acompanhada de perpétuo vitupério.

Também se pode dizer que quando Vossa Alteza se não puder escusar de algum erro, a culpa se pode diminuir com o exemplo de grandes príncipes que com o mesmo espírito caíram em grandes trabalhos.

El-rei S. Luís de França, por fazer guerra aos Infiéis com mais ardente zelo que conselho, foi de uma vez cativo e de outra morreu de peste sobre Tunes: imitou nisto ao santo rei Josias que, por entrar em batalha, que pudera muito bem escusar, morreu ele e com ele toda a esperança de Jerusalém. Passo por infinitos exemplos antigos por não enfadar a Vossa Alteza e dos modernos direi poucos.

O imperador Maximiliano, sendo mui excelente príncipe, fez entradas em Itália, e em outras partes, sem fruto. De príncipes de Portugal tenho dito o que basta. Que diremos do imperador vosso avô,⁹⁷ que foi o mais animoso e o mais excelente

capitão? Contudo, não deixou de cometer cousas dignas de repreensão e de receber em algumas delas muitos danos, como foi a entrada que fez em Florença, a empresa de Argel e outras, que deixo de apontar.

Perguntar-me-ão: de que servem estes exemplos? – Responderei que servem de se ver que, se nesta passagem de Vossa Alteza a África houve erro, não foi único nem cousa nova no mundo, e fica desculpado com os exemplos e autoridade de tão excelentes príncipes; porque se eles, em idade mais robusta e com muito maior experiência, foram enganados do demasiado desejo da glória, não é muito de admirar de que Vossa Alteza em muito menor idade com o mesmo ardor de espírito caísse nos mesmos inconvenientes. Quanto mais que esta jornada de Vossa Alteza, ainda que desta vez não tomou os portos que pretendia, não foi de todo sem fruto, porque viu com os seus próprios olhos o sítio de África e conheceu nesta prova de trabalhos quanto se deva aos homens que padecem fomes, frios e ardores do Sol intoleráveis e põem a vida por serviço de Deus e de Vossa Alteza, e entendeu também como agora daqui por diante se deve fazer. Aprendeu finalmente tanta doutrina que por ela somente foi a jornada com todos os trabalhos dela muito bem empregada e acertada. Pelo que, se a honra de Vossa Alteza fica em alguma maneira maculada, bem me atrevo a defendê-la e sustentar o contrário.

Esta é a defesa com que venho por parte de Vossa Alteza e atéqui chegam as minhas letras. E se daqui por diante Vossa Alteza quiser insistir e resistir a quem a Lei de Deus quer que obedeçamos, busque-se outro melhor letrado, porque me não atreverei a defender a causa; porque se faltar dinheiro e faltarem mantimentos, se não se podendo remediar a gente, que já está junta, e se ajuntar outra muita mais, se vier uma grande inverno, se assim pela falta das cousas necessárias, como pelo mau trato, começarem a morrer cavalos, e depois homens, veja Vossa Alteza quão grande será a festa e contentamento dos Mouros, e quão grande atribulação dos cristãos.

Não tenho eu aos Mouros por tão pouco guerreiros e artificiosos na milícia, que esperem ou tratem de batalha campal, vendo que sem lança nem espada podem os nossos ser desbaratados. Os frios, as chuvas, as lamas, as serras, o Inverno defendem as terras; marchar ao presente não é possível; estar encerrados nas cidades, não é honra: para combater Fez ao presente não há tempo, nem aparelho, e ainda que se despejasse, não era prudência tomar uma tão grande cidade em tempo que se não pudesse logo fortificar.

Pois, Senhor, de que servirá logo tanto trabalho e tanta despesa sem fruto? Não falo nos juros que fidalgos tem vendido; nas joias das senhoras empenhadas; nas lágrimas das mulheres; na pobreza da gente nobre; na miséria dos que pouco podem. Gaste-se tudo e consuma-se por serviço de Deus e de Vossa Alteza, mas seja em tempo que aproveite e não no em que a perda e mau sucesso está tão manifesto e a conveniência e ganho tão duvidoso.

Porque, quererá Vossa Alteza que, quando Deus nosso Senhor oferecer uma grande ocasião para Seu serviço, não haja em Portugal forças para se lançar mão delas? Da guerra não desista; haja os fronteiros necessários; os exercícios dela vão por diante; haja menos damascos e mais cossoteles; menos perfumes e mais lanças; tenha-se muita conta com a justiça, porque não falte o favor divino; com a fazenda, para que não falte no melhor tempo, nem seja necessário havê-la então com grande vexação dos povos, ofendendo gravemente a Deus; ajunte-se dinheiro de vagar: o que se poderá mui bem fazer se a aritmética for melhor exercitada; cresçam as esperanças de mercês para quem as merecer e haja desengano para

quem for indigno delas; e sobretudo os olhos entretanto estejam sempre fixos no Céu.

Vossa Alteza ainda é muito novo, move-se pelos brios de mancebo; porém ainda não perde tempo nem ocasião; esperem-se conjunções, que não poderão tardar muitos anos, e, desta sorte, quem poderá, quando for tempo, resistir a Vossa Alteza? Entretanto, vença-se a si mesmo Vossa Alteza, que é a mais ilustre vitória que pode haver; dome seu espírito; amanse a grandeza de seu coração; nas fronteiras se aquente a guerra o melhor que for possível; o meter do resto se guarde para quando o Senhor Deus oferecer melhor tempo e mais conveniente, porque quem o não espera, não só vai contra a regra da prudência, mas também corre grande risco de tentar a Deus com o pretexto da fé e zelo da religião, sendo que muitas vezes procede mais do apetite. Desta sorte alcançará Vossa Alteza as vitórias que pretende com glorioso nome seu e de seus vassallos e com grande acrescentamento da santa fé católica.

Não imaginei no princípio que me estendesse tanto nesta carta; mas o amor, lealdade e zelo do bem comum me elevou de maneira que não pude ter mão no discurso e ocorrência da matéria. No que me fica por fazer, não faltarei, que será continuamente pedir a Nosso Senhor em minhas orações e sacrifícios que Ele seja o defensor e conselheiro de Vossa Alteza, e sua vida e real estado guarde e crescente para Seu santo serviço. Amém.

1575

13 de dezembro
De Silves para Lisboa

De D. Jerónimo Osório
para D. Sebastião

Por quadrar à inteligência da carta que vai seguir-se – a qual, de resto, é assaz explícita – transcrevo a parte da Vita que se refere ao incidente que esteve na origem do veemente protesto osoriano:

“Aconteceu, porém, antes de pôr em obra este projeto, que, encontrando-se Osório em Tavira (que muitos identificam com a antiga Balsa), os funcionários que recebiam os dízimos o procuraram, queixando-se de o oficial régio, que estava incumbido das sisas do sal, se negar a pagar o dízimo deste produto.

Feita inquirição sobre este assunto, concluiu-se, com toda a evidência, que sempre esteve em uso pagarem os funcionários régios à Igreja também a décima do sal que cabia ao rei. Osório adverte o homem sobre a sua obrigação, e mostra-lhe o que havia sido comprovado pelas testemunhas; refere-lhe o que decreta o Direito Canónico e sempre fora cumprido pelo escrúpulo religioso dos santíssimos reis.

Insiste na recusa este homem ousado e não desiste do seu propósito. Depois de advertido por diversas vezes e porfiando na teima, Osório excomunga-o da comunhão dos fiéis. Desloca-se a Lisboa ao Conselho do rei; queixa-se vivamente de uma tão grande injúria a ele infligida, um servidor régio, por causa das sisas do rei. Apresenta-se no Algarve com uma carta do conselheiro que tinha a seu cargo estes assuntos, firmada com o selo real, e na qual, em nome do rei, pedia primeiro que Osório readmitisse o homem à comunhão dos fiéis, porque assim o rei o desejava; depois, caso o não fizesse de livre vontade, ordenava-lhe que assim

procedesse. Obrigava os funcionários régios a não ousarem excluir o homem da sua convivência.

“Osório, por amor da religião, em tal grau se encolerizou com esta carta que, sem qualquer hesitação, anatematizou o homem e lançou interdito sobre os lugares sagrados que ele pisasse. Por isso sucedeu que todos o olhavam como uma maldição que havia que arredar. E Osório enviou ao rei uma carta, longa e toda cheia de liberdade cristã, na qual lhe lembra aquelas promessas que lhe fizera em Sagres. Prova, com cópia de argumentos e exemplos, que os reinos só podem sustentar-se com a religião, e adverte-o das terríveis consequências que tinham resultado a alguns príncipes que se empenharam em abater os foros da Igreja. Razão pela qual o exorta a que não preste ouvidos a homens ímprobos e pouco escrupulosos: se existissem alguns conselheiros que o persuadissem do contrário, que saíssem do lado do rei de Portugal, onde obstavam a que ele se abrasasse no zelo de acrescentar a religião, e dirigissem os seus passos para Inglaterra, a pô- se ao serviço da rainha, que emprega todos os seus recursos em arrancar de raiz a religião dos ânimos dos homens. E ele, Osório, por si sabia tão só confessar que nenhum receio da morte o afastaria da sua obrigação. Porém, se em algum ponto, se em alguma coisa ofendera a lei, a causa deveria ser confiada ao cardeal D. Henrique, legado de Sua Santidade e arcebispo metropolitano; todavia, no entanto, afirmava que, se o homem não se arrependesse, de forma alguma consentiria que fosse admitido à comunhão e convivência dos fiéis. Nesta resolução perseverou, até que a tal pessoa se lançou a seus pés, e restituiu à Igreja o dizimo do sal.» (Vita, pp. 12- 13).

Há divergências significativas entre a parte final da carta no seu manuscrito mais antigo e as versões que surgem impressas. Pareceu-me conveniente apresentar os dois textos separados, a partir do ponto em que a diferença se torna manifesta. Poderia até aventar-se a hipótese de, no manuscrito de Évora, se ter enxertado parte da carta que, segundo o sobrinho, Osório teria escrito depois da partida para Itália: “Por tal motivo [...], a fim de não permitir- lhes urdir alguma intriga, ou bem para apressar os processos, ou bem para que o rei tivesse a evidência da infâmia, parte para Roma sob color de satisfazer à obrigação religiosa. Chegou a Sevilha [...]. Daí informa o rei da sua partida e, com toda a submissão, lhe pede que receba esta decisão como boa e justa” (Vita, p. 13). Consigne-se, porém, que estes dizeres estão em contradição com o que lemos na carta de 2 de outubro de 1576, dirigida a Hósio, na qual Osório confessa que não dera notícia a D. Sebastião da sua partida.

A verdade poderia estar em que Osório, antes de partir, e já com a decisão tomada de dar tal passo, teria escrito uma carta, em que exprimia a indignação pelos vexames sofridos, e na qual acenaria com a ameaça da partida, carta de que o final do manuscrito de Évora seria a conclusão.

FONTES: Códices CIII / 2- 20 e 34, nº 2 (Manizola), da Biblioteca de Évora; António Lourenço Caminha, Obras inéditas de D. Hierónimo Osório, Lisboa, 1818, pp. 64- 81 (que troca os dois últimos algarismos do ano, datando a carta de 1557); Veríssimo Álvares da Silva, Cartas portuguesas de D. Hierónimo Osório, Paris, 1819, pp. 56- 71; reedição da coletânea anterior, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1922, pp. 45- 57.

De Távira

D. Jerónimo Osório
Defesa do seu bom nome

Defesa de Jerónimo Osório, Bispo de Algarve, contra a calúnia com que os caluniadores censuram os seus elevados sentimentos em relação ao cristianíssimo rei de Espanha D. Filipe na sucessão do reino de Portugal.

Uma vez que na vida nada há que exceda à dignidade (é que nela se cifra o primor da honra, e é enfeite que incita muitos mortais ao zelo da virtude), não é sem desgosto que posso tolerar que a minha dignidade se veja atassalhada por indigníssimos doestos, devido à circunstância de ser notória a minha adesão à façção dos que opinam que o mando deste reino deve ser confiado à potestade e guarda de D. Filipe, o melhor e mais invicto dos reis, e porque perfilho o parecer de que convém submeter toda a Espanha à autoridade de um único príncipe, a fim de que os negócios da cristandade possam prosperar de modo incomparavelmente mais venturoso.

Muitos dos nossos patrícios conclamam com grande alboroto que isto não passa de um crime horrível; e, com falsidade, assacam-me o labéu de traidor, certamente por julgarem que eu, tendo-me deslembado da liberdade e dignidade da pátria, entrego Portugal aos Castelhanos, os quais (conjeturam eles) hão de mostrar-se nossos irreductíveis inimigos. E, mesmo que nenhum inconveniente resulte desta união de reinos, acham que em nenhuma forma tal se deve pôr por obra, porquanto imaginam que daí necessariamente se ocasiona a morte e perdição do nome lusitano, antanho o mais ilustre pela congérie de façanhas cometidas.

Ainda que, na verdade, o que acrescentou esta queixa que muitos têm contra mim, foi o repentino ataque desencadeado por D. António contra o reino,[187] do qual intenta apossar-se pela força das armas, como se fora herança que lhe coubesse por direito: pois é inumerável a porção de quantos asseguram que é vergonhoso não dar eu o meu apoio à pretensão que tem sobre o reino o único filho do príncipe D. Luís, varão que fora tão exornado de virtudes realengas, do qual eu recebi toda a ajuda e que para comigo mostrara sempre tão grande afabilidade.

E, da mesma sorte que me é molesto que me façam devassa às minhas obrigações, assim incomparavelmente mais me punge ser criminado com tanta acrimónia por ser pouco escrupuloso no zelo da lealdade. Pelo que, antes de fazer pública exposição do meu parecer, justificar-me-ei em termos mui breves das obrigações com que me cuidam vinculado ao ilustríssimo príncipe D. António.

Eu sempre declarei abertamente e com toda a sinceridade que tudo devo a seu pai. Quanto ao filho, porém, mostrar-me-ia tão ligado a ele quanto o estive ao pai, caso se tivesse querido conformar com os meus conselhos e advertências.[188] Mas, ainda que o pai, por mor da singular boa vontade que por mim sentia, e por motivo da extraordinária lealdade que a ele me ligava – ainda, pois, que o pai me tivesse em grande conta, o filho, porém, senhareado por conselheiros desatinados, votou sempre ao desprezo com grande obstinação os meus conselhos, e a ele nada mais devo senão lágrimas e a consciência da dor acerbíssima com que sou oprimido, e com que todos os dias recordo ter ele degenerado dum pai santo e sábio, e acarretar contra a Pátria a violência duma tamanha desgraça, Pátria em prol da qual o pai tinha exposto de tão boamente a vida, arriscando-a nos maiores perigos.

Além disto, em se tratando da salvação do bem público, é mister dar de mão a todos os laços privados da amizade. Sinto estima por D. António; lastimo a sua

sorte: mas nunca cuidei para comigo que merecia ponderação quanto ele sustentava, quanto apetecia, quanto, sem juízo maduro, definia como seu propósito. Jamais pensei que deveríamos seguir empós do capricho ou demência de príncipe algum, mas acho que nos convém ajustarmo-nos à sua melhor opinião e a quanto possa redundar em geral proveito. Na verdade, não faz parte do dever do homem que tem desejo de consagrar ao Céu os seus cuidados espirituais e de, se for necessário, derramar o seu sangue pela Pátria: não lhe cabe, como digo, dar mais preço a um qualquer afeto particular, do que à salvação da Pátria e à obediência devida ao Céu.

No que concerne às obrigações em que me encontro para com D. António, suponho que satisfiz a juízes equitativos; por outro lado, o muito que devo impede-me de dizer mais.

Já é tempo de vir à defesa da minha boa fama, que, segundo cuido, deve ser reivindicada de um pouco mais atrás. Na educação de D. Sebastião, apercebi-me de muitas circunstâncias que eram promessa da ruína da Pátria. Com efeito, os que tinham a seu cargo a educação dele, dia e noite o inflamavam no projeto de, através das armas, subjugar toda a África; nada cuidavam, porém, em industriá-lo nos ditames da prudência, sem cujo acatamento não é possível fazer-se a guerra.

Depois, eu previa que a precipitação irrefletida haveria de redundar em risco desmedido. Razão pela qual mais de uma vez o adverti de que, antes de passar-se a África, tudo fizesse por tornar favorável a vontade de Deus. É que, sem o concurso da assistência divina, a guerra não pode alcançar termo feliz. Assim, se queria lograr mais azadamente uma vitória, atendesse antes à glória de Deus, do que à do seu próprio nome. Ora, o modo mais expedito para conseguir-se a ajuda divina resumia-se em desempenhar as obrigações da realeza com a máxima exação. Ademais, que se capacitasse de que as opiniões emitidas em nossa presença nada valem; e ficasse ciente de que tudo se concede aos que detêm o senhorio. Que, antes de mais nada, se entregasse ao único cuidado de não consentir assento às vozes do capricho, da cobiça ou da ambição. Neste meio tempo, conservasse os seus súbditos em armas e fosse ajuntando dinheiro, não com vexação dos povos, mas de forma arrazoadamente tolerável e previdente. Ao cabo, exortei-o a pôr de lado qualquer desígnio de guerra em África antes de matrimoniá-lo, a fim de, na eventualidade de algum caso adverso provocar-lhe a morte, atalhar com a legítima descendência a qualquer ocasião de disputa.

Sem embargo de reiterar-lhe estas razões, quer por carta, quer de viva voz, quer por quantos meios me foram possíveis, os meus esforços baldaram-se por completo, e até inflamei contra mim a dementada ojeriza de certos homens.

Passou a África, e de novo com carta minha procurei convencê-lo a regressar à Pátria, e admoestei-o a que aguardasse sazão mais acomodada, como fosse quando os Mouros entre si se digladiassem com sanha e raiva de inimigos. Na verdade, tratando-se de uma gente inconstante e tornadiça, sem qualquer resquício de acatamento pela santidade dos pactos, e que sempre se mostrou fácil em extremo no armar rebeliões turbulentas, seria forçoso que, a brevíssimo trecho, acabaria por rebentar alguma guerra sanguinária.

Foi seguramente pela malevolência de um certo homem que a minha carta não lhe chegou às mãos. Todavia, leu-a depois que regressou a Portugal.

Após ter tomado a resolução de passar segunda vez a África, admoestei-o a não aprontar tão copioso número de tropas, com vistas a uma guerra que poderia concluir com reduzido dispêndio. Fiz-lhe saber que não devia extirpar a discórdia

que subsistia entre os inimigos, mas antes acalentá-la, e que lhe cumpria subsidiar com socorro moderado aqueles que menos podiam, a fim de que, por este modo, gradualmente todos eles se arruinassem com as mútuas sangueiras, até chegar o momento de submetê-los todos ao seu império sem necessidade do máximo esforço de guerra.

Depois de vê-lo obstinado no propósito de segunda passagem a África, implorei-lhe, pelo que há de mais sagrado, o abandono de tais desígnios e roguei-lhe que nunca se apartasse do litoral nem da sua armada. Tivesse ele assim procedido, e hoje gozaria da vida e todo o Portugal se teria conservado a salvamento de tão medonho flagelo!

Mas, a que propósito relembro tudo isto?

Para que se entenda que todos os meus conselhos se encaminharam a que o Reino Lusitano de nenhuma sorte viesse a caber por herança a algum estrangeiro, mas antes se conservasse eternamente em mãos de senhor seu natural, se é possível que alguma casta de eternidade tenha senhorio sobre negócios humanos.

Portanto, de que acusação hei de defender-me, pois que são muitos os que me incriminam tão desapiedadamente? Acusem sim os cortesãos lisonjeiros, que obstaram a que a tenra idade do Rei, desajudada de qualquer conselho, prestasse ouvidos aos pareceres mais salutares; acusem quantos vivamente o incitaram a arrojar-se sem tino contra uma massa incontável de bárbaros, rodeado de uma reduzidíssima força de cavaleiros; acusem, enfim, aqueles que se revelaram como os responsáveis de tamanha calamidade: mas não me atribuam culpas a mim que, até aonde me foi permitido, sempre alertei o rei para que evitasse o descomedimento e esquivasse o risco de alimentar a paixão dementada da glória, a troco da comum salvação e conservação da Pátria.

Mas – dizem –, ainda que até aqui em tudo te tenhas havido com retidão, agora porém procedes como o mais ímpio dos homens, ao pretenderes com a máxima diligência expungir da memória dos homens o nome de Portugal. Pois, quem defende que convém ao Reino Lusitano ser senhoreado pela potestade do rei D. Filipe, entende que aos Portugueses convém colocarem-se sob o jugo dos Castelhanos, seus imemoriais inimigos.

Oh tresloucamento sem igual! Oh deplorável cegueira! Oh opinião bárbara e impertinente! Chamam perda do nome ao único remedeio da salvação e da dignidade, quando se dá o descalabro do seu estado! Dão título de servidão a um enlaçamento salutar e a um acordo fundado em caridade cristã! Não escrupulizam em chamar inimigos àqueles que cumpriria graduarmos como irmãos em nosso afeto! A tal ponto perdemos a lembrança da santíssima religião, que aviltamos com o título de torpeza detestável e ódio imemorial aqueles sentimentos que, por natureza, são os mais próprios dos homens!

Abertamente confesso que, depois da morte de D. Sebastião, sempre foi minha opinião que, em desgraça tão calamitosa e deplorável, o único remédio que nos restava consistia no ajuntamento destes reinos. Permitam-me pois que primeiro desenvolva as razões pelas quais me acosto a esta opinião; em seguida, venham até nós os tais sábios e valentes, a fim de sabiamente proporem outras mezinhas mais prestantes e com a sua braveza as porem em prática.

Não quero discutir, em matéria de Direito, sobre os pontos que, a juízo de jurisconsultos, dão pé a litígio, muito embora não poucos daqueles que eu reputo como os mais abalizados na inteligência da lei não mostrem escrupulo em conceder razão a D. Filipe. Mas causa-me não pequena maravilha que muitos, que parecem

sobressair pela prudência, façam caso omisso do argumento de mais peso. E então qual é ele?, perguntareis.

– A utilidade de todo o reino.

Com efeito, os reinos não se fundaram para que os homens se fizessem reis; mas antes, os homens superiores em engenho e virtude foram escolhidos para velarem pelos reinos com a sua prudência. Portanto, todas as vezes em que surge controvérsia acerca da sucessão dos reinos, devem ser preferidos sem reboço aqueles que podem salvaguardar a pátria com mais firmeza e dirigi-la com maior prudência. Pergunto portanto aos meus detratores: qual é, dentre os pretendentes ao trono deste reino, aquele que se avanteja em poder ao Senhor D. Filipe, por tal forma que com maior facilidade alongue de nós as investidas dos inimigos? – Nenhum!

Depois, quem, entre os grandes príncipes, teve contínuo trato com os negócios públicos, qual acharemos em tal estado que, havendo sido industriado por um longo manejo das coisas, possa dirigir com melhores resoluções a nossa República? – Nenhum!

Se D. Filipe, portanto, em tal modo se avanteja em poderio, e se adquiriu, por uma dilatada prática dos negócios, um saber na governança da República, tão grande que ninguém pode ser com ele emparelhado de entre estes que se afirmam com jus à posse deste reino – a quem mais atinadamente confiaremos a nossa salvação, do que àquele que, com grande presteza, pode salvaguardar-nos das incursões dos inimigos, e que, com inexcedível sabedoria, sabe medicar as lesões da pátria?

Além disto, havia alguém que pudesse ignorar, entre todos os homens que não carecessem de entendimento, que, com a mais absoluta das facilidades podia D. Filipe apoderar-se deste reino, que ele crê pertencer-lhe por direito? Em verdade, com que forças contamos que possam cotejar-se com as forças e poderio de D. Filipe? As nossas riquezas estão exauridas; faltam-nos caudilhos bem amestrados nas artes da guerra; os soldados práticos, morreram; os bisonhos, não emparceirados com os veteranos, nunca alcançaram em ações de guerra grandes títulos de glória, e o ânimo de muitos abateu-se e jaz entibiado pela derrota africana. Ao invés, porém, D. Filipe superabunda em cópia de tesouros, e tem ao seu serviço capitães notabilíssimos, e sustenta os melhores exércitos com homens afeitos à lide, e todos os seus negócios se encontram na mais próspera das marés.

Posto isto, que maior temeridade podia haver do que pretender alguém terçar armas com D. Filipe? Objetam a isto, dizendo: “Aguardamos um grande socorro de França e da Inglaterra, graças ao qual mui facilmente destroçaremos numa só confrontação as hostes da inteira Espanha postadas contra nós”.

Oh arrojado desgraçado e vão! Em primeiro lugar, de facto, não deve esperar-se um socorro vigoroso contra o poder de D. Filipe, por parte daqueles povos que, ou bem se conservam sob o seu senhorio, ou bem a ele se encontram obrigados por vínculos de aliança. Depois, ainda que daquelas partes venham imensos exércitos a servirem-nos de socorro, mostram-se possuídos pelo mais cabal tresvario quantos não se arrezeiam muito mais do próprio auxílio do que da guerra que empreendem levar a cabo.

Com efeito, a guerra que se temia seria empreendida contra nós por Espanhóis, povo ao qual nos associam laços não só da natureza, como da vizinhança, e, por esta razão, sem dificuldade poderia pôr-se termo a esta pendência através de um acordo equitativo. Porém, quem vier em nosso auxílio não se arredará do nosso meio sem antes ter esbulhado os amigos.

Não se apercebem os homens de que a máxima porção daqueles homens de quem cuidam lhes virá o socorro, se fraguou com massa de piratas? Não se lembram de quão grandes calamidades aquela gente ocasionou à nossa terra e fazendas? Não se precavam de que esses tais de tal maneira se ensoberbecem com êxitos meãos e se deixam levar da insânia, que nem os seus mesmos reis de forma alguma logram dominá-los?

Todavia, concedendo que nada disto venha a suceder, e que nos prestem de boa-fé a sua ajuda: a tal ponto têm os homens por segura a sua vitória graças àquele adjutório, que deixem por completo de arreçar-se da incerta fortuna da guerra, duvidosa para ambas as partes? Mas, seja! Concedo que alcancem com o auxílio de Franceses e Ingleses a vitória que cobiçam. Voltarão à sua pátria os aliados imediatamente após ter-se conseguido a vitória, ou, pelo contrário, não se deixarão ficar indefinidamente entre nós?

Se abalarem ato contínuo, deixarão Portugal espoliado e exaurido, e muito me- nos aparelhado que antes para defender-se dos perigos. Se permanecerem no nosso meio por tempo ilimitado, imporemos às nossas cabeças um senhorio feroz e hostil e que, na prosperidade, se mostrará de uma insolência que ultrapassa quanto possa encarecer-se. Não me refiro a todos, mas tão-somente àqueles que vivem nas terras ribeirinhas e se entregam ao corso e se jactam das pilhagens, e muito especialmente depois que se deixaram corromper por erradas e pestíferas doutrinas.

Assim, ao cabo sucederá que, aqueles que rejeitam a amizade e trato fraterno com os Espanhóis, aceitarão como amos homens embrutecidos pelos latrocínios e carnificinas. Além do que, é o cúmulo da sandice fiar de uma ajuda longínqua a defesa contra inimigos que nos convizinham. É, por consequência, manifesto que a armada pela qual muitos esperam, ou de nenhuma forma há de vir, ou, caso venha, mui duvidosamente alcançará a vitória, ou ainda, se se mostrar vitoriosa, nós ficaremos sob o poder daqueles homens que desconhecem qualquer espécie de comedimento.

Mas – contrapõem alguns – Deus obrará milagres e há de abalançar-se à liça em nossa defesa!

Isto parece-me muito bem dito. Mas seria mister pressupor que tamanha santidade sobressai nas nossas ações e que em tal forma se revela singular a regeneração de nosso viver, depois que padecemos aquele grande desastre, que seja lícito ter esperança em que anjos armados se adiantem em nosso favor, quando chegar a ocasião da pugna.

Todos os dias sofremos o flagelo de desgraças e a mão de Deus continua a ferir-nos com severidade; porém nós, com excessiva porfia continuamos a espojarnos nas mesmas torpezas, o que não obsta a que nos prometamos a nós mesmos o socorro celeste na guerra contra o que é a deliberação do próprio Deus.

Por conseguinte, e pondo de parte opiniões insensatas, é por demais evidente que estamos por completo inabilitados a fazer rosto a D. Filipe.

Depois de assentarmos sobre este ponto, cumpre pensar-se sobre o quanto é preferível pôr em prática, espontaneamente e de nossa livre vontade, aquilo que facilmente pode levar-se a cabo pela força. Na verdade, se por nossa vontade prestarmos ouvidos à palavra de D. Filipe, conservaremos a nossa dignidade e, sem entraves, gozaremos de nossas fazendas. Dessarte, pois, semelhará termos prestado vassalagem, não à força, mas ao direito, e ninguém terá ousio para conculcar os nossos interesses. Mas se formos derrotados, ser-nos-á forçoso suportar o vexame da nossa temeridade e loucura; e todas as nossas riquezas ver-se-ão expostas à pilhagem e aos incêndios, e isto para que agora nada refira

sobre os restantes males, que são de longe mais nefastos do que os morticínios e rapinas.

E vem-me agora à lembrança o delírio e demência de certas pessoas: “Não é possível”, dizem, “que se provoque o aniquilamento do nome português!”

Mas quem, senão vós, deseja ocasionar o aniquilamento do nome português, ao pretenderdes, com o vosso descomedimento, inimizar-vos com o melhor dos reis, ao menosprezardes as mercês que ele vos concede com tão grande generosidade, e ao preferirdes ter como acérrimos inimigos, em lugar de associados e irmãos, estes vossos vizinhos, tal como nós, nados e criados na Hispânia? E, para concluir, ao antepordes, em vossa estima, homens de longes terras, pouco firmes no zelo da piedade, àqueloutros a vós ligados pelos vínculos de uma lei, geral a toda a Península, e que seguem uma religião sem mácula?

D. Filipe não intenta, como vós dizeis, expungir o nome lusitano, mas antes acrescentá-lo com mercês, ataviá-lo com distinções e cumular os benemerentes com o galardão das maiores honrarias. E não vos subtrai a liberdade, mas antes toma a seu cargo aumentá-la e corroborá-la com o seu poderio. Reconhece que é prole de uma princesa lusitana; jacta-se do nome de D. Manuel, seu avô, rei o mais ilustre. Conhece o amor, zelo, lealdade e dedicação com que os varões lusos obedecem aos seus reis. Deseja vivamente o acrescentamento desta virtuosa propensão e não consentirá que alguma outra nação da Hispânia seja anteposta à portuguesa. E assim, crê que a sua causa deve ser pleiteada mais pela benevolência do que pela força; e esforça-se por que vós queirais ser muito mais livres e felizes do que antecedermente o éreis: e, mesmo assim, vós estareis tão ensandecidos que prefirais, ao preço da vossa ruína, experimentar o peso do seu poder, a gozardes da sua clemência, com o acréscimo das vantagens e honrarias?

De que é que ele vos despoja? Que deixa de conceder-vos? Oferece-vos a liberdade da terra e dos mares; franqueia-vos o caminho para tudo quanto é interesse, e vós, que até agora estáveis embaraçados e estorvados por estreitezas, que vos embargavam o poderdes aspirar aos grandes galardões devidos aos vossos grandes merecimentos, podereis no presente livremente almejar às máximas honrarias, caso em vós esplenda o brilho da virtude. Se sois nobre, e pondeis vosso esteio menos na linhagem do que na virtude (verdadeira procriadora e aleitadora da genuína nobreza), podereis cobrir-vos com o lustre de todos os ornatos que se devem a essa nobreza. Se tendes origem em berço distinto, a inveja carecerá de forças bastantes para privar-vos do acesso à máxima distinção e nobreza. Se até hoje vos arrolaram entre o povo, os vossos foros serão mantidos sem qualquer contradição, sem embargo da prepotência dos poderosos. Além disto, caso possuais um ânimo alevantado, superior e inclinado a grandes coisas: onde poderá mostrar-se-vos maior esperança de honrarias mais consideráveis? Onde achareis as máximas prosperidades?

Acaso vemos que haja prosperidades, por exíguas que sejam, onde quer que se levante a dissensão? Ou onde à virtude não foi dado lugar para que luzisse, fosse lá em quem fosse? Ou, enfim, onde tudo em tal forma se fortificou e entrincheirou nos redutos da inveja, que a mui duras penas poderá alguém acalentar esperanças de ver algum galardão aos seus grandes merecimentos?

Ponderai em vosso ânimo a multidão de cidadãos portugueses que, galardoados na sua pátria com medianas distinções, sempre que recorreram aos reis de Castela foram elevados às máximas honrarias. Concluí daqui que não há ninguém com motivo para dizer que todos nós somos odiados pelos Castelhanos. Tal não sucede. Bem ao invés! Se nos mostramos dignos, eles nos honram e respeitam, e

nos reconhecem merecedores de avultadas recompensas: procedimento que agora devemos esperar com mais firme fundamento. É que o rei D. Filipe é mais poderoso que todos os reis seus antepassados e de vontade fortemente inclinada a proceder com generosidade em relação à nação portuguesa, e nos promete singulares benefícios, e se obriga, pelo mais santo juramento, a cumprir cabalmente e com suma exaço o prometido. E visto que o proclamou com toda a solenidade religiosa, estimo por crime infame levantar suspeições sobre a sua boa fé. Portanto, sendo certo que não só pode, como quer, e, além disso, se obriga por palavra, não cabe dúvida de que, se por nossa vontade aceitarmos o seu senhorio, achar-nos-emos em bem melhores condições do que aquelas de que anteriormente desfrutáramos.

Creio ter demonstrado até aqui que não me foi possível ter parecer diverso daquele que perfilhei, e isto, ou bem porque é próprio da sabedoria conformar-se com a necessidade, quer porque é desatino rejeitar o proveitoso. Por conseguinte, ao dar-me conta de que não havia possibilidade de fazer-se frente a D. Filipe, e ao não imaginar outro remédio mais azado à nossa prosperidade senão o senhorio deste rei, e não me cabendo dúvidas de que ele estava determinado a galardoar-nos com grande cópia de isenções e benefícios, não pude coibir-me de dar público testemunho da minha opinião, de viva voz ou por escrito, e de dizer francamente que não havia outro modo de nos salvarmos. Pois que outra coisa me restava fazer, uma vez que ficou provado que carecíamos de qualquer recurso para arrostar com o seu poder? Depois, em nada padeciam detrimento, quer os nossos foros, quer o nosso prestígio, quer o nosso nome. Em seguida, atendendo a que, por esta legítima concessão, se enraizara em nós a máxima esperança de prosperidade e acrescentamento. Em derradeiro lugar, porque eu não via nenhum outro recurso por via do qual se pudesse conservar o nosso prestígio nas mais longes terras. Na verdade, nem seremos capazes de proteger a Índia e os mais remotos litorais da China – por onde se derramam e vivem milheiros de portugueses – do ataque dos Turcos, nem poderemos defender das incursões de piratas a Etiópia e as ilhas atlânticas, onde de há tanto tempo e em tão grande número têm assento os nossos, nem, enfim, haverá lugar a libertar do assédio dos Mouros as cidades marítimas de África, que se sustentam com o nosso socorro.

Se até todos os dias vemos, na costa deste reino do Algarve, diante dos nossos olhos, serem vexados e tomados como cativos muitos cristãos, por ação impune de meia dúzia de mouros desarmados: como estaremos longe de poder, com os nossos meios, preservar incólumes e em segurança regiões de nós apartadas por tamanha distância!

Ora, todas estas contrariedades de tal forma se erradicam com a união dos reinos, que não é possível excogitarmos nenhum expediente que se mostre mais útil e mais salutar. Também cuido que nos cumpre ponderar a grande utilidade que há de provir daqui para o bem de toda a Península: pois não é lícito a nenhum hispano reputar como alheio a si qualquer negócio que tanja ao bem-estar de toda a Hispânia.

Não há lugar algum onde se não inveje a valentia dos Hispanos. Com efeito, veem que inúmeras nações, tanto aquelas onde o Sol nasce, como as que contemplam o seu ocaso, estão senhoreadas pelas armas invencíveis da Hispânia; veem que o império da inteira Península tem por extremas as regiões últimas do mundo; veem que, vindas em abundância de todas as partes, ele introduz na Espanha riquezas imensas; veem, enfim, que por obra dos Hispanos o verdadeiro culto religioso se celebra com toda a pureza e que o nome de Cristo é venerado santamente e com piedade, em regiões apartadíssimas quanto ao lugar e

asselvajadas pela crueldade dos costumes, por completo destituídas de qualquer vislumbre de humanidade e compaixão.

A inveja não pode tolerar tudo isto. A inveja, depois, mal ajunta forças, lança-se enfuriada sobre quanto é ilustre. Portanto, tudo aquilo que se avantajava pela amplitude do prestígio, cumpre que esteja a bom resguardo, escorado em firme defesa. Ora, para obter, aumentar e seguramente conservar as riquezas, nada mais sólido do que a concórdia.

A inveja não pode tolerar tudo isto. A inveja, depois, mal ajunta forças, lança-se enfuriada sobre quanto é ilustre. Portanto, tudo aquilo que se avantajava pela amplitude do prestígio, cumpre que esteja a bom resguardo, escorado em firme defesa. Ora, para obter, aumentar e seguramente conservar as riquezas, nada mais sólido do que a concórdia.

Foram muitos os Reinos da Hispânia reciprocamente apartados por incessantes conflitos. Debilitavam-se com tal hostilidade as forças da Península e com ela exultam os inimigos do nome cristão, do mesmo passo que se franqueava amiudadas vezes o caminho para a destruição da firmeza do nome cristão. Para me não dilatar, baste com dizer que as dissensões dos reis foram impedimento a que os Árabes não fossem mais prontamente alongados dos lindes da Península.

Que pôs cobro a dissídios e desentendimentos tão funestos e condenáveis? Sem dúvida que a união dos reinos. Com efeito, associava-se um Reino a outro, quer por matrimónio, quer por sucessão legítima. Quanto melhor se garantia a continuidade dos reinos, tanto mais se afastava o pretexto para provocar conflitos entre os príncipes cristãos, e todos os vassallos gozavam de uma paz inquebrantável: o que mais se punha de manifesto sempre que se dava a desunião entre os reinos. Por exemplo, tal como sucedeu quando Fernando Magno, príncipe a quem cabe um encómio sempiterno, repartiu os reinos entre os filhos, com a qual divisão tomou alento uma guerra tamanha que não foi possível consolidar-se nenhum compromisso de paz antes da morte de Sancho, o mais velho dos irmãos.

Não faço menção aqui de inúmeros exemplos da Espanha e França, pelos quais, sem lugar para dúvidas, pode reconhecer-se que muitas vezes, em qualquer nação, por mor da separação dos reinos, se suscitam discórdias sem conto, e que, ao invés, pela unificação, aqueles reinos que antes se digladiavam perdem a lembrança dos seus mútuos rancores. Foram por isso fundadas as demonstrações de agrado que se fizeram quando o rei D. Manuel se matrimoniou com Dona Isabel, filha dos mais poderosos reis, e à qual cabia em herança, por óbito do pai, a máxima porção da Península. Na verdade, julgavam que desta união de toda a Hispânia havia de resultar uma solidíssima paz, a mais prazenteira de todas as coisas desta vida; e depois, ocorrendo a morte de Dona Isabel após o nascimento do filho D. Miguel, como toda a Espanha se tivesse comprometido a receber por rei a D. Miguel assim que atingisse a idade adulta, todos reciprocamente se congratulavam, porque confiavam em que, com o nascimento daquele príncipe, reinaria na Hispânia uma paz sem termo. Porém tais esperanças desvaneceram-se com a inopinada morte do príncipe. Certamente ainda não chegara a ocasião, prescrita pelo juízo de Deus, na qual os Hispanos gozariam de um tão grande bem. De facto, é Deus quem determina a oportunidade dos ensejos, quem dispõe a prosperidade dos reinos, quem exalta os reis ao mais alto grau da dignidade, quem os arroja do sólio, quando indevidamente se servem do poder, quem ajunta o que estava esparzido, quem desata o que estava ligado, para punir pelas discórdias os excessos dos homens e para embaraçar a que os perversos logrem pôr por obra, como pretendem, a conjuração do crime. Se, portanto, nestes tempos, Deus julga conveniente na

Hispânia uma conformidade de sentimentos para glória do Seu nome: quem são esses que ousam opor-se ao Seu desígnio?

Mas, seja quem for – dizem –, o nosso nome desvanecer-se-á!

Como? Nem perderam o seu nome Aragão, nem Valência, nem Navarra, para não mencionar as demais nações sujeitas ao governo e soberania de D. Filipe; porém, bem ao invés, não só conservam o nome e forcejam por obter uma singular glória, movidas pela esperança que lhes foi dada de uma honraria eminente, mas também logram uma liberdade tal que até pode, algumas vezes, na opinião de varões de alguma sensatez, ser mais depressa capitulada de permissividade para a desordem, do que receber nome de razoável liberdade, porquanto é certo que toda a liberdade, que não foi enfreada pelas leis do rigor, precipita-se ordinária e infamemente em toda a sorte de desregramentos.

Mas, com que maior aprazimento não veria eu os cristãos mais solícitos da glória de Cristo do que da do seu particular prestígio! Os que tudo encaminham à glória de Cristo, alcançarão com a ajuda do mesmo Cristo um nome de lustre sempiterno; aqueles outros que, com zelo e diligência do seu próprio prestígio, antepõem o seu nome à glória de Cristo, desamparados desse mesmo prestígio e nomeada, e de quem os confere, não só perderão o nome, como também se cobrirão de eterna infâmia; no entanto, bem ao invés, quantos tiverem conculcado a sua própria reputação em aras à glória de Cristo, alcançarão o crédito de uma honra perpétua e ilustríssima.

Parece-me que já ficou assaz demonstrado que não convinha admitirmos o tão temerário parecer de opormos resistência, e isto, ou porque (segundo a minha opinião) não era lícito, se atendermos ao direito, ou porque carecíamos de quaisquer forças para resistir, ou porque em nada se lesavam os nossos foros, bom nome e reputação, ou porque entre nós todos se tinha insinuado a grande esperança de um avultado acréscimo de proveitos e honrarias, em consequência desta legítima sucessão, ou porque entranhava a máxima esperança duma paz duradoura em toda a Espanha, ou, para concluir (e para não me alongar mais), porque não podia conceber-se outro remédio para a conservação firmemente esteada do nome português.

Nem devia duvidar-se de que, com este ajuntamento de toda a Hispânia, se ocasionaria também uma vigorosa concórdia entre os restantes príncipes cristãos. Com efeito, incitados todos eles pela grandeza, autoridade e exemplo de D. Filipe, deixando lutas intestinas, serão arrastados para a destruição do povo de Mafoma.

Assim que, ocorrendo-me amiúde estes pensamentos, havia algum motivo que pudesse desviar-me deste parecer? Mas, para que todas estas reflexões se gravem mais energicamente nos entendimentos, aditarei o que se segue.

Os Turcos constantemente em seus templos suplicam a Deus que estimule as dissensões entre os príncipes cristãos. Também, sem cessar, procedem desta sorte todos os que têm a Mafoma como iniciador e autor de seu engano. Por seu lado, os hereges, porquanto se agradam de ver as nossas sedições espalhadas por muitas partes, visto que assim mais a seu salvo fazem sementeira de impiedade – como não somente se dão conta de que a Cristandade se desgarrar e dilacera com alterações, mas principalmente a Hispânia, onde sabem que a santíssima religião é puríssimamente venerada – os hereges, pois, almejam de todo o coração que a Península se perturbe por força das discórdias civis e que por completo se extinga o lustre da reputação hispana.

Poderá restar dúvida de que aquilo que tanto os Turcos, como os Maometanos, como os hereges apetezem com tanto ardor é o assolamento da

nossa gente e a destruição da nossa fé? Não é, portanto, de toda a evidência que cometemos um crime sacrílego, para cuja expiação dificilmente se achará penitência, queremos empenhar-nos em realizar aquilo que desejam os inimigos de sempre do nome cristão, aquilo por mor do qual fazem continuamente promessas a Deus?

Nestas circunstâncias, pois, quem pretende perturbar e impedir esta união fraterna de toda a Península, intenta prestar um diligente serviço aos inimigos do nome cristão. Que pode achar-se de mais desnaturado do que isto? Na verdade, a concórdia que se estabelecer em toda a Espanha porá fim aos dissídios de muitos príncipes e aquietará sem dificuldades todos os desentendimentos levantados entre os soberanos cristãos. É que ser-lhes-á presente a grande cópia de males deste jaez que os tumultos e dissensões terá acarretado à Cristandade, e com quão grandes acréscimos aumentaram o poderio dos Turcos.

Ora, tirando D. Filipe, não existe nesta ocasião ninguém que possa reinar em Portugal e acabar com todas as sedições. De facto, se, por um lado, o poderio, com que a todos se avantajava, porá um termo a todas as causas de discórdias, também, por outro lado, o imenso poderio de um único príncipe terá tão estreitamente ligado pelo vínculo de uma aliança os ânimos de todos os súbditos, que não há de haver ninguém que se atreva a lançar-se na guerra civil; e, destarte, se logrará que todo o brio da Espanha e sua conatural impetuosidade se canalizem para a destruição da impiedade maometana.

Entrementes, não deixo de vivamente me maravilhar, ao ver que, sendo tão grande o número dos que se temem do aumento assim descomedido do império dos Turcos; sendo tantos os que enxergam que pode ser por ele conculcada a santidade da religião cristã; sendo, enfim, não poucos os que de tão má vontade toleram que tamanho vexame seja infligido ao nome cristão, todavia não fazem votos para que algum príncipe cristão tanto se adiante em recursos e poder que, não só nos acabe com o medo, mas também incuta terror aos Turcos e aos restantes inimigos da religião cristã. Portanto, isto que era sumamente desejável, isto que todos nós até deveríamos pedir com ardentíssimos votos, e que nos fora concedido por graça divina, por que motivo o recebemos com indignação? Por que razão não acolhemos com grande gratidão um tamanho benefício? Por que não abraçamos este meio em que parece conter-se por inteiro a salvação da inteira República Cristã?

Para mim não restam dúvidas sobre todas estas coisas terem ocorrido por determinação de Deus, para que de modo necessário estes reinos se juntassem, a fim de que um só príncipe tanto se avantajasse quanto convém para exterminar de toda a Terra o impiíssimo nome de Mafoma.

Posto isto, que mais direi? Quantos foram os príncipes lusitanos arrebatados do nosso meio por uma morte intempestiva? Ficava-nos um, no qual parecia posta toda a esperança do nome régio. Este príncipe de tal modo se entregou a certos homens, que rejeitava os conselhos de todos os mais, e, assim, sucedeu que nunca pudesse capacitar-se da distância que há entre o arrojo militar e o ofício de rei. Por conseguinte, como cobiçava, para além do razoável, a glória da audácia militar, graduou em nada a glória de rei, que se cifra na ciência de governar com grande amor pelos súbditos. E por isso, jovem dotado de ânimo vivíssimo, deploravelmente desprovido de ponderação e bom senso, iludido e levado por lisonjeiros, ocasionou a sua perda e a dos seus, por forma a enriquecer Marrocos com bens adquiridos a preço do sangue dos Portugueses.

Jamais tão grandes calamidades teriam assolado e se teriam abatido sobre a Nação Portuguesa, se a vontade de Deus, por seu singular conselho, em tal não houvesse assentido; e isto principalmente por duas razões:

A primeira, foi para reprimir a insolência dos Portugueses e ordenar a merecida punição à soberba. Com efeito, os varões lusitanos atribuíam às suas próprias capacidades, e não à ação da vontade divina, as incontáveis vitórias que tinham alcançado; e, com arrogância intolerável, nas coisas que corriam conforme a seus desejos, mais se jactavam de si próprios do que louvavam a Deus. Por conseguinte, Deus com toda a justiça determinou abater a soberba humana e fazer que só o Seu nome andasse na boca de todos.

A outra razão, se me é lícito conjeturar, foi para que assim todos os reinos da Espanha finalmente obedecessem a um único príncipe, meio que tem visos de ser o mais ajeitado para aniquilar a fação da impiedade e propagar por espaços dilatados o nome de Cristo.

Por tudo quanto vai dito, sou de parecer que todos quantos se opuserem à sucessão de D. Filipe no trono deste reino, não só se opõem ao direito comum, não só se opõem à sua própria prosperidade e à sólida concórdia da inteira Espanha, mas também ao desígnio de Deus. Rogo e suplico a Cristo Senhor Nosso que me castigue com a pena que se deve aos fingidos e aos ambiciosos, se não é com um coração puro e sincero que exponho todas estas convicções.

Todo o curso da minha vida e todas as obras que dei a lume testificam publicamente o quanto estou apartado da sacrílega ambição e o quanto aborreço lisonjeiros. Pelo que não há motivo para que alguém pense que, levado pela ambição ou o desejo de riquezas, quero adular a D. Filipe.

Porém, para que é mister invocar testemunhos para um facto tão manifestamente sabido? Que se apresente quem quiser e aponte o infundamentado das minhas palavras. E mostre primeiro de que modo podemos fazer frente a D. Filipe.

Nada mais fácil – asseveram alguns – : em Lisboa há para cima de setenta mil homens que podem pegar em armas.

Concedamos que assim seja. Mas de bom grado escutaria de que casta de homens se deve compor esta multidão de soldados. Pois então agora arrolam como soldados barbeiros, sapateiros, alfaiates, carrejões e operários?!

Depois, pergunto sob o mando de que capitão militaram, para que nos seja possível admitir que alcançaram a robustez guerreira graças a uma longa prática da milícia. Respondem-me que os soldados portugueses não precisam grande prática. De facto, de tal modo é congénita na sua natureza a propensão para a milícia, que até os bisonhos, com a mor facilidade e no primeiro encontro, levam totalmente de vencida quaisquer inimigos. Oh como me agradaria que tivessem querido revelar em África dessa valentia que afirmais, para que não chorássemos um tão grande desbarato infligido aos nossos!

A seguir, queria saber de onde se proverão com os recursos bastantes a sustentar tamanho exército. Respondem, dizendo que o soldado português não precisa de soldos, sempre que lhe cumpre pelejar em defesa dos filhos e das esposas. É louvável expor a vida em defesa de filhos e mulheres; mas fazê-lo para ocasionar-lhes a ruína e morte prova um rematado delírio e ensandecimento.

– É belo afrontar a morte em defesa da dignidade!

É certo. Mas não é dignidade dar mostras de delírio e vesânia, desprezar sem perda da dignidade as riquezas oferecidas pelo maior dos príncipes e precipitarse na ruína sem qualquer esperança de melhorar de condição. Mas dizem que ele não

manterá a palavra. Os que dizem isto estão a profetizar sem inspiração do Espírito de Deus, algo que é prova do mais rematado delírio e impiedade. E além disso estão a falar mal do mais nobre dos príncipes, algo que é um crime merecedor de castigo nada pequeno.

Se, portanto, carecemos de forças; se os ânimos, abalados por um desastre recente, ainda se não refizeram do enorme choque; se Filipe não medita infligir-nos nenhuma injustiça; se, por juramento santíssimo, insiste em que há de prodigalizar-nos grandes benefícios; se este ajuntamento dos reinos é o único remédio da nossa salvação e dignidade; se vemos que mediante este entendimento se obtém a destruição dos perversíssimos inimigos da Cristandade; se, por derradeiro, é lícito conjeturar que esta unificação completa da Espanha foi determinada por conselho e vontade de Deus: quem é dotado de tão perverso entendimento que não renuncie a malsinar o meu zelo?

Que outra coisa julgam pois que me cumpria fazer? Porventura eu, sob algum pretexto de laços de amizade, deveria exortar os meus concidadãos a antes quererem totalmente perecer do que a velarem pela totalidade do país? Eu deveria empenhar-me, sem qualquer vantagem e com enorme ofensa da vontade divina, em desviar o rei D. Henrique, da excelente disposição de ânimo, com que com o maior empenho desejava conservar a pátria, para a opinião contrária? Eu deveria ter incitado os meus súbditos, em defesa dos quais não me negaria a derramar o meu sangue, a, contrariando o direito divino e humano, deitarem mão às armas do desvario, de maneira a precipitarem-se, eles e os seus, na perdição? Jamais estive disposto a querer impelir os meus compatriotas e súbditos a um terrível desastre, com enorme ofensa à vontade divina.

Que dizer do facto de que considerava que não só deveria pensar na salvação comum de todo o Portugal, mas também sem cessar consagrava toda a minha atenção à Índia? É que tinha presente a grande quantidade de sangue dos Portugueses se tinha então assentado aqueles alicerces do império e da religião. Via que muitos milhares de compatriotas nossos naquelas regiões se encontram cercados por inimigos mui encarniçados e atentos a todos os ensejos, os quais, mal se apercebam de que os nossos estão privados da ajuda vinda da Península, a todos (longe vá o agoiro!) hão de massacrar. Ora, não poderá enviar-se-lhes ajuda a menos que, depois de extintas as chamas da guerra civil, toda a soberania deste reino seja entregue a D. Filipe. É que, se aqui não conseguimos fazer frente às incursões dos corsários, como é que tão longe de Portugal seremos capazes de enfrentar tão grande número de inimigos?

E mesmo assim há muitos que não sentem qualquer compaixão pelo sangue dos seus; que não se arreceiam da perdição de tão grande número de Portugueses tão afastados da pátria; que, contanto que obedeçam às perversões do seu desvario, tenham na conta de coisa nenhuma a matança dos seus concidadãos e parentes e até dos irmãos.

Quem não vê estas coisas ensandeceu; os que as veem e mesmo assim cuidam que não lhes dizem respeito, são totalmente desumanos. Por conseguinte, como eu de tudo isto me tivesse dado conta e visse claramente que por todos os lados nos ameaçava o mais terrível dos desastres, não poderia dissimular com o silêncio a imensa gravidade do mal que sobre nós pairava.

Confesso que, movido por estas razões, de Faro enviei uma carta ao piíssimo rei D. Henrique, na qual o admoestava a que não consentisse que este reino, atribulado por tão grandes desgraças, fosse levado à total ruína, que eu cuidava se abateria sobre nós se pretendêssemos fazer frente com as armas a D. Filipe na

legítima (consoante era minha opinião) sucessão do reino. E a que, além disso, refletisse sobre a grande mancha de desdouro com que mancharia o seu nome, se os homens miseramente sucumbissem sob o ferro, as mulheres fossem avexadas pelas licenciosidade dos soldados, as fazendas postas a saque, males estes que, mesmo contra a vontade dos capitães, a violência a confusão da guerra ocasiona.

Exortava-o em seguida a que ponderasse sobre a gravidade das contas que deveria prestar no Juízo Final, se, por algum afeto particular, deixasse que a República caísse em total perdição.

Finalmente, suplicava-lhe, pela santíssima divindade de Cristo e pelas suas chagas, suplicava-lhe que, mediante um acordo salutar, remediasse a este tão grande mal. O rei, varão dotado de extraordinária probidade, acolheu esta carta com muito agrado e por missiva sua disse-me que não me inquietasse e deu mostras de que ocupar-se-ia de que nenhum receio de guerra perturbasse a República.

Depois que, a chamado dele, cheguei a Almeirim, atendendo a que já o rei não conseguia ouvir, fiz-lhe saber, através de carta, que não era possível estabelecer em bases sólidas o futuro de Portugal, se não se submetesse ao rei D. Filipe, mormente mostrando ele em relação a nós, por meio de promessas muitíssimo generosas, uma disposição de proceder com tão grande benignidade. E provava, trazendo à colação um sem-número de argumentos e exemplos extraídos do passado da Espanha. Com o que ele maravilhosamente assentiu. Quando nos dirigíamos para as cortes, dirigiu-me estas palavras:

“Pelo teor da deliberação que hei de enviar, claramente entenderéis quanto me apraz o vosso parecer.”

Reunimo-nos em cortes e todos os bispos que estavam presentes seguiram o mesmo parecer: ou seja, que o próprio rei harmonizaria os interesse portugueses com o rei D. Filipe por forma a que todos ficaríamos súbditos da sua soberania nas condições mais vantajosas.

De todas estas negociações zelosa e mui competentemente se ocupava D. António Pinheiro, bispo de Leiria, varão dotado de elevadíssima inteligência e da mais cabal eloquência.

O braço da nobreza seguiu o nosso parecer.

No entanto, uma espécie de arruaça popular que surgiu impediu que esta decisão de imediato se levasse a cabo. Sem embargo, dentro de poucos dias ter-se-ia levado a bom termo, se a morte do próprio rei não tivesse obstado aos nossos desígnios.

Coube em seguida a governação àqueles regentes, que ainda em vida tinha escolhido o próprio rei.

Por minha parte, logo me apressei a regressar à minha diocese, onde, bem longe de me entregar ao repouso, tudo diligenciei para acautelar os meus súbditos contra os perigos de um conflito prestes a eclodir. Referi-lhes as vantagens da paz; expus-lhes o poderio e a generosidade de D. Filipe. O poderio, para que ficassem cientes do quanto lhe era fácil embargar-nos os portos e pôr termo ao comércio com a Espanha, e nomeadamente com a Andaluzia: meios estes em que se fundava o seu granjeio de vida. E encareci-lhes a generosidade de D. Filipe, a fim de atraí-los ao amor por um rei clemente em tão elevado grau, e por via do qual não só em nada o direito seria conculcado, mas também seriam salvaguardados os interesses do bem comum e a religião defendida com firme custódia.

Escrevi enfim aos Governadores do reino uma carta bem longa, na qual os incitava a agirem como eu e à qual deram completo assentimento. Na verdade, três dos Governadores, varões insignes pela nobreza e saber, conseguindo escapar às

ciladas contra eles aparelhadas e tendo-se refugiado neste reino do Algarve, com palavras de muito amor me declararam que a minha carta lhes fora motivo do maior agrado. E uma vez que partilhavam deste parecer mesmo antes de fugirem, esforçam-se agora com a máxima diligência, aplicação e empenho por levarem a cabo aquilo que sempre opinaram ser o mais conforme com a justiça.

Por conseguinte, se é crime julgar com acerto, são muitos os que me acompanham no mesmo crime. Pelo que, se um falso conceito da honra não tivesse pervertido a capacidade de juízo dos homens; se a loucura e desvario demagógicos não tivessem tido tamanho poder; se os ânimos de alguns não tivessem sido tiranizados, quer por um ódio cego, quer por um amor ensandecido, quer pelo temor da perda dos seus interesses: não cabe dúvida de que ninguém resistiria com tanta sanha à comum salvação de toda a República em matéria tornada indisputável por tantas razões e argumentos. Entretanto, porém, receio que, assim como, quando se tratou da jornada de África, alguns que detinham o sumo poder sobre todos os negócios de tal maneira ficaram privados de juízo que se arrojam sem tino a uma desgraça que podiam antever por seus próprios olhos, do mesmo modo me temo que agora venha a acontecer que muitos padeçam uma cegueira tão funesta que nem se apercebem de que estão a aprontar contra si e contra os seus a mais horrorosa destruição: talvez porque não está ainda cabalmente cumprida a sentença de Deus.

Peço e rogo a Deus, e exoro-O quanto está em minhas forças pelo amor sempiterno de Seu Filho, que aparte de nós a Sua ira e nos ilumine com a Sua luz, para que escapemos ao mal que paira sobre nós e para que todos nos unamos, ligados pelos laços estreitíssimos da fraternidade, a fim de que, por graça de Deus, com a completa união dos ânimos, vejamos virar-se contra os inimigos do nome cristão todo este empeco e calamidade da guerra; para que a glória de Cristo seja exaltada com louvores sempiternos e se enterre em trevas perpétuas a funestíssima seita de Mafoma, que trouxe consigo tamanha cópia de males à Terra.

Estas foram as considerações que me acudiram ao espírito em ordem a defender-me da calúnia: estou certo que juízes equitativos não deixarão de conceder-me a sua aprovação. Aos iníquos e avexados de irremediáveis moléstias, que Deus os cure com Sua grande clemência, pois que não há remédios humanos capazes de restituir-lhes a saúde.